



INSTITUTO RIO BRANCO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Guia de Estudos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata



Janeiro de 2004

Ministro das Relações Exteriores

Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto

Diretor do Instituto Rio Branco

Embaixador João Almino



SUMÁRIO

Apresentação

Editais

Programas, bibliografias, orientação para estudo e exemplos de provas

- Teste de Pré Seleção
- Português
- Inglês
- Geografia
- História
- Noções de Direito
- Noções de Economia
- Política Internacional
- Espanhol
- Francês



APRESENTAÇÃO

O **Guia de Estudos** do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2004, visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática.

Constam do **Guia**:

- o Edital do Diretor do IRBr sobre o Concurso; e
- os programas, a bibliografia e a orientação para estudo, relativos às provas do Concurso de Admissão, bem como, sempre que possível, exemplos de provas que mereceram aprovação em concurso anterior, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

A bibliografia e a orientação para estudo incluídas neste **Guia** não têm caráter limitativo.

Brasília, em janeiro de 2004.



EDITAL DO DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO

26 DE JANEIRO DE 2004

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO estabelece as normas e torna pública a realização de concurso de admissão à carreira de Diplomata, que obedecerá às instruções deste edital.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O concurso será realizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr), com a colaboração do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE) da Universidade de Brasília (UnB).

1.2 O concurso realizar-se-á em quatro fases, que consistirão de testes e provas de caráter eliminatório e classificatório:

a) primeira fase: Teste de Pré-Seleção;

b) segunda fase: provas escritas de Português e de Inglês;

c) terceira fase: provas escritas de História, Geografia, Noções de Direito e Direito Internacional, Noções de Economia e Economia Internacional;

d) quarta fase: provas escritas de Política Internacional, Espanhol e Francês e provas orais de Política Internacional, Português e Inglês.

1.3 A primeira fase será realizada pelo CESPE e as fases subsequentes, pelo IRBr.

1.4 As três primeiras fases serão realizadas nas cidades de Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA e São Paulo/SP. A quarta fase será realizada exclusivamente em Brasília/DF.

2 DO CARGO

2.1 TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA

2.2 REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, fornecido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação. Os candidatos que apresentarem diploma, devidamente registrado, de mestrado ou de doutorado serão dispensados do Curso de Formação, caso aprovados no certame.

2.3 REMUNERAÇÃO INICIAL: R\$ 4.555,98.

2.4 VAGAS: 35, as quais poderão ser acrescidas de outras que surgirem durante a realização do concurso.

2.5 TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 100,00.

3 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3.1 Do total de vagas destinadas ao cargo, cinco vagas serão providas na forma do art. 37, VIII, da CF, do art. 5.º, § 2.º, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, publicada no *Diário Oficial* de 12 de dezembro de 1990, e do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado no *Diário Oficial* de 21 de dezembro de 1999.

3.2 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá, no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência. Os candidatos que se declararem portadores de deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.3 O candidato que, no ato da inscrição, se declarar portador de deficiência, se classificado no concurso, figurará em lista específica e, caso obtenha classificação necessária, figurará também na listagem de classificação geral dos candidatos ao cargo.

3.4 Os candidatos que se declararem portadores de deficiência deverão, se classificados no concurso, submeter-se à perícia médica designada pelo Instituto Rio Branco, que verificará



sua qualificação como portador de deficiência ou não, bem como se o grau de deficiência é incapacitante para o exercício do cargo.

3.5 A não-observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.6 As vagas definidas no subitem 3.1 que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência, por reprovação no concurso público ou na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

3.7 O candidato portador de deficiência poderá solicitar condições especiais para a realização das provas, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1.º e 2.º do Decreto n.º 3.298/99, devendo solicitá-las, por escrito, no ato de inscrição provisória, de acordo com o disposto nos subitens 5.9 e 5.9.2 deste edital.

4 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

4.1 Os candidatos deverão satisfazer às condições abaixo indicadas.

4.1.1 Ter sido aprovado no concurso público.

4.1.2 Ser brasileiro nato, conforme art. 12, § 3.º, V, da Constituição Federal.

4.1.3 Estar quite com as obrigações eleitorais.

4.1.4 Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino.

4.1.5 Estar no gozo dos direitos políticos.

4.1.6 Comprovar o nível de escolaridade exigido para o cargo, conforme o subitem 2.2, na data da posse.

4.1.7 Apresentar aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

4.1.8 Cumprir as exigências deste edital.

4.2 O candidato que tiver cônjuge de nacionalidade estrangeira será inscrito condicionalmente no concurso e, se aprovado, só será nomeado para o cargo na classe inicial da Carreira Diplomática se obtiver a autorização a que se referem os artigos 48 e 50 do Regulamento de Pessoal de Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto n.º 93.325, de 1.º de outubro de 1986, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Essa exigência aplica-se também ao candidato cuja separação judicial não tenha transitado em julgado.

5 DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO

5.1 As inscrições poderão ser efetuadas nas agências da CAIXA listadas no Anexo I deste edital ou ainda via Internet, conforme procedimentos especificados a seguir.

5.2 DA INSCRIÇÃO NAS AGÊNCIAS DA CAIXA

5.2.1 PERÍODO: **de 16 de fevereiro a 5 de março de 2004.**

5.2.2 HORÁRIO: de atendimento bancário.

5.2.3 Para efetuar a inscrição nas agências da CAIXA, o candidato deverá:

a) preencher o formulário fornecido no local de inscrição, onde será emitido o comprovante de inscrição;

b) pagar a taxa de inscrição;

c) apresentar cópia legível, recente e em bom estado de documento de identidade, a qual será retida.

5.2.3.1 No caso de o pagamento da taxa de inscrição ser efetuado com cheque bancário que, porventura, venha a ser devolvido, por qualquer motivo, o CESPE reserva-se o direito de tomar as medidas legais cabíveis.

5.3 DA INSCRIÇÃO VIA INTERNET

5.3.1 Será admitida a inscrição via Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/diplomacia2004>, solicitada no período entre **10 horas do dia 16 de**



fevereiro de 2004 e 20 horas do dia 7 de março de 2004, observado o horário oficial de Brasília/DF.

5.3.2 O CESPE não se responsabiliza por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

5.3.3 O candidato que desejar realizar sua inscrição via Internet poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição das seguintes formas:

- a) por meio de débito em conta-corrente, apenas para correntistas do Banco do Brasil;
- b) por meio de documento de arrecadação, pagável em qualquer lotérica;
- c) por meio de boleto bancário, pagável em toda a rede bancária.

5.3.3.1 O documento de arrecadação e o boleto bancário estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/diplomacia2004> e devem ser impressos para o pagamento da taxa de inscrição após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição *online*.

5.3.3.2 O pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário ou de documento de arrecadação deverá ser efetuado até o dia **8 de março de 2004**.

5.3.3.3 As solicitações de inscrição via Internet cujos pagamentos forem efetuados após a data estabelecida no subitem anterior não serão acatadas.

5.3.4 O comprovante de inscrição do candidato inscrito via Internet estará disponível no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/diplomacia2004>, após o acatamento da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

5.3.5 O candidato inscrito via Internet **não** deverá enviar cópia de documento de identidade, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados cadastrais no ato de inscrição, sob as penas da lei.

5.3.6 Informações complementares acerca da inscrição via Internet estarão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/diplomacia2004>.

5.4 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO

5.4.1 A inscrição poderá ser feita por procurador, mediante a entrega de procuração, sem necessidade de reconhecimento de firma, acompanhada de cópia legível do documento de identidade do candidato.

5.4.2 O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador, arcando com as conseqüências de eventuais erros de seu representante no preenchimento do formulário de inscrição e em sua entrega.

5.4.3 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

5.4.3.1 O candidato que não possuir CPF deverá solicitá-lo nos postos credenciados, localizados em qualquer agência do Banco do Brasil S.A., da CAIXA e dos Correios, ou na Receita Federal em tempo hábil, isto é, de forma que consiga obter o respectivo número antes do término do período de inscrição.

5.4.3.2 Terá a sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do concurso o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição.

5.4.4 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via *fax*, via postal ou via correio eletrônico.

5.4.5 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a admissão no cargo.

5.4.6 O candidato deverá efetuar uma única inscrição no concurso. Em caso de mais de uma inscrição, será considerada a mais recente.



5.4.7 O candidato realizará as provas na cidade em que fizer a inscrição, ressalvado o disposto no subitem 5.4.7.1 a seguir.

5.4.7.1 O candidato que desejar realizar as provas em cidade diferente daquela em que estiver no momento da inscrição deverá efetuar a inscrição somente via Internet, indicando, na solicitação, sua opção de local de provas entre as oferecidas neste edital. Após efetivada a inscrição, não será aceita solicitação de alteração de local de realização das provas.

5.4.8 As informações prestadas no formulário de inscrição ou na solicitação de inscrição via Internet serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CESPE e o IRBr do direito de excluir do concurso aquele que não preencher o formulário de forma completa, correta e legível.

5.4.8.1 O candidato deverá obrigatoriamente preencher de forma completa o campo referente ao nome e ao endereço, bem como deverá informar o CEP correspondente à sua residência.

5.4.9 O candidato deverá declarar, no formulário de inscrição ou na solicitação de inscrição via Internet, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da investidura.

5.5 Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste edital.

5.6 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração.

5.7 Não haverá isenção total ou parcial do valor da inscrição.

5.8 O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas.

5.9 O candidato portador de deficiência ou não que necessitar de qualquer tipo de condição especial para a realização das provas deverá solicitá-la, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente, no formulário de inscrição ou na solicitação de inscrição via Internet, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos etc.). Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior e nos que forem de interesse da Administração.

5.9.1 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas.

5.9.2 A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

6 DA PRIMEIRA FASE: TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO (TPS)

6.1 Será aplicada prova objetiva no Teste de Pré-Seleção abrangendo os programas das disciplinas constantes do Anexo II deste edital, conforme o quadro a seguir.

PROVA/TIPO	DISCIPLINAS	NÚMERO DE ITENS	PESO	CARÁTER
(P ₁) Objetiva	Português	30	2	ELIMINATÓRIO
	Inglês	20	2	
	Política Internacional	20	1	
	História	20	1	
	Geografia	15	1	
	Noções de Direito e de Direito Internacional	15	1	



Noções de Economia e de Economia Internacional	20	1
Cultura Geral	10	1

6.2 A prova objetiva terá a duração de **3 horas e 30 minutos** e será aplicada no dia **27 de março de 2004**, no turno da **manhã**.

6.3 Na data provável de **18 ou 19 de março de 2004**, os locais e o horário de realização da prova objetiva serão publicados no *Diário Oficial da União*, divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>, e afixados nos quadros de avisos do CESPE, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, subsolo, Asa Norte, Brasília/DF. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.

6.3.1 O CESPE poderá enviar, como complemento às informações citadas no subitem anterior, Boletim Informativo do local e do horário de realização da prova objetiva por meio de comunicação pessoal dirigida ao endereço fornecido pelo candidato no ato de inscrição, que não o desobriga do dever de observar o edital a ser publicado, consoante dispõe o subitem 6.3 deste edital.

6.3.1.1 Os candidatos inscritos via Internet receberão esse comunicado via *e-mail*, sendo de sua exclusiva responsabilidade a manutenção/atualização de seu correio eletrônico.

6.4 Não serão dadas, por telefone, informações a respeito da data, de locais e do horário de realização da prova. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem publicados no *Diário Oficial da União* e divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>.

6.5 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova com antecedência mínima de **uma hora** do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta **preta**, de comprovante de inscrição ou do boletim informativo e de documento de identidade **original**.

6.6 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997).

6.7 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

6.7.1 A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

6.8 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidão de nascimento, CPF, título de eleitor, carteira de motorista (modelo antigo), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.9 Por ocasião da realização da prova, o candidato que não apresentar documento de identidade **original**, na forma definida no subitem 6.6 deste edital, será automaticamente excluído do concurso.

6.10 No dia de realização da prova, não será permitido ao candidato entrar ou permanecer no local do exame com armas ou aparelhos eletrônicos (*bip*, telefone celular, relógio do tipo *data*



bank, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador etc.). O descumprimento da presente instrução implicará eliminação do candidato, caracterizando-se tentativa de fraude.

6.10.1 O CESPE não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova.

6.11 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização da prova levando o caderno de prova e a folha de rascunho, que é de preenchimento facultativo, no decurso dos últimos trinta minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.

6.12 Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do concurso o candidato que, durante a sua realização:

- a) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução da prova;
- b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos e/ou que se comunicar com outro candidato;
- c) for surpreendido portando telefone celular, gravador, receptor, *paggers, notebook* e/ou equipamento similar;
- d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação da prova, com as autoridades presentes e/ou com os demais candidatos;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- f) recusar-se a entregar o material da prova ao término do tempo destinado para a sua realização;
- g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas;
- i) descumprir as instruções contidas no caderno de prova, na folha de respostas e/ou na folha de rascunho;
- j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do concurso.

6.13 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do concurso.

6.14 No dia de realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

7 DA PROVA OBJETIVA – TPS

7.1 A prova objetiva será constituída de itens para julgamento, agrupados por comandos que devem ser respeitados. O julgamento de cada item será **CERTO** ou **ERRADO**, de acordo com o(s) comando(s) a que se refere o item. Haverá, na folha de respostas, para cada item, dois campos de marcação: o campo designado com o código **C**, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue o item CERTO e o campo designado com o código **E**, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue o item ERRADO.

7.2 Para obter pontuação no item, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da folha de respostas.

7.3 O candidato deverá transcrever as respostas do TPS para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as



instruções específicas contidas neste edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.

7.4 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital e/ou com a folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não-preenchido integralmente.

7.5 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um agente do CESPE devidamente treinado.

8 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO TPS

8.1 Todos os candidatos terão sua prova objetiva corrigida por meio de processamento eletrônico.

8.2 A nota em cada item da prova objetiva, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 1,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; -1,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00, caso não haja marcação ou caso haja marcação dupla (C e E).

8.3 O cálculo da nota em cada disciplina que faz parte da prova objetiva, comum às provas de todos os candidatos, será igual à soma algébrica das notas obtidas em todos os itens que a compõem, multiplicada pelo respectivo peso.

8.4 Será eliminado do TPS o candidato que obtiver nota na disciplina de Português inferior a 24,00 pontos e nota na disciplina de Inglês inferior a 16,00 pontos.

8.5 A nota final do candidato no TPS será calculada pela soma algébrica das notas obtidas em cada disciplina.

8.6 Serão considerados aprovados no TPS e terão corrigidas as provas escritas de Português e Inglês os candidatos classificados até a 300.^a posição, respeitados os empates na última colocação e a reserva de vagas para os candidatos portadores de deficiência.

9 DOS RECURSOS

9.1 Os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva do TPS serão afixados nos quadros de avisos do CESPE e divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>, em data a ser determinada no **caderno de prova**.

9.2 O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva disporá de **dois dias** úteis, a contar do dia subsequente ao da divulgação desses gabaritos, no horário das 9 horas às 16 horas, ininterrupto (os candidatos terão ciência dos locais para a entrega de recursos no momento de divulgação dos gabaritos oficiais preliminares).

9.3 A interposição de recursos poderá ser feita em qualquer local de recebimento de recursos, e as respostas a esses recursos serão devolvidas ao candidato exclusivamente no local escolhido por ele para a entrega dos recursos.

9.4 Não serão aceitos recursos via postal, via *fax* ou via correio eletrônico, sob pena de serem preliminarmente indeferidos.

9.5 O candidato deverá identificar-se no ato da entrega dos recursos mediante a apresentação de documento de identidade original.

9.5.1 Os recursos do candidato poderão ser entregues por terceiros, somente se acompanhados da cópia de documento de identidade do candidato.

9.5.2 Não será aceita a interposição de recursos por procurador.

9.6 Para recorrer contra os gabaritos oficiais **preliminares** da prova objetiva, o candidato deverá utilizar os modelos de formulários denominados “Capa de Conjunto de Recursos” e



“Justificativa de Recurso” divulgados com os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva.

9.7 O candidato deverá entregar **um** conjunto de recursos original e **duas** cópias idênticas.

9.8 O conjunto de recursos deverá ser apresentado com as seguintes especificações:

- a) um único formulário “Capa de Conjunto de Recursos”, com todos os campos devidamente preenchidos e, obrigatoriamente, assinado pelo próprio candidato;
- b) um formulário “Justificativa de Recurso”, devidamente preenchido, **exclusivo** para cada item cujo gabarito oficial preliminar esteja sendo questionado;
- c) em cada formulário “Justificativa de Recurso”, deverá constar a indicação do número do item cujo gabarito oficial preliminar esteja sendo questionado, da resposta marcada pelo candidato e do gabarito oficial preliminar divulgado pelo CESPE;
- d) em cada formulário “Justificativa de Recurso”, apresentação de argumentação lógica e consistente elaborada pelo próprio candidato;
- e) nenhum dos formulários “Justificativa de Recurso” poderá ter assinatura ou marca, incluindo rubrica, que possa identificar o candidato recorrente;
- f) à exceção do campo **assinatura** do formulário “Capa de Conjunto de Recursos”, todos os demais campos dos formulários “Capa de Conjunto de Recursos” e “Justificativa de Recurso” deverão ser datilografados ou digitados, sob pena de não serem respondidos.

9.9 Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

9.10 Candidatos que apresentarem, no formulário “Justificativa de Recurso”, argumentações e(ou) redações idênticas ou semelhantes não terão esses recursos respondidos.

9.11 Serão preliminarmente indeferidos recursos extemporâneos, inconsistentes, que não atendam às exigências dos modelos de formulários e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas neste edital – ou em outros editais que vierem a ser publicados – ou nos formulários “Capa de Conjunto de Recursos” e “Justificativa de Recurso”.

9.12 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e(ou) recurso de gabarito oficial definitivo.

10 DA SEGUNDA FASE: PROVAS ESCRITAS DE PORTUGUÊS E DE INGLÊS

10.1 Português

10.1.1 **Data e horário:** **27 de março de 2004**, às 14 h e 30 min (horário oficial de Brasília), no mesmo local em que foi feito o TPS. Essa fase terá a duração de 4 horas.

10.1.2 **Características** – A prova de Português constará de redação sobre tema de ordem geral (valor: 60 pontos), com a extensão de 400 a 500 palavras, e de exercício de resumo e/ou comentário, com a extensão de 200 a 250 palavras, de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos (valor: 40 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a aferir a capacidade de inteligência e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da Língua Portuguesa.

10.2 Inglês

10.2.1 **Data e horário:** **28 de março de 2004**, às 14 horas e 30 minutos (horário oficial de Brasília), no mesmo local em que foi feita a prova de Português. Essa fase terá a duração de 4 horas.

10.2.2 **Características** – A prova escrita de Inglês constará de três partes: redação sobre tema de ordem geral, com extensão de 300 a 400 palavras (valor: 50 pontos); versão de um ou mais



textos (valor: 30 pontos); e exercício de resumo (valor: 20 pontos). Exigir-se-á conhecimento avançado do idioma.

10.3 Aprovação: serão considerados aprovados na segunda fase do concurso os candidatos que obtiverem as notas mínimas de 60 (sessenta), em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem), na prova de Português, e de 50 (cinquenta), na de Inglês. O candidato que não comparecer a uma das duas provas, ou entregar uma prova em branco, ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida estará automaticamente eliminado e não terá a outra prova corrigida.

10.4 Resultados: os resultados da segunda fase serão anunciados, na sede do IRBr, em Brasília, às 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) do dia **30 de abril de 2004**, e divulgados pela Internet até as 20 horas desse mesmo dia.

10.5 Recursos: a vista de provas, em Brasília e nas demais cidades onde se tenham realizado as provas, será permitida entre os dias **3 e 4 de maio de 2004**, em locais e horários a serem oportunamente informados.

10.5.1 Os candidatos terão direito à vista de provas, observadas as seguintes condições:

- a) a vista de provas e os pedidos de revisão de notas, doravante chamados de recursos, só serão aceitos quando requeridos pelo próprio candidato – não se admitindo, portanto, procurador para esse fim – e, sempre, nas cidades de realização da respectiva prova;
- b) os recursos serão solicitados em formulário próprio, fornecido pelo IRBr;
- c) só serão aceitos requerimentos de recursos fundamentados, que indiquem precisamente as questões e os pontos em que o candidato tiver se sentido prejudicado;
- d) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para a consideração da Banca Examinadora;
- e) o julgamento dos recursos terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva;
- f) o resultado dos recursos e, portanto, o resultado final da segunda fase, será anunciado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) do dia **11 de maio de 2004**, na sede do IRBr, em Brasília, e mandado para publicação no *Diário Oficial da União*, em Edital que convocará os candidatos aprovados para as provas da terceira fase do concurso.

11 DA TERCEIRA FASE: PROVAS DE HISTÓRIA, GEOGRAFIA, NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL E NOÇÕES DE ECONOMIA E ECONOMIA INTERNACIONAL

11.1 A terceira fase constará de quatro provas escritas, a serem realizadas de acordo com o seguinte calendário:

- data provável de **15 de maio de 2004**: História;
- data provável de **16 de maio de 2004**: Geografia;
- data provável de **22 de maio de 2004**: Noções de Direito e Direito Internacional; e
- data provável de **23 de maio de 2004**: Noções de Economia e Economia Internacional.

11.2 Os candidatos aprovados na segunda fase realizarão as provas nas mesmas cidades em que se submeteram às provas das fases anteriores, em locais a serem divulgados juntamente com os resultados finais da segunda fase.

11.3 As provas terão a duração de cinco horas cada uma, com início às 9 horas e término às 14 horas (horário oficial de Brasília/DF).

11.4 As provas consistirão de cinco dissertações, no valor de 20 (vinte) pontos cada uma.

11.5 Nas provas de História e Geografia, três das questões obrigatoriamente versarão sobre temas relacionados com o Brasil.

11.6 Na prova de Noções de Direito e Direito Internacional, somente será admitida consulta a textos legais (a serem eventualmente fornecidos pela Direção do IRBr) quando expressamente autorizada.



11.7 O candidato que não comparecer a uma das quatro provas, ou entregar uma prova em branco, ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, estará automaticamente eliminado e não terá nenhuma das provas corrigida.

11.8 **Aprovação:** serão considerados aprovados na terceira fase do concurso os candidatos que obtiverem as notas mínimas de 50 (cinquenta) pontos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), em cada uma das provas, ou que, tendo obtido a média de 50 (cinquenta) pontos em três provas e nota superior a 30 (trinta) e inferior a 50 (cinquenta) em uma e apenas uma prova, tenham alcançado 240 pontos na soma das quatro provas desta fase.

11.9 Os resultados das provas da terceira fase serão anunciados conjuntamente, na sede do IRBr, em Brasília, às 13 horas (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de **28 de maio de 2004**, e divulgados pela Internet até as 18 horas deste mesmo dia.

11.10 A vista de provas, em Brasília e nas demais cidades onde se tenham realizado as provas, será permitida no período provável de **31 de maio a 1.º de junho de 2004**, em locais e horários a serem oportunamente informados.

11.11 Respeitadas as regras estabelecidas no subitem 10.5.1 anterior, os candidatos poderão apresentar recursos aos resultados das provas desta fase. O resultado final da terceira fase será divulgado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) do dia **8 de junho de 2004**.

12 DA QUARTA FASE: PROVAS ESCRITAS E ORAIS

12.1 A quarta fase constará de três provas escritas e três provas orais, a se realizarem exclusivamente na sede do Instituto Rio Branco, em Brasília, de acordo com o seguinte calendário:

- dia **19 de junho de 2004**, às 9 horas (horário oficial de Brasília/DF): prova escrita de Política Internacional, com duração de 5 horas;
- dia **20 de junho de 2004**, às 9 horas (horário oficial de Brasília/DF): provas escritas de Espanhol Instrumental e Francês Instrumental, com duração total de 4 horas;
- de **21 a 27 de junho de 2004**: provas orais de Política Internacional, Português e Inglês, em grupos alternados, de acordo com calendário a ser fornecido aos candidatos.

12.2 Os candidatos que tiverem realizado as provas das fases anteriores em outras capitais receberão do IRBr passagem aérea de ida e volta a Brasília e auxílio em dinheiro a partir do dia 18 de junho de 2004, até quando se justificar sua presença na Capital Federal em razão do concurso.

12.3 A prova escrita de Política Internacional consistirá de cinco dissertações, no valor de 20 (vinte) pontos cada uma.

12.4 As provas escritas de Espanhol Instrumental e Francês Instrumental, de caráter classificatório, visarão aferir a capacidade do candidato de compreender textos escritos nesses idiomas. Terão o valor de 50 (cinquenta) pontos cada.

12.5 Características das provas orais:

12.5.1 Política Internacional:

- a) a prova terá por objetivo verificar o conhecimento e a capacidade de reflexão do candidato sobre temas internacionais correntes, incluindo antecedentes, situação atual e posição do Brasil;
- b) na arguição, serão igualmente avaliadas a capacidade do candidato de analisar o tema e de organizar sua exposição, e a forma de fazê-lo, do ponto de vista tanto da articulação de idéias como da capacidade de expressão verbal;
- c) a Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses brasileiros nos temas;
- d) o candidato sorteará três temas e terá 20 (vinte) minutos para preparar exposição sobre um deles;



e) a exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora, que poderá, se julgar procedente para a avaliação do candidato, ampliar o tema inicialmente tratado.

12.5.2 Português:

A prova oral de Português constará de avaliação da expressão e do correto uso verbal da língua pelo candidato, quando da prova de Política Internacional. Será feita por Banca específica de Português, que acompanhará toda a exposição e arguição do candidato pela Banca Examinadora de Política Internacional.

12.5.3 Inglês:

a) o objetivo da prova é verificar a fluência, a correção e a capacidade do candidato de se expressar e de discutir adequadamente, em Língua Inglesa, assuntos relacionados a texto que será sorteado;

b) o candidato sorteará um texto e terá 20 (vinte) minutos para preparar-se, podendo recorrer a dicionário, posto à disposição pelo IRBr;

c) a arguição constará de leitura em voz alta de parte do texto sorteado, seguida de resumo oral, análise de parágrafos ou frases, perguntas sobre significação de palavras ou frases e discussão de assuntos suscitados pelo texto.

12.6 Aprovação: será considerado aprovado nas provas na quarta fase o candidato que obtiver a nota mínima de 50 (cinquenta) na prova escrita de Política Internacional e em cada uma das provas orais.

12.7 Os resultados das provas da quarta fase serão anunciados conjuntamente, na sede do IRBr, em Brasília, às 13 horas, na data provável de **28 de junho de 2004**, e divulgados pela Internet até as 18 horas deste mesmo dia.

12.8 A vista de provas e a audição das gravações das arguições serão permitidas na datas prováveis de **29 e 30 de junho de 2004**, no Instituto Rio Branco.

12.9 Respeitadas as regras estabelecidas no subitem 10.5.1 anterior, os candidatos poderão apresentar recursos aos resultados das provas desta fase, até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) do dia **29 de junho de 2004**. O resultado final da quarta fase será divulgado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de **2 de julho de 2004**.

13 RESULTADO FINAL DO CONCURSO

13.1 Será considerado aprovado o candidato que, tendo sido considerado habilitado em todas as quatro fases do concurso, tiver, adicionalmente, obtido média aritmética igual ou superior a 60 (sessenta) nas provas da segunda, terceira e quarta fases, não computados, para esse fim, os resultados das provas de Espanhol Instrumental e Francês Instrumental. Tal média será obtida pela soma das notas das provas de Português, Inglês, História, Geografia, Economia, Direito, Política Internacional, Inglês (oral), Política Internacional (oral) e Português (oral) – cujo valor total é 1000 pontos –, dividida por 10 (dez).

13.2 A classificação final no concurso, que determinará a ordem de ingresso dos aprovados na classe inicial da Carreira de Diplomata, corresponderá à ordem decrescente das respectivas médias aritméticas **globais**, computadas, também, as notas das provas de Espanhol Instrumental e Francês Instrumental. A média aritmética **global** de cada candidato será igual à soma das notas obtidas nas doze provas que constituem a segunda, a terceira e a quarta fases (cujo valor total é 1100 pontos), dividida por 11 (onze).

13.3 O resultado final do concurso será anunciado, por ordem de classificação dos aprovados, isto é, pela ordem decrescente das respectivas médias aritméticas **globais**, até as 14 horas (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de **5 de julho de 2004**, na sede do IRBr.

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Os programas das disciplinas do concurso serão detalhados no Anexo II deste edital.



14.2 É obrigatório o uso de traje passeio completo (terno e gravata para homens e indumentária correspondente para mulheres) na quarta fase do concurso. Exige-se, de toda maneira, traje apropriado nas fases precedentes.

14.3 **Identificação e divulgação dos resultados:** nas segunda, terceira e quarta fases, as provas escritas não serão identificadas, para efeito de correção. Somente no momento do anúncio dos resultados ocorrerá a identificação em público.

14.4 A inscrição do candidato implicará aceitação das normas para o concurso contidas nos comunicados, neste edital e em outros a serem publicados.

14.5 O candidato poderá obter informações atinentes ao TPS junto à Gerência de Atendimento ao Candidato do CESPE, por meio do telefone (61) 448-0100 ou no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>.

14.6 O candidato que desejar relatar ao CESPE fato(s) ocorrido(s) durante a realização do TPS deverá fazê-lo(s) à Gerência de Atendimento ao Candidato do CESPE, localizada no seguinte endereço: *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala central norte, mezanino, Asa Norte, Brasília/DF; postá-lo para o seguinte endereço: caixa postal 04521, CEP 70919-970; encaminhá-lo pelo *fax* de número (61) 448-0111; ou enviá-lo para o endereço eletrônico sac@cespe.unb.br.

14.7 O requerimento administrativo que, por erro do candidato, não for encaminhado à Gerência de Atendimento ao Candidato do CESPE será a ele devolvido sem que haja análise de mérito.

14.8 O candidato que desejar relatar questionamentos referentes à segunda, terceira e quarta fases, deverá encaminhá-los ao IRBr.

14.9 Não serão fornecidas, por telefone, informações a respeito de locais e de horários de aplicação de provas, informações quanto à posição do candidato no concurso, bem como não será expedido qualquer documento comprobatório de sua classificação, valendo, para esse fim, a publicação da homologação do concurso.

14.9.1 O candidato deverá observar rigorosamente os comunicados e os editais a serem publicados no *Diário Oficial da União*, divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>, e afixados nos quadros de avisos do CESPE.

14.10 Não será admitido ingresso de candidatos nos locais de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

14.11 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

14.12 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não-comparecimento para a realização das provas implicará a eliminação automática do candidato.

14.13 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, fora da data, do local e do espaço físico predeterminados em edital e/ou em comunicado.

14.14 **Aceitação das normas do edital:** o requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter cancelada sua inscrição a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr, publicada no *Diário Oficial da União*. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

14.15 O prazo de validade do concurso será de noventa dias, a contar da data de publicação do resultado final, sem possibilidade de prorrogação.

JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO
Diretor





ANEXO I

Endereços das agências da CAIXA onde serão recebidas as inscrições ao concurso de admissão à carreira de Diplomata.

UF	CIDADE	AGÊNCIAS	ENDEREÇOS
BA	Salvador	Das Mercês	Avenida Sete de Setembro, n.º 955, Mercês
CE	Fortaleza	Aldeota	Avenida Barão de Studart, n.º 2.191, Aldeota
DF	Brasília	UnB	Universidade de Brasília, <i>Campus</i> Universitário Darcy Ribeiro – Instituto Central de Ciências, ala sul – Asa Norte
MG	Belo Horizonte	Século	Rua Carijós, n.º 218, Centro
PA	Belém	Círio	Avenida Presidente Vargas, n.º 744, Campina
PE	Recife	Imbiribeira	Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, n.º 5.777, Imbiribeira
PR	Curitiba	Mercês	Avenida Manoel Ribas, n.º 857, Mercês
RJ	Rio de Janeiro	Ipanema	Rua Visconde de Pirajá, n.º 127
RS	Porto Alegre	Rua da Praia	Rua dos Andradas, n.º 1.507, Centro
SC	Florianópolis	Hercílio Luz	Avenida Prefeito Osmar Cunha, n.º 183, lojas 16/18/20, Centro
SP	São Paulo	Sé	Praça da Sé, n.º 111, Sé



ANEXO II

PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

PORTUGUÊS: 1. Conceitos básicos de lingüística: língua e fala; sincronia e diacronia; sistema, norma e uso; variação lingüística; dialeto e registro; modalidade falada e modalidade escrita; a noção de erro; contexto e discurso; funções da linguagem. 2. Intelecção e produção de textos: compreensão e interpretação textual; uso contemporâneo da língua portuguesa no Brasil, na modalidade escrita, em norma culta, em que se evidencie o domínio dos componentes gráfico, morfossintático, semântico, lexical e estilístico. 3. Uso, descrição e análise da língua portuguesa; fonética e fonologia; morfossintaxe; semântica; léxico; ortografia; pontuação; a língua portuguesa do Brasil. 4. Noções de estilística.

INGLÊS: 1. Compreensão de texto escrito em Língua Inglesa. 2. Capacidade de expressão correta em nível avançado no idioma. 3. Redação. 3.1 Correção gramatical. 3.2 Organização e desenvolvimento de idéias. 3.3 Qualidade da linguagem. 4. Capacidade de verter, de forma fidedigna, texto em Língua Portuguesa para a Língua Inglesa, respeitando a qualidade e o registro do texto original. 5. Resumo. 5.1 Capacidade de síntese, pensamento lógico, vocabulário adequado, registro e propriedade da linguagem.

POLÍTICA INTERNACIONAL: 1. Visão do sistema internacional. 2. A política externa brasileira: visões gerais e sua evolução. 3. Política externa norte-americana e relações com o Brasil. 4. Política externa francesa e relações com o Brasil. 5. Política externa russa e relações com o Brasil. 6. Política externa alemã e relações com o Brasil. 7. A União Européia e o Brasil. 8. Política externa argentina e relações com o Brasil. 9. Colômbia, Venezuela: relações com o Brasil. 10. Paraguai, Uruguai e Bolívia: relações com o Brasil. 11. Cuba, América Central e Caribe. 12. Política externa chinesa e relações com o Brasil. 13. Política externa indiana e relações com o Brasil. 14. Política externa sul-africana e relações com o Brasil. 15. O Oriente Próximo: a questão palestina, Iraque e Irã. 16. Américas, América Latina, América do Sul. 17. A Comunidade de Países de Língua Portuguesa e o Brasil. 18. O Mercosul e o Brasil. 19. O NAFTA e o Brasil. 20. A ALCA: evolução e a posição brasileira. 21. Narcotráfico: política internacional e o Brasil. 22. Meio ambiente: política internacional e o Brasil. 23. Terrorismo: política internacional e o Brasil. 24. Direitos Humanos: política internacional e o Brasil. 25. Pobreza, fome: política internacional e o Brasil. 26. O Conselho de Segurança das Nações Unidas e o Brasil. 27. O sistema financeiro internacional: o FMI e a política brasileira. 28. Comércio internacional, OMC e a política brasileira. 29. Armas de destruição em massa, desarmamento, não-proliferação e a política brasileira: diplomacia e estratégia militar. **HISTÓRIA. HISTÓRIA DO BRASIL.** 1 A independência e seus antecedentes: a situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da Monarquia Portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil. 2 O Brasil Imperial - política e administração: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências socioeconômicas. 3 O Brasil Imperial - economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado. 4. O Brasil Imperial - sociedade e cultura: a população. A estrutura social. A vida cultural. 5 O Brasil Imperial - Política Externa: o reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra. As relações com a Europa. 6 O advento da República: as crises no fim do Império. A questão religiosa. As questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ações. O Positivismo. 7 O Brasil Republicano – política e administração. 7.1 A Primeira República (1889-1930) – O Governo provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A



Revolução de 1930. 7.2 A Segunda República (a partir de 1930) – O Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967. A Constituição de 1988. 8 O Brasil Republicano – economia. 8.1 A Primeira República (1889-1930) – A estrutura econômico-financeira. As heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências. 8.2 A Segunda República (a partir de 1930) – A industrialização. A política de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial. 9 O Brasil Republicano – sociedade e cultura: a população, a expansão demográfica, a imigração e a colonização; as migrações internas e a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista. Aspectos da cultura do período. 10 O Brasil Republicano – política externa. 10.1 A Primeira República (1889-1930) – O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações. 10.2 A Segunda República (a partir de 1930) – A política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA. 11 Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60. 11.1 A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar. 11.2 O período 1964-1985. Os governos militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os atos institucionais. A ideologia da Segurança Nacional. Os aspectos da cultura do período. 11.3 O período 1985-1999. A redemocratização. A crise do modelo tecnoburocrático e do nacional-desenvolvimentismo. Sociedade e cultura no período. HISTÓRIA MUNDIAL CONTEMPORÂNEA. 1 Estruturas e idéias econômicas. Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o *New Deal*. A prosperidade no segundo pós-guerra. O *Welfare State* e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível. 2 Revoluções. As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e *Trade Unions*. Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba. 3 As Relações internacionais. Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A *détente*. A "segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético. 4 Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação. O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O não-alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo. 5 A evolução política e econômica nas Américas. A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas. 6 Idéias e regimes políticos. Grandes correntes



ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX. 7 A vida cultural. O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

GEOGRAFIA. 1 Sociedade e espaço: o campo de reflexão da Geografia. 1.1 Espaço e valor: teorias e conceitos da Geografia Econômica. 1.2 Espaço e poder: teorias e conceitos da Geografia Política. 1.3 Espaço e tempo: teorias e conceitos da Geografia Histórica. 1.4 Espaço e representação: teorias e conceitos da Geografia Cultural. 1.5 As teorias geográficas da relação sociedade/natureza. 2 A formação territorial do Brasil. 2.1 Macrodivisão natural do espaço brasileiro (relevo, clima, vegetação e hidrografia). 2.2 Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo. 2.3 A definição dos limites territoriais do Brasil. 2.4 A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização. 2.5 O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil. 2.6 O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais. 2.7 Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil. 3 O Brasil no contexto geopolítico mundial. 3.1 O processo de globalização econômica e a divisão internacional do trabalho. 3.2 Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina. 3.3 Transnacionalização da economia e globalização das relações: o período técnico-científico. 3.4 A nova ordem internacional e as tendências geopolíticas na escala global: a formação de blocos. 3.5 O processo de estruturação e os objetivos do MERCOSUL. 3.6 Perspectivas de integração na bacia amazônica. 4 A questão ambiental no Brasil e os desafios do desenvolvimento sustentável. 4.1 As demandas de saneamento básico e a qualidade de vida nas cidades brasileiras. 4.2 Desmatamentos e avanços da fronteira agropecuária no Brasil. 4.3 O meio ambiente e as políticas de ocupação da Amazônia. 4.4 Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação. 4.5 A consciência ambiental e o planejamento de usos sustentáveis do solo.

NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL. 1 Direito interno. 1.1 Normas jurídicas. Características básicas. Hierarquia. 1.2 Constituição: conceito, classificações, primado da Constituição, controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos. 1.3 Fatos e atos jurídicos: elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico. 1.4 Personalidade jurídica no direito brasileiro. 1.5 Estado: características, elementos, soberania, formas de Estado, confederação, república e monarquia, sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista), estado democrático de direito. 1.6 Organização dos poderes no direito brasileiro. 1.7 Processo legislativo brasileiro. 1.8 Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88). 1.9 Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos municípios; características do Distrito Federal. 1.10 Atividade administrativa do Estado brasileiro: princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos, controle de legalidade dos atos da Administração. 1.11 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. 2 Direito internacional. 2.1 Caráter jurídico do direito internacional público (DIP): fundamento de validade da norma jurídica internacional; DIP e direito interno; DIP e direito internacional privado. 2.2 Fontes do DIP: artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça; atos unilaterais do Estado; decisões de organizações internacionais; normas imperativas (*jus cogens*). 2.3 Sujeitos do DIP: estados; conceito; requisitos; território; população (nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro, deportação, expulsão e extradição); governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados; surgimento e reconhecimento (de Estado e de governo); sucessão; responsabilidade internacional; jurisdição e imunidade de



jurisdição; diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades; organizações internacionais (definição, elementos constitutivos, classificação, personalidade jurídica, Organização das Nações Unidas (ONU); Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano; Indivíduo. 2.4 Solução pacífica de controvérsias internacionais: artigo 33 da Carta da ONU; meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e tribunais internacionais). 2.5 Direito internacional dos direitos humanos: proteção (âmbito internacional e regional); tribunais internacionais (São José da Costa Rica, Estrasburgo, Haia, Arusha). 2.6 Direito da integração: noções gerais; MERCOSUL e União Européia (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias). 2.7 Direito internacional econômico: conhecimentos elementares; Organização Mundial do Comércio (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias).

NOÇÕES DE ECONOMIA E ECONOMIA INTERNACIONAL. 1 Conceitos básicos. 1.1 O objeto da Economia: escassez e usos alternativos; bens econômicos; sistema de preços e alocação de recursos. 1.2 Noções sobre a evolução da análise econômica: pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos. 1.3 Medida da atividade econômica: produto e renda; contas nacionais: os grandes agregados e sua estimação; valores nominais e valores reais; índices de preços. 1.4 Noções de Microeconomia: determinantes da procura e da oferta; elasticidades; o equilíbrio de mercado; concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado. 1.5 Moeda e sistema bancário: oferta e procura de moeda; Banco Central e política monetária; inflação. 1.6 Noções de Economia Internacional: taxas de câmbio e sua determinação; o balanço de pagamentos; a noção de vantagens comparativas. 2 Formação da Economia Brasileira. 2.1 A economia brasileira no período colonial: a economia açucareira do Nordeste; auge e declínio da mineração. 2.2 A economia brasileira no século XIX: expansão da lavoura cafeeira; transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial. 2.3 A economia brasileira na primeira metade do século XX: as duas guerras mundiais; a depressão dos anos trinta e seus reflexos; o processo de industrialização: fases, características.

ESPAHOL: 1. Compreensão de texto escrito em Língua Espanhola. 2. Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos.

FRANCÊS: 1. Compreensão de texto escrito em Língua Francesa. 2. Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos.



CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

EDITAL DE 13 DE FEVEREIRO DE 2004

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO torna pública a **retificação** dos subitens **6.2, 6.3, 10.1.1, 10.2.1, 10.2.2, 10.3, 12.5.2 e 12.5.3** e dos **programas das disciplinas** de **Português** e de **Inglês** (Anexo II) constantes do Edital de 26 de janeiro de 2004, publicado no *Diário Oficial da União*, bem como a **inclusão**, no referido edital, do subitem **14.16**, conforme redação a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do edital supracitado.

6.2 A prova objetiva terá a duração de **3 horas e 30 minutos** e será aplicada no dia **20 de março de 2004**, no turno da **manhã**.

6.3 Na data provável de **9 ou 10 de março de 2004**, os locais e o horário de realização da prova objetiva serão publicados no *Diário Oficial da União*, divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>, e afixados nos quadros de avisos do CESPE, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, subsolo, Asa Norte, Brasília/DF. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.

10.1.1 Data e horário: 27 de março de 2004, às 14 h e 30 min (horário oficial de Brasília), no mesmo local em que foi feito o TPS. Esta prova terá a duração de 5 horas

10.1.2 Características – A prova de Português constará de redação sobre tema de ordem geral (valor: 70 pontos), com a extensão de 400 a 500 palavras, e de resumo e/ou comentário (valor: 30 pontos), com a extensão de 200 a 250 palavras, de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos. Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a qualidade da linguagem escrita, de modo a aferir a capacidade de inteligência e de produção de textos escritos de acordo com a norma culta da língua portuguesa usada contemporaneamente no Brasil.

10.2.1 Data e horário: 28 de março de 2004, às 14 horas e 30 minutos (horário oficial de Brasília), no mesmo local em que foi feita a prova de Português. Esta prova terá a duração de 5 horas.

10.2.2 Características – A prova escrita de Inglês constará de três partes: versão de um ou mais textos (valor: 30 pontos); resumo (valor: 20 pontos); e redação sobre tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 50 pontos). Exigir-se-á conhecimento avançado do idioma.

10.3 Aprovação: serão considerados aprovados na segunda fase do concurso os candidatos que obtiverem, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem), as notas mínimas de 60 (sessenta), na prova de Português, e de 50 (cinquenta), na prova de Inglês.



10.3.1 O candidato que não comparecer a uma das duas provas, ou entregar uma prova em branco, ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida estará automaticamente eliminado e não terá a outra prova corrigida.

10.3.2 Será atribuída a nota 0 (zero) à Redação, na prova de Português, ou à *Composition*, na prova de Inglês, caso o candidato não se atenha aos temas propostos nos respectivos comandos.

10.3.3 Será atribuída a nota 0 (zero) à Redação, na prova de Português, ou à *Composition*, na prova de Inglês, caso o candidato obtenha a nota parcial 0 (zero) no quesito “Estrutura Formal do Texto” ou “Grammatical Accuracy”, respectivamente.

10.3.4 Será apenada a Redação, na prova de Português, ou a *Composition*, na prova de Inglês, quando houver desobediência à extensão mínima de palavras, respectivamente estabelecida, na proporção de dez pontos, deduzidos cumulativamente, para cada conjunto de cinquenta palavras.

10.3.5 A legibilidade é condição indispensável para a correção das provas escritas de Português e Inglês.

12.5.2 Português:

a) o objetivo da prova oral de Português é avaliar, durante a prova de Política Internacional, o uso, pelo candidato, da modalidade culta da língua portuguesa falada contemporaneamente no Brasil;

b) serão considerados, na avaliação, os aspectos de fluência, estratégia argumentativa, organização lógica do pensamento verbal, capacidade de síntese, domínio do sistema lingüístico, qualidade da linguagem, entre outros requisitos da expressão oral;

c) será feita por Banca específica de Português, que observará a exposição e a arguição do candidato pela Banca Examinadora de Política Internacional.

12.5.3 Inglês:

a) o objetivo da prova é verificar a fluência, a correção e a capacidade do candidato de se expressar e de discutir adequadamente, em língua inglesa, assuntos relacionados a texto que será sorteado;

b) o candidato sorteará um texto e terá 20 (vinte) minutos para preparar-se, podendo recorrer a dicionário, posto à disposição pelo IRBr;

c) a arguição constará de leitura em voz alta de parte do texto sorteado, seguida de resumo oral, análise do texto e discussão de assuntos suscitados pelo texto.

14.16 É obrigatória a leitura do Guia de Estudos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata 2004, disponível no endereço eletrônico <http://www2.mre.gov.br/irbr/guia2004>.

Anexo II

PORTUGUÊS: 1. Conceitos básicos de lingüística: língua e fala; sincronia e diacronia; sistema, norma e uso; variação lingüística; dialeto e registro; modalidade falada e modalidade escrita; a noção de erro; contexto e discurso; funções da linguagem. 2. Descrição e análise da língua portuguesa. 3. Intelecção e produção de textos em português: compreensão e interpretação textual; uso contemporâneo da língua portuguesa no Brasil, nas modalidades escrita e falada, em norma culta, em que se evidencie o domínio dos componentes gráfico, morfossintático, semântico, lexical e estilístico.



INGLÊS: 1. *Compreensão de texto escrito em Língua Inglesa.* 2. *Capacidade de expressão correta em nível avançado no idioma.* 3. *Capacidade de verter, de forma fidedigna, texto em língua portuguesa para a língua inglesa, respeitando a qualidade e o registro do texto original.* 4. *Resumo.* 4.1 *Capacidade de síntese, pensamento lógico, vocabulário adequado, registro e propriedade da linguagem* 5. *Redação.* 5.1 *Correção gramatical, domínio lexical e uso de estilo e registro apropriados.* 5.2 *Organização, desenvolvimento e relevância de idéias.* 5.3 *Qualidade da linguagem.* 6. *Expressão oral avançada.*

JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO
Diretor



Programas

Bibliografias

Orientação para estudo

Exemplos de provas

Teste de Pré-Seleção

Português

Inglês

História

Geografia

Noções de Direito

Noções de Economia

Política Internacional

Espanhol

Francês



TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

Por sua peculiaridade dentro do conjunto das provas programadas para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, o Teste de Pré-Seleção (TPS) exige um comentário especial.

Trata-se, como o nome indica, de prova preliminar, de caráter eliminatório. O fato de ser elaborada sob a forma de questões de múltipla escolha possibilita rápida correção sem perda do padrão de qualidade, o que constitui, para o Instituto Rio Branco, questão de princípio. Em 2003, por exemplo, inscreveram-se 5823 candidatos no primeiro Concurso. Não seria realista supor que um número tão elevado de provas de Português e Inglês, de natureza discursiva, pudesse ser corrigido em tempo hábil e segundo os critérios de qualidade do Instituto Rio Branco.

O objetivo do TPS é, portanto, o de proceder a uma redução seletiva do número de candidatos, da maneira mais objetiva possível, franqueando o acesso para a fase seguinte do concurso apenas àqueles que reúnam condições consideradas indispensáveis para continuar concorrendo. O TPS pretende colocar todos os candidatos, qualquer que seja sua procedência, em condições de igualdade de competição num concurso para o qual se inscrevem postulantes de todo o país. A partir do concurso extraordinário realizado no segundo semestre de 2003, a elaboração do TPS, tradicionalmente realizada pelo IRBr, passou a ser atribuição do CESPE – Centro de Seleção e Promoção de Eventos da Universidade de Brasília. O objetivo de tal mudança foi dar maior agilidade e transparência ao processo de pré-seleção, que passa a contar com a infra-estrutura acadêmica e logística daquele centro de excelência.

As questões do TPS versarão majoritariamente sobre as disciplinas que serão objeto de exame nas fases subseqüentes do Concurso, sem se limitar aos programas descritos neste Guia de Estudos. Tenderão a explorar aspectos fundamentais e conhecimentos relevantes de cada matéria, privilegiando a capacidade de raciocínio do candidato, e não apenas o conhecimento memorizado. Dentre as disciplinas avaliadas, o Português e o Inglês terão destaque especial. Além do conhecimento da norma culta da Língua Portuguesa, se buscará aferir as habilidades de compreensão e interpretação de textos.

Uma parcela das questões, entretanto, abrangerá noções de cultura geral e de cultura brasileira, que não se restringem às disciplinas que constituem o restante das provas do Concurso. Trata-se da avaliação de um tipo de conhecimento (indispensável para a carreira diplomática), que não tem contornos demarcáveis, originário das fontes mais diversas e refratário ao confinamento em manuais específicos (não é outra a razão por que não se indica um Manual para o Teste). O fato de o TPS conter questões menos previsíveis do que as das fases seguintes não é casual: esse teste procura avaliar também a sedimentação de conhecimentos direta ou indiretamente relevantes para o exercício da profissão de diplomata. Embora finita, essa gama de conhecimentos possui uma extensão tal que não se sujeita a uma preparação satisfatória a curto prazo.

Para compreender com clareza a finalidade da avaliação desse tipo de conhecimento no TPS, deve-se levar em conta sua utilidade para o exercício proficiente da função diplomática. Para o diplomata, o domínio da linguagem é essencial. Ele deve estar preparado para compreender, com o grau máximo de absorção, os significados contidos num texto e para produzir textos que atinjam os resultados premeditados pelo seu enunciador. Como essas duas competências dependem em grande parte do conhecimento duradouro, a primeira parte dos exames para ingresso na Carreira Diplomática é programada para testar o candidato também no domínio dessa modalidade de saber, sem cuja contribuição tanto a competência de leitura



como a de produção de texto podem ficar comprometidas.

Esse tipo de conhecimento é também valioso do ponto de vista positivo. Isto é, sua posse produz vantagens consideráveis para o diplomata, por se tratar de profissional cujo ofício depende muito da facilidade de bem relacionar-se com seus circunstantes, de mostrar-se bem informado, de cultivar um olhar curioso de novos conhecimentos, bem como de ser capaz de, a partir de simples conversa, captar eventuais mensagens subjacentes e delas tirar conclusões. Nesse particular, um saber abrangente auxilia o diplomata a manter viva a conversação. Um dos objetivos de conversa aparentemente amena é, na verdade, obter informação privilegiada ou elementos para subsidiar o processo decisório. Não é preciso insistir na utilidade de uma competência que encurta distâncias, aquece o diálogo, suaviza o contato, promove, enfim, o que a retórica antiga costumava chamar de “captação de benevolência”. Além de habilitar o diplomata a munir-se de elementos para executar uma de suas tarefas primordiais, a de informar, a “captação de benevolência” auxilia-o nas demais funções, a saber, representar e negociar.

O TPS comportará, portanto, ao lado de avaliação referente às disciplinas objeto das fases posteriores, questões relativas a um campo de conhecimento mais vasto, para o qual não se pode indicar publicação preparatória específica, uma vez que esse saber, tão funcional para o exercício da Diplomacia, deve estar consolidado na memória do seu portador, fruto de vivência pessoal e intelectual, não programável ou controlável.

O IRBr passa a divulgar, a partir do corrente ano, uma bibliografia geral para o concurso. As obras referenciadas são importantes subsídios para a preparação do futuro diplomata. Não se trata de bibliografia própria do TPS (embora certamente deva ajudar na preparação para este teste), e os títulos podem, inclusive, estar referidos também nas bibliografias específicas de outras disciplinas do certame. Recomenda-se vivamente a leitura dos mesmos.

Bibliografia geral para o CACD:

1. Constituição da República Federativa do Brasil.
2. BOMFIM, Manoel. *A América Latina: Males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
3. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 1992.
4. HOLLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
5. PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo: Brasiliense, 1992.
6. CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*, Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.
7. FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*, São Paulo: Editora Globo, 1991.
8. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.
9. GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*; São Paulo: Ática, 1992.



10. MONIZ BANDEIRA, L. A. *Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)*, Rio de Janeiro: REVAN, 2003.
11. BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro – Ciclo das Ideologias*. Contraponto, 2000.
12. SCHOULTZ, Lars. *Beneath the United States: A History of U.S. Policy Toward Latin America*, Cambridge: Harvard University Press, 1998.
13. LINS, Alvaro. *Rio Branco (Barão do Rio Branco): biografia pessoal e história política*, São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1996.



PORTUGUÊS

A prova de Português constará de redação sobre tema de ordem geral (valor: 70 pontos), com a extensão de 400 a 500 palavras, e de resumo e/ou comentário (valor: 30 pontos), com a extensão de 200 a 250 palavras, de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos. Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a qualidade da linguagem escrita, de modo a aferir a capacidade de inteligência e de produção de textos escritos de acordo com a norma culta da língua portuguesa usada contemporaneamente no Brasil.

Programa:

1. Conceitos básicos de lingüística: língua e fala; sincronia e diacronia; sistema, norma e uso; variação lingüística; dialeto e registro; modalidade falada e modalidade escrita; a noção de erro; contexto e discurso; funções da linguagem.

2. Descrição e análise da língua portuguesa.

3. Inteligência e produção de textos em português: compreensão e interpretação textual; uso contemporâneo da língua portuguesa no Brasil, nas modalidades escrita e falada, em norma culta, em que se evidencie o domínio dos componentes gráfico, morfossintático, semântico, lexical e estilístico.

Bibliografia:

- BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Manual de Expressão Oral e Escrita*. 21. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna*. 21. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.
- _____. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. Dez – 2001.
- KURY, Adriano da Gama. *Ortografia, Pontuação e Crase*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PENTEADO, J. R. Whitaker. *A Técnica da Comunicação Humana*. 8. Ed. São Paulo: Pioneira, 1982.
- SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. *Manual do Candidato – Português*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.
- VANOYE, Francis. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. 7. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.



Orientação para estudo

No exame de Português, afere-se a capacidade do candidato de entender, isto é, ler, compreender e criticar textos escritos pertencentes aos diversos registros da língua portuguesa, de modo a produzir um resumo ou um comentário e uma redação, com objetividade, clareza, precisão e concisão.

A prova requer o recurso progressivo às chamadas capacidades cognitivas do indivíduo. Isso significa que é necessário apreender, compreender e analisar os textos selecionados pela Banca Examinadora, por meio das etapas de leitura exploratória, informativa e seletiva, que constituem a compreensão dos textos. Em seguida, deve-se aplicar o que foi lido às experiências pessoais, quando se levam em conta aspectos como o interdiscurso, ou seja, a relação entre as várias situações de comunicação de que participa o indivíduo, e a intertextualidade – a relação entre todos os textos que o candidato já leu, incluindo os apresentados na prova.

Na elaboração do resumo ou do comentário, é conveniente que o candidato trate a questão como se fosse uma notícia sobre o assunto, dando-lhe estrutura em parágrafos, no primeiro dos quais se faz a contextualização quanto aos originais, que lhe servirão de base.

A capacidade de avaliação e a criatividade – esta última com significativo relevo – são requisitos da redação sobre o tema proposto, ponto de culminância do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo Concurso.

Embora não se imponha preferência de estilo na redação, o candidato deverá escrever um pequeno ensaio, no qual procurará revelar, com fluência e adequação, conhecimentos sobre o tema e desenvolvimento de pensamento crítico, o que necessariamente inclui opiniões pessoais fundamentadas no raciocínio lógico. As idéias encontradas nos textos-base reproduzidos na prova devem funcionar como elementos motivadores da produção textual. Será atribuída a nota zero à Redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto no comando.

Tanto no resumo como na redação, o candidato evidenciará pleno domínio da modalidade escrita em norma culta da língua portuguesa usada contemporaneamente no Brasil. Será atribuída a nota zero à Redação, se o candidato obtiver a nota parcial zero no quesito “Estrutura Formal do Texto”.

O candidato deverá obedecer aos limites de extensão estabelecidos nos comandos das questões. Quando houver desobediência à extensão mínima de palavras, estabelecida no comando da Redação, o candidato será apenado com a dedução cumulativa na proporção de dez pontos para cada conjunto de cinquenta palavras.

A legibilidade é condição indispensável para a correção da prova escrita de Português e critério de apenação do candidato. São aceitas a utilização de letra de forma (ou “letra maiúscula manuscrita”), respeitada a distinção entre maiúsculas e minúsculas, e as rasuras legíveis (“risco feito para tornar inválidas ou ilegíveis palavras ali contidas, ou substituí-las por outras”).



Exemplo de prova

Leia os textos I e II abaixo.

Texto I

Nossa revolução

Sérgio Buarque de Holanda

O Estado, entre nós, não precisa e não deve ser despótico – o despotismo condiz mal com a doçura do nosso gênio – mas necessita de pujança e compostura, de grandeza e solicitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir alguma força e também essa respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar a virtude suprema entre todas. Ele ainda pode conquistar por esse meio uma força verdadeiramente assombrosa em todos os departamentos da vida nacional. Mas é indispensável que as peças de seu mecanismo funcionem com certa harmonia e garbo. O Império brasileiro realizou isso em grande parte. A auréola que ainda hoje o cinge, apesar de tudo, para os nossos contemporâneos, resulta quase exclusivamente do fato de ter encarnado um pouco esse ideal.

A imagem de nosso país que vive como projeto e aspiração na consciência coletiva dos brasileiros não pôde, até hoje, desligar-se muito do espírito do Brasil imperial; a concepção de Estado figurada nesse ideal não somente é válida para a vida interna da nacionalidade como ainda não nos é possível conceber em sentido muito diverso nossa projeção maior na vida internacional. Ostensivamente ou não, a idéia que de preferência formamos para nosso prestígio no estrangeiro é a de um gigante cheio de bonomia superior para com todas as nações do mundo. Aqui, principalmente, o segundo reinado antecipou, tanto quanto lhe foi possível, tal idéia, e sua política entre os países platinos dirigiu-se insistentemente nesse rumo. Queria impor-se apenas pela grandeza da imagem que criara de si, e só recorreu à guerra para se fazer respeitar, não por ambição de conquista. Se lhe sobrava, por vezes, certo espírito combativo, faltava-lhe espírito militar. Oliveira Lima, que fez esta última observação, acrescenta que “as guerras estrangeiras, como métodos políticos, sempre foram encaradas pelo país como inoportunas e até criminosas, e nesse sentido especialmente a guerra do Paraguai não deixou de sê-lo; os voluntários que a ela acudiram, eram, de fato, muito pouco por vontade própria”¹.

Não ambicionamos o prestígio de país conquistador e detestamos notoriamente as soluções violentas. Desejamos ser o povo mais brando e o mais comportado do mundo. Pugnamos constantemente pelos princípios tidos universalmente como os mais moderados e os mais racionais. Fomos das primeiras nações que aboliram a pena de morte em sua legislação, depois de a termos abolido muito antes na prática. Modelamos a norma de nossa conduta entre os povos pela que seguem ou parecem seguir os países mais cultos, e então nos envaidecemos da ótima companhia. Tudo isso são feições bem características de nosso aparelhamento político, que se empenha em desarmar todas as expressões menos harmônicas de nossa sociedade, em negar toda espontaneidade nacional. O desequilíbrio singular que gera essa anomalia é patente e não tem escapado aos observadores. Um publicista ilustre fixou, há cerca de vinte anos, o paradoxo de tal situação. “A separação da política e da vida social — dizia — atingiu, em nossa pátria, o máximo de distância. À força de alheação da realidade, a política chegou ao cúmulo do absurdo, constituindo em meio de nossa nacionalidade nova, onde todos os elementos se propunham impulsionar e fomentar um surto social robusto e

¹ Oliveira Lima, *Aspectos da História e da Cultura do Brasil* (Lisboa, 1923), p. 78.



progressivo, uma classe artificial, verdadeira superfetação, ingênua e francamente estranha a todos os interesses, onde, quase sempre com a maior boa-fé, o brilho das fórmulas e o calor das imagens não passam de pretextos para as lutas de conquista e a conservação das posições”².

Em face de semelhante condição, nossos reformadores só puderam encontrar até aqui duas saídas, ambas igualmente superficiais e enganadoras. A experiência já tem mostrado largamente como a pura e simples substituição dos detentores do poder público é um remédio aleatório, quando não precedida e até certo ponto determinada por transformações complexas e verdadeiramente estruturais na vida da sociedade.

Outro remédio, só aparentemente mais plausível, está em pretender-se compassar os acontecimentos segundo sistemas, leis ou regulamentos de virtude provada, em acreditar que a letra morta pode influir por si só e de modo enérgico sobre o destino de um povo. A rigidez, a impermeabilidade, a perfeita homogeneidade da legislação parece-nos constituir o único requisito obrigatório da boa ordem social. Não conhecemos outro recurso.

Escapa-nos esta verdade de que não são as leis escritas, fabricadas pelos juriconsultos, as mais legítimas garantias de felicidade para os povos e de estabilidade para as nações. Costumamos julgar, ao contrário, que os bons regulamentos e a obediência aos preceitos abstratos representam a floração ideal de uma apurada educação política, da alfabetização, da aquisição de hábitos civilizados e de outras condições igualmente excelentes. No que nos distinguimos dos ingleses, por exemplo, que não tendo uma constituição escrita, regendo-se por um sistema de leis confuso e anacrônico, revelam, contudo, uma capacidade de disciplina espontânea sem rival em nenhum outro povo.

É claro que a necessidade de boa ordem entre os cidadãos e a estabilidade do conjunto social tornaram necessária a criação de preceitos obrigatórios e de sanções eficazes. Em tempos talvez mais ditosos do que o nosso, a obediência àqueles preceitos em nada se parece com o cumprimento de um dever imposto. Tudo se faz, por assim dizer, livremente e sem esforço. Para o homem a que chamamos primitivo, a própria segurança cósmica parece depender da regularidade dos acontecimentos; uma perturbação desta regularidade tem qualquer coisa de ominoso. Mais tarde, essa consideração da estabilidade inspiraria a fabricação de normas, com o auxílio precioso de raciocínios abstratos e ainda aqui foram conveniências importantes que prevaleceram, pois, muitas vezes, é indispensável abstrair da vida para viver e apenas o absolutismo da razão pode pretender que se destitua a vida de todo elemento puramente racional. Em verdade, o racionalismo excedeu os seus limites somente quando, ao erigir em regra suprema os conceitos assim arquitetados, separou-os irremediavelmente da vida e criou com eles um sistema lógico, homogêneo, a-histórico. (...)

Colocado no pólo oposto à despersonalização democrática, o “caudilhismo” muitas vezes se encontra no mesmo círculo de idéias a que pertencem os princípios do liberalismo. Pode ser a forma negativa, da tese liberal, e seu surto é compreensível se nos lembramos de que a história jamais nos deu o exemplo de um movimento social que não contivesse os germes de sua negação — negação esta que se faz, necessariamente, dentro do mesmo âmbito. Assim, Rousseau, o pai do contrato social, pertence à família de Hobbes, o pioneiro do Estado Leviatã; um e outro vêm da mesma ninhada. A negação do liberalismo, inconsciente em um Rosas, um Melgarejo, um Porfírio Diaz, afirma-se hoje como corpo de doutrina no fascismo europeu, que nada mais é do que uma crítica do liberalismo na sua forma parlamentarista, erigida em sistema político positivo. Uma superação da doutrina democrática só será

² Alberto Torres, *O Problema Nacional Brasileiro. Introdução a um Programa de Organização Nacional* (Rio de Janeiro, 1914), p. 88.



efetivamente possível, entre nós, quando tenha sido vencida a antítese liberalismo-caudilhismo.

Essa vitória nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda se assenta nossa vida social. Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e cujas etapas mais importantes foram sugeridas nestas páginas, tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as conseqüências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar.

(*Raízes do Brasil*, 24.^a ed. p. 126-142.)

Texto II

A questão da cidadania num universo relacional

Roberto DaMatta

Tome-se, por exemplo, um caso imaginário mas significativo. Como seria a chegada do grande observador Alexis de Tocqueville no Rio de Janeiro de hoje, entrando pelo Aeroporto Internacional do Galeão?

Veria, primeiramente, um sorriso luminoso das funcionárias de terra, moças elegantes nos seus bem talhados costumes, todas dispostas a contar uma anedota sobre o voo ou fazer uma confidência espirituosa sobre a linha aérea para a qual trabalham. Seriam até mesmo capazes de chamar o nosso aristocrata francês de Alex, pois na conversa formal para a intimidade a distância é tênue no Brasil. Encantado com esta recepção um tanto informal, Tocqueville baixaria por meio de uma escada rolante moderna para um outro andar. E, então, já significativamente por baixo, entraria numa fila para a apresentação do seu passaporte à Polícia Marítima e de Fronteira e outros corpos da nossa segurança pública. Com calor, e entrando numa gigantesca fila, ele (...) se perguntaria por que os brasileiros natos não seriam privilegiados em sua própria pátria, já que todos os países modernos dão aos seus cidadãos um conjunto de deveres, mas se abrem igualmente no reconhecimento de seus direitos, fazendo isso de modo franco, com satisfação. No Brasil, escreveria mais tarde Tocqueville no seu famoso diário de viagem: “a cidadania é definida negativamente neste país, visto que brasileiros natos têm de gramar na fila interminável para o controle dos passaportes, tanto quanto qualquer estrangeiro...” Ato contínuo a essa observação, ele notaria a total ausência de sinais de boas-vindas, tão comuns nos outros aeroportos internacionais do planeta. Diria intrigado de si para si: interessante como fui acolhido com intimidade pelas funcionárias lá em cima e agora, aqui embaixo, estou sendo simbolicamente repelido do modo o mais impessoal. É como se uma das mãos lavasse a outra...

Logo depois, entretanto, e já impaciente com a morosidade da fila, Tocqueville notaria mais intrigado ainda uma chamada de nomes! É que funcionários da polícia, devidamente identificados, gritam por nomes de passageiros. Alguns logo se apresentam e, com abraços ou apertos de mãos, saem incontinentemente da fila, ganhando o espaço livre onde estão a alfândega e suas malas. Inicialmente, o nosso observador francês pensa que esses são passageiros ilustres, talvez milionários, celebridades ou nobres. Mas logo descobre, perplexo, que muitos são simplesmente amigos ou parentes de pessoas que trabalham naquele local ou que têm amigos que ali trabalham. São, pois, aristocratas por acidente, mas o fato é que deixam todos com inveja quando saem da fila com ar meio envergonhado, mas felizes. Suado, cansado de esperar e intrigado com esse novo país que terá de entender, Alexis de Tocqueville bem



poderia escrever na sua caderneta de campo: “Curioso país esse Brasil, feito de um credo liberal tão alardeado na base de suas instituições jurídicas, mas operando de modo a privilegiar as relações pessoais de modo tão flagrante. Vi na chegada ao Rio o estabelecimento de hierarquias inesperadas entre as pessoas, só porque algumas tinham conhecidos ou parentes entre os funcionários do aeroporto. Assim sendo, tais indivíduos eram chamados e deixavam as filas, mesmo quando tinham nos seus empregos e ocupações uma posição menos importante que a de muitas pessoas que continuavam nas filas. Observei, continuaria ele, que ser estrangeiro dava direito imediato a melhor tratamento do que ser um nativo. De fato, verifiquei que meu passaporte francês era quase mágico, evitando maiores delongas junto ao funcionário que manipulava um moderníssimo computador cujo banco de dados fica à disposição da polícia. Curioso, concluiria novamente o nosso imaginário e perplexo Alexis de Tocqueville, que num país tão pobre de recursos os bancos de dados ultramodernos tenham sido implantados primeiramente para o controle policial dos cidadãos do país e até hoje a pesquisa científica vegete em busca de verbas para essas máquinas. Será que o liberalismo brasileiro tem uma bela teoria da igualdade, mas na prática tudo é diferente?”

Mas qual será a moral da nossa fábula? Ora, ela nos diz que, em situações históricas e sociais diferentes, a mesma noção de cidadania, o mesmo conceito de indivíduo engendram práticas sociais e tratamentos substancialmente diversos. E para complicar um pouco mais as coisas, revelando como elas não são nem estanques, nem lineares, pode-se pensar ainda naquilo que Wanderley Guilherme dos Santos chamou de “cidadania regulada”, uma forma de cidadania mais ou menos às avessas (como essa que mencionei acima), que: (a) seria reconhecida e definida por uma lei outorgada pelo Estado; e (b) estaria ligada a um “sistema de estratificação ocupacional” e “não a um código de valores políticos” (Cf. dos Santos, 1979:75). O resultado é uma nítida distinção de certas categorias ocupacionais que passaram a ter mais direitos que outras, gozando mais cedo e melhor de certos direitos universais (como férias e direitos de pertencer a um sindicato) que estariam teoricamente ligados à idéia geral do trabalhador-cidadão. Isso mostra como o papel do cidadão e a noção política de cidadania podem ser diferencialmente acoplados em sociedades diferentes e até mesmo num só sistema social. Mas o que o caso brasileiro inegavelmente revela é que a noção de cidadania sofre uma espécie de desvio, seja para baixo, seja para cima, que a impede de assumir integralmente seu significado político universalista e nivelador (Cf. DaMatta, 1979: 184 ss; Peirano, 1982, para considerações semelhantes).

(*A casa e a rua*, p. 7 –104 – com adaptação).

Parte I - Resumo

Resuma, em 200 a 250 palavras, exclusivamente com base nos textos I e II, a resposta às questões formuladas por Roberto DaMatta em continuação ao texto II.

“Mas qual é o mecanismo social para que tal variação venha a ocorrer? Ou melhor: por que a noção de cidadania sofre tal variação no Brasil, quando o que a caracteriza em sociedades como a inglesa, a francesa e a norte-americana é a sua invejável estabilidade?”
(valor: 40 pontos)



Exemplo de resumo

Grace Tanno (35/40)

Em excerto do livro “A casa e a rua”, intitulado “A questão da cidadania num universo relacional”, Roberto DaMatta indaga por que, no Brasil, o conceito de cidadania varia, enquanto se mantém constante nas sociedades inglesa, francesa e norte americana.

Da Matta assevera que, no Brasil, a noção de cidadania não apresenta significado universalista ou nivelador, como na Inglaterra, França e Estados Unidos, uma vez que, no país, privilegiam-se as relações pessoais.

Em excerto do livro “Raízes do Brasil”, intitulado “Nossa revolução”, Sérgio Buarque de Holanda discorre sobre o tema da pergunta de DaMatta e atribui a variação do conceito de cidadania aos fundamentos personalistas que permeiam a sociedade brasileira.

Por fim, Holanda afirma que, somente por meio de mudança estrutural na vida da sociedade brasileira que ponha fim aos elementos personalistas, será possível tornar estável o conceito de cidadania do país. O sociólogo critica, assim, as tentativas de modificar o personalismo da vida política nacional por meio de simples substituição do poder público e elaboração de leis.

Parte II - Redação

Valendo-se da leitura dos textos I e II, disserte sobre o tema suscitado no seguinte trecho extraído de “Nativismo provisório”, de Euclides da Cunha:

“O nosso antilocalismo frisa pela parcialidade. Não há aplausos que nos bastem aos forasteiros disciplinados que nos últimos tempos transfiguraram as nossas culturas e se vincularam aos nossos destinos, nobilitando o trabalho e facilitando a maior reforma social do nosso tempo. Somos adversários do nativismo sentimental e irritante, que é um erro, uma fraqueza e uma velharia contraposta ao espírito liberal da política contemporânea. A este pseudopatriotismo, para o qual Spencer, na sua velhice melancólica e desiludida, criou a palavra “diabolismo”, deve antepor-se um lúcido nacionalismo, em que o mínimo desquerer ao estrangeiro, que nos estende a sua mão experimentada, se harmonize com os máximos resguardos pela conservação dos atributos essenciais da nossa raça e dos traços definidores da nossa gens complexa, tão vacilantes, ou rarescentes na instabilidade de uma formação etnológica não ultimada e longa. E ainda quando nos turbasse um esmaniado jacobinismo, todo ele rui ao defrontar o quadro da imigração do Brasil: homens de outros climas que aqui se nacionalizam consorciados com a terra pelos vínculos fecundos das culturas.”

Extensão: de 400 a 500 palavras.
(valor: 60 pontos)

Exemplo de redação

Leonardo Antonio Onofre de Souza (52/60)

Em tempo de economias nacionais cada vez mais integradas, é ambígua a postura das nações quanto à contribuição dos estrangeiros para o avanço das sociedades. Como lembra



Rubens Ricúpero, malgrado o estímulo concedido aos fluxos mundiais de capital de bens e serviços, o movimento da força de trabalho entre países não desfruta dos benefícios da liberalização. Assim, na medida em que a lógica econômica contamina e invade todas dimensões da vida social e dificulta migrações internacionais, descarta-se a participação relevante que o contato com a diversidade pode ter no desenvolvimento de um povo. No caso brasileiro, a ajuda externa potencial transcende largamente os aspectos financeiros e produtivos.

Sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, tem sido crescente a resistência ao acolhimento de africanos, asiáticos, latino-americanos, indivíduos em busca de melhores condições de existência no mundo desenvolvido. Diante do baixo dinamismo recente do setor produtivo, aumentado pelo medo do terrorismo, os estrangeiros são vistos como fator de instabilidade social em parte expressiva do hemisfério norte. São acusados de ocupar postos de trabalho escassos, portanto, valiosos para as sociedades locais, suscitando, por partes destas, reações muitas vezes violentas e intolerantes. Enquanto na Alemanha, grupos neonazistas disseminam medo entre imigrantes do Leste europeu, na Áustria e na Suíça governos de direita ascendem ao poder, baseados na defesa de medidas nacionalistas e de iniciativas contra fluxos migratórios. Com a globalização, a generosidade cede espaço à intransigência.

Decorreram dessa postura, contudo, efeitos perversos para o próprio desenvolvimento nacional. Ao invés de afluência, o que se obteve é empobrecimento, uma vez que se perde ocasião de crescimento cultural e humano decorrente das diferenças entre o estrangeiro e o nacional. Menos do que ameaça, a diversidade precisa ser instrumento de interfertilização, de melhoria mútua, de passo importante para a superação de dificuldades e para a aquisição de novas qualificações. Os italianos trouxeram para o Brasil, por exemplo, maior clareza quanto à relevância da organização sindical, enquanto a habilidade e a iniciativa de alemães e eslavos resultaram em indústria incipiente em sociedade então marcadamente agrícola. A busca de maior contato com outros povos pode ser, portanto, elemento relevante de construção e de desenvolvimento social.

No Brasil atual, a convivência com outras nacionalidades assume particular importância. Considerando os enormes desafios que o país enfrenta, sobretudo na reformulação da exercício da cidadania, a perspectiva do estrangeiro, surpreso diante das contradições entre o discurso liberal e a prática personalista, pode representar centelha de mudança lenta, mas irreversível. Porquanto questionador, o olhar externo tende a combater a acomodação no qual se encontra a sociedade brasileira em face de injustiças e discriminação legitimadas na prática social. Acolher e ouvir o outro, possuidor de herança cultural distinta, pode ser motor de transformações mais profundas do que simples inovações econômicas.

É preciso, nessas condições, repensar o tratamento dado à questão do espaço do estrangeiro no desenvolvimento das sociedades nacionais. Ater-se à lógica da economia é a atitude reveladora de visão estreita da realidade, que pouco contribui para avanços duradouros. A verdadeira revolução dos países depende, portanto, de abertura mais profunda ao mundo.

Orientação para a prova oral de Português

Juntamente com a prova de Política Internacional, a ser realizada na Quarta Fase do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, os candidatos serão submetidos a avaliação



da expressão oral na modalidade culta da língua portuguesa usada contemporaneamente no Brasil.

Será feita por Banca específica de Português, que acompanhará a exposição e a arguição do candidato pela Banca Examinadora de Política Internacional. Para tal, outros três examinadores, além dos integrantes da banca de Política Internacional, participarão do processo de avaliação. Observe-se que a banca de expressão oral em língua portuguesa não atuará no processo de arguição dos candidatos.

Os critérios de avaliação são:

1. Fluência

- a. Elocução: 5 pontos (grupos de sentido, inflexão / entonação, gestualidade, expressão facial, postura corporal)
- b. Características vocais: 5 pontos (articulação, velocidade, volume)

2. Linguagem

- a. Correção gramatical: 20 pontos (emprego da norma culta)
- b. Qualidade da linguagem: 10 pontos – excepcional; 0 – linguagem comum (riqueza vocabular, uso de léxico contemporâneo, ausência de clichês e vícios de linguagem)
- c. Estratégias comunicativas: 10 pontos (exercício e negociação de poder; regras dialógicas: a tomada da fala – início e fim, transição; recursos fáticos: atenuação; regras de polidez; solução de conflitos)
- d. Registro lingüístico: 5 pontos (manutenção do registro escolhido para a exposição e a arguição)

3. Conteúdo

- a. Organização lógica das idéias : 20 pontos (plano de exposição explícito)
- b. Capacidade de síntese: 20 pontos (adequação ao tempo, concisão e economia)
- c. Coesão do texto falado: 5 pontos (uso de conectores e outros mecanismos de construção da exposição)



INGLÊS

The English exam consists of three sections: composition on a non-specialist topic, 350 to 450 words in length (50 marks); translation into English of one or more texts (30 marks); and a summary (20 marks).

Bibliography:

The growing and widespread use of the Internet has made it possible to gain access to a vast array of content in English. In preparing for the exam, candidates are strongly recommended to use this tool to consult high-standard daily and weekly press publications, such as *The Times*, *The New York Times*, *The Washington Post* and *Guardian*. Many publications, such as *The International Herald Tribune*, *The Financial Times*, *The Economist* and *Newsweek* are readily available in print form in Brazil.

Basic reference works:

English dictionaries:

COLLINS Cobuild English Language Dictionary. London: Collins.

LANGUAGE Activator. London: Longman.

THE LONGMAN Dictionary of Contemporary English. London: Longman.

THE OXFORD Advanced Learner's Dictionary of Current English. Oxford: Oxford University Press.

THE RANDOM HOUSE College Dictionary. New York: Random House.

ROGET'S Thesaurus. London: Longman.

WEBSTER'S Collegiate Dictionary. New York: BD&L.

Bilingual dictionaries:

CAMBRIDGE Word Routes-Inglês/Português: Dicionário temático do inglês contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DICIONÁRIO Português-Inglês. Porto: Porto Editora.

NOVO MICHAELIS: Inglês-Português, Português-Inglês. São Paulo: Melhoramentos.

TAYLOR, J. L. Portuguese-English Dictionary. Rio de Janeiro: Record.

Grammar and Usage:

COLLINS Cobuild English Usage. London: Harper Collins.

CUTTS, Martin. The Plain English Guide. Oxford: Oxford University Press.

FRANK, M. Modern English. Englewood-Cliffs: Prentice-Hall. (Plus the useful accompanying exercise books.)

LEECH, G.; SVARTVIK, J. A Communicative Grammar of English. London: Longman.

Oxford Collocations Dictionary for Students of English. Oxford: Oxford University Press

SANTOS, Agenor. Guia Prático de Tradução Inglesa. São Paulo: Cultrix.

SWAN, M. A Practical English Usage. Oxford: Oxford University Press.

THOMPSON, A.J.; MARTINET, A.V. A Practical English Grammar. Oxford: Oxford University Press.



Larger reference works:

COMPREHENSIVE Grammar of the English Language. London: Longman.
OXFORD English Dictionary. Oxford: Oxford University Press.
THE RANDOM HOUSE Dictionary of the English Language. New York: Random House.
WEBSTER'S Third International Dictionary. New York: BD&L.

Other resources:

WALKER, Sara Burkitt. *Candidate's Handbook: English*. Brasília: FUNAG, 2000.

Electronic sources:

There is a wealth of dictionaries, glossaries and thesauruses available in electronic format on the Internet. A useful starting point is:

<http://www.yourdictionary.com>

Guidelines for study:

Translation (30 marks)

The examiners are looking for a correct, natural rendition in English of one or more texts in Portuguese. Points are deducted for translation faults, grammatical errors, wrong word choice, and bad style, should the latter impair the reading of the text. Half points are deducted for minor mistakes, including punctuation and spelling.

Summary (20 marks)

The examiners assess ability to work with transformation and adaptation of texts in the English language. Aspects observed in this section of the exam include ability to summarise the content of a given text and to think logically, command of grammar, vocabulary, usage, register and appropriacy.

Composition (50 marks)

The examiners expect advanced knowledge of English combined with an ability to put it to effective use in a well-planned composition. A total of 50 marks is awarded for the composition, allocated as follows:

Grammatical accuracy (25 marks): here the examiners assess the correctness and appropriacy of the writing. One mark is deducted for each serious mistake and half a point for each minor slip (including punctuation) or spelling mistake. Candidates scoring zero in this section through weak command of English will automatically score zero for the entire composition. Likewise, compositions written in visibly sub-standard English will be awarded an automatic zero and not be subject to detailed correction.



Plan and development of ideas (15 marks): the three main considerations here are:

- (1) the candidate's ability to think clearly and express himself logically in English;
- (2) the relevance of ideas and exemplification to the subject of the composition; and
- (3) organisation of the text as expressed in features such as adequate paragraphing.

Candidates should aim to make their composition as interesting as possible. Although the examiners cannot demand novel ideas, they are likely to be favourably impressed by genuine originality. Apt illustration is a useful way to achieve this end. Passages that have patently been learnt by heart and are artificially engineered into the composition will be severely penalised; compositions that avoid discussion of the topics established will likewise score zero in this section.

Quality of language (10 marks): Marks are awarded on a positive basis in this item for good idiomatic English, varied constructions and a display of aptly chosen, broad-ranging vocabulary.

Candidates producing correct but pedestrian English of a distinctly elementary nature may score zero in this section, particularly if this is seen to be playing safe.

Candidates should take due note that compositions falling short of the minimum length (350 words) will have 10 marks deducted for every 50 words below the set length.

Words written illegibly will be penalised as errors.

Compositions that are patently off topic will score an automatic zero.

Compositions set in recent years

1998

Discuss the following statement in the context of economic integration and globalization.

“The cultural revolution of the later twentieth century can best be understood as the triumph of the individual over society, or rather, the breaking of the threads which in the past had woven human beings into social textures.”

(Eric Hobsbawm, *Age of Extremes*)

1999

Discuss the following statement in relation to the issue of state secrets and the role of the press.

“The greatest triumphs of propaganda have been accomplished, not by doing something, but by refraining from doing. Great is the truth, but still greater, from a practical point of view, is silence about the truth.”

(Aldous Huxley)

2000

Discuss the following statement:

Developing countries have a fundamental choice. They can mimic the industrialised nations and go through an economic development phase that is dirty, wasteful and creates an enormous legacy of environmental pollution; or they can leapfrog and incorporate efficient, modern technologies.

(José Goldenberg, in *Guardian Weekly*, November 1999)



2001

In the light of the following quotations, comment on the relations between economics, warfare, and the forging of the modern state.

What a country calls its vital economic interests are not the things which enable its citizens to live, but the things which enable it to make war.

Simone Weil in: W.H. Auden, A Certain World. 1971

Think of political economy as an historical process rather than some kind of established model. It begins – and this is often forgotten – with war, the father of all things. It was war, time and again pushing up the expenses of governments, that fostered the development of modern systems of taxation. For most of history, men lived in warfare states, not welfare states.

Those who prefer their political history to be finance-free need to remember that it was in large measure the quest for taxation that led to the spread of representative government. ‘No taxation without representation’ was not just a slogan of the American Revolution; it accurately describes a historical process stretching back to medieval England, and indeed to ancient Athens. And as many states have sought to increase the taxation they exact, so they have found it hard to refuse a concomitant widening of political representation. A case in point was the great democratisation that occurred after the First World War, which can be understood as the political price for high wartime sacrifices.

Money does not make the world go round, but it establishes the framework – the cage, if you like – within which we live our lives. To understand this is not to be let out the cage. It does not even tell us who has the key. But at least it shows us where the bars are.

Niall Ferguson, The Cash Nexus. Harmondsworth: Penguin, 2001

2002

Read the following excerpt adapted from Ana Viseu’s “An assessment of McLuhan’s prediction that electronic technologies would lead us back to an oral culture” and, in the light of it and the text by Aidan Mathews in Section 1, **comment critically on the role of language and visual imagery in modern electronic culture.**

“It is a fact that electronic digital technologies lack a sense of linearity. In fact, they are based on a non-linearity that tends to facilitate a more associative way of organizing information, e.g., hypertext. It is also true that new technologies tend to be global and not focused — that is, they influence more than one sense. A good example of this is the acoustic virtual environments which are much stronger than a visual experience. A visual experience tacitly distances you, places you in a transcendent, removed position, rather than embodying you at the center of a new context. This implies not only that digital technologies offer the possibility of creating new global spaces by using sound, but also that the perspective from the user’s point of view changes. She/he is no longer a mere observer in a detached position, but rather she/he actively constructs this space.

Marshall McLuhan was right in predicting that the change from mechanic technologies to electronic, digital technologies would create a new culture that more resembles ancient oral cultures than the recent visual, print culture.”

2003/1

Taking into account the texts comprising this exam, read the following excerpt from Kenan



Malik's "Genes, culture and human freedom" and then **discuss the tension between human culture and nature.**

When a beaver builds a dam, it doesn't ask itself why it does so, or whether there is a better way of doing it. When a swallow flies south, it doesn't wonder why it is hotter in Africa or what would happen if it flew still further south. Humans do ask themselves these and many other kinds of questions – questions that have no relevance, indeed make little sense, in the context of evolved needs and goals.

What marks out humans is our capacity to go beyond our naturally defined goals – such as the need to find food, shelter or a mate – and to establish human-created goals. Our evolutionary heritage certainly shapes the way that humans approach the world. But it does not limit it.

Similarly, our cultural heritage influences the ways in which we think about the world and the kinds of questions we ask of it, but it does not imprison them. If membership of a particular culture absolutely shaped our worldview, then historical change would never be possible.

If the people of medieval Europe had been totally determined by the worldview sustained by medieval European culture, it would not have been possible for that society to have become anything different. It would not have been possible, for instance, to have developed new ideas about individualism and materialism, or to have created new forms of technology and new political institutions.

Human beings are not automata who simply respond blindly to whatever culture in which they find themselves, any more than they are automata that blindly respond to their evolutionary heritage. There is a tension between the way a culture shapes individuals within its purview and the way that those individuals respond to that culture, just as there is a tension between the way natural selection shapes the way that humans think about the world and the way that humans respond to our natural heritage. This tension allows people to think critically and imaginatively, and to look beyond a particular culture's horizons.

In the six million years since the human and chimpanzee lines first diverged on either side of Africa's Great Rift Valley, the behaviour and lifestyles of chimpanzees have barely changed. Human behaviour and lifestyles clearly have. Humans have learned to learn from previous generations, to improve upon their work, and to establish a momentum to human life and culture that has taken us from cave art to quantum physics – and to the unravelling of the genome. It is this capacity for constant innovation that distinguishes humans from all other animals.

All animals have an evolutionary past. Only humans make history. The historical, transformative quality of being human is why the so-called nature-nurture debate, while creating considerable friction, has thrown little light on what it means to be human. To understand human freedom we need to understand not so much whether we are creatures of nature or nurture, but how, despite being shaped by both nature and nurture, we are also able to transcend both.

Kenan Malik is author of *Man, Beast and Zombie: What Science Can and Cannot Tell Us About Human Nature*, Weidenfield and Nicolson, 2000.

2003

Read the following text on Leonardo da Vinci and, in the light of it and any of the ideas broached in the texts in Sections 1 & 2 above, **discuss the uses of art and technology and their relation to ethics in the current diplomatic scenario.**



Ever the perfectionist, Leonardo turned to science in the quest to improve his artwork. His study of nature and anatomy emerged in his stunningly realistic paintings, and his dissections of the human body paved the way for remarkably accurate figures. He was the first artist to study the physical proportions of men, women and children and to use these studies to determine the “ideal” human figure. Unlike many of his contemporaries — Michelangelo for example — he didn't get carried away and paint ludicrously muscular bodies, which he referred to as “bags of nuts.”

All in all, Leonardo believed that the artist must know not just the rules of perspective, but all the laws of nature. The eye, he believed, was the perfect instrument for learning these laws, and the artist the perfect person to illustrate them.

Leonardo the scientist bridged the gap between the shockingly unscientific medieval methods and our own trusty modern approach. His experiments in anatomy and the study of fluids, for example, absolutely blew away the accomplishments of his predecessors. Beginning with his first stay in Milan and gathering pace around 1505, Leonardo became more and more wrapped up in his scientific investigations. The sheer range of topics that came under his inquiry is staggering: anatomy, zoology, botany, geology, optics, aerodynamics and hydrodynamics, among others.

As his curiosity took him in ever wilder directions, Leonardo always used this method of scientific inquiry: close observation, repeated testing of the observation, precise illustration of the subject, object or phenomenon with brief explanatory notes. The result was volumes of remarkable notes on an amazing variety of topics, from the nature of the sun, moon and stars to the formation of fossils and, perhaps most notably, the mysteries of flight.

Artists have always found it difficult to make a living off their art. And even a master like Leonardo was forced to sell out in order to support himself. So he adapted his drawing skills to the more lucrative fields of architecture, military engineering, canal building and weapons design. Although a peacenik at heart, Leonardo landed a job working for the Duke of Milan by calling himself a military engineer and outlining some of his sinister ideas for weapons and fortifications. Like many art school types in search of a salary, he only briefly mentioned to the Duke that he could paint as well.

Lucky for Leonardo, he was actually really talented as an engineer. Good illustrators were a dime a dozen in Renaissance Italy, but Leonardo had the brains and the diligence to break new ground, usually leaving his contemporaries in the dust. Like many crackpot geniuses, Leonardo wanted to create “new machines” for a “new world.”

(Adapted from texts at <<http://www.mos.org/leonardo>>)

Sample composition

Marcus Vinicius da Costa Ramalho (45,5/50)

In his work Civilisation and its Discontents, dated 1930, Sigmund Freud wrote a passage that deserves to be quoted at length, albeit in a paraphrased way: “the fateful question for mankind seems to be whether and to what extent their cultural development will succeed in mastering the human instinctive impulse toward aggression and self-destruction. (...) Human beings have gained such a control over the forces of nature that with their help they would have no difficulty in exterminating one another to the last man.”



In this light, ethics may be defined as a framework that makes men refrain from giving way to their inherent aggressive impulse (what Freud called the “death drive”). Ethics goes thereby hand in hand with culture and, ultimately, civilisation. It is then clear that art, as an expression of cultural development, may contribute significantly to the maintenance of the ethical framework and to the enhancement of human relations. Art has the power of bringing together peoples of different origins and creeds, dismantling the barriers to mutual understanding and leaving little room for resentment.

Technology, on the other hand, has the potential to operate wonders, but it also harbours the potential for destruction that is cause for much of the present-day discomfort. The current diplomatic scenario provides a clear illustration of it. The consciousness of the deadly power of atomic weapons led to a regime of nuclear non-proliferation, as a means to limit man’s “control over the forces of nature”. If states remain concerned about their security, it is evident that such a regime must rest upon the notion and existence of collective security. As the current sole superpower displays an increasingly unilateral stance, undermining the basis of the multilateral order, can one prevent countries from seeking “new machines” for a “new world” where collective security seems to be giving way to the anarchical pattern of “self-help” depicted by the so-called realists? North Korea is a case in point.

As the scope of human relations is broadened with globalisation, the potential for aggression is also increased. The task of art could not be more urgent. It is a universal language whose all-embracing nature reinforces the ethical imperative. It remains one of the last hopes that life may triumph over the death drive.

Sample translations

Translation A

Translate the following passage into English:

Depois da Síria, agora o Irã é a bola da vez. Em comunicado endossado pelos EUA e outros países, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) declarou que Teerã falhou ao deixar de cumprir as obrigações de salvaguarda nuclear e que o programa nuclear iraniano é “preocupante”. Washington acusa o governo iraniano de construir uma usina para o enriquecimento de urânio. Enfático, Bush afirmou que os EUA não vão tolerar armas nucleares em território iraniano. “A comunidade internacional deve se unir para sinalizar claramente ao Irã que não toleramos o desenvolvimento de armas nucleares no País. O Irã torna-se perigoso caso venha a fabricar um dispositivo nuclear”, disse. Washington pressiona Teerã para que aceite incondicionalmente as inspeções da ONU. O presidente iraniano, Mohammed Khatami, negou a fabricação de bombas atômicas. “Não acreditamos que armas atômicas tragam segurança à nação”, afirmou Khatami. Para o analista Mario Sznajder, da Universidade de Jerusalém, a razão da pressão é o petróleo na Península Arábica. “Se algum estado do Golfo Pérsico ameaçar usar armas nucleares, isso prejudica a extração de petróleo e destrói a economia mundial, porque 60% da produção no mundo vem da região”, disse à revista IstoÉ.

Adaptado de IstoÉ, 25 de junho de 2003.



Abrahão André de Araújo (7,5/10)

After Syria, it is now Iran's turn. In a communication endorsed by the USA and other countries, the International Atomic Energy Agency (IAEA) stated that Tehran failed to comply with the nuclear safeguards and that Iran's nuclear program is "worrysome". Washington accuses the Iranian government of building a plant for uranium enrichment. President Bush has emphatically affirmed that the USA is not going to allow nuclear weapons in Iranian territory. "The international community should come together to clearly let Iran know that we are not going to allow the development of nuclear weapons in that country. Iran becomes dangerous if it builds a nuclear artifact," he said. Washington presses Teheran to accept the UN's inspections unconditionally. Iranian President, Mohammed Khatami, has denied the building of atomic bombs. "We do not believe that atomic weapons bring security to the nation," said Khatami. According, to Mario Sznajder, an analyst from the University of Jerusalem, the reason for the pressure is the oil in the Arabian Peninsula. "If any Gulf state threatens to use nuclear weapons, that jeopardizes the oil extraction and destroys the world economy, because 60 percent of the world production comes from the region," he told IstoÉ magazine.

Translation B

In 1938, Graciliano Ramos served on a panel of judges in a literary contest that passed up Guimarães Rosa's *Sagarana* to select Luís Jardim's *Maria Perigosa*. The excerpt below is adapted from Ramos' "Conversa de Bastidores," which was included as a preface to the seventh edition of *Sagarana*.

Translate this excerpt into English:

Pois nesse júri cinco indivíduos, murchos com o golpe de 10 de novembro, indispostos ao elogio, enfatiados, decidiram ler mais de cinquenta volumes. Podem imaginar como a tarefa se realiza. A gente folheia o troço, bocejando, fazendo caretas, admite enfim que a leitura é desnecessária; solta-o, pega um papel, rabisca um zero, às vezes qualquer reflexão enérgica. E passa adiante. Alguma coisa razoável é posta de lado e mais tarde se examina.

Aborrecendo-me assim, abri um cartapácio de quinhentas páginas grandes: uma dúzia de contos enormes, assinados por certo Viator. Em tais casos, rogamos a Deus que o original não preste e nos poupe o dever de ir ao fim. Não se deu isso: aquele era trabalho sério em demasia. Certamente de um médico mineiro e lembrava a origem: montanhoso, subia muito, descia — e os pontos elevados eram magníficos, os vales me desapontavam.

No dia do julgamento, ficamos horas hesitando entre esse volume desigual e outro: *Maria Perigosa*, que não se elevava nem caía muito. Optei pelo segundo.

Viator desapareceu sem deixar vestígio. Desgostei-me: eu desejava sinceramente vê-lo crescer, talvez convencer-me de meu engano ao preterir-lo.

Em fim de 1944, Idelfonso Falcão apresentou-me J. Guimarães Rosa, secretário de embaixada, recém-chegado da Europa.

- O senhor figurou num júri que julgou um livro meu em 1938.
- Como era o seu pseudônimo?
- Viator.
- Sabe que votei contra o seu livro?
- Sei, respondeu-me sem nenhum ressentimento.



Marcus Vinicius da Costa Ramalho (18,5/20)

So it happened that in this panel five individuals desolated by the 10th of November coup, devoid of any propensity to praising, weary, decided to read more than fifty volumes. You can imagine how the task is carried out. We peruse the thing, bored, making faces, admitting at last that reading is unnecessary; we drop it, take a piece of paper, scribble a zero, sometimes any kind of strong-worded comment. And move on. Something that seems reasonable is left aside to be examined later.

Worsening my mood in this way, I opened a big heavy block with five hundred large pages: a dozen lengthy tales, signed by a certain Viator. In such cases, we beg God that the original be not worth a dime and spare us from the obligation of going to the end. It didn't turn out that way: that was too serious a work. The author was certainly a "mineiro" doctor and the book resembled his origins: a landscape of mountains, it would climb a lot and then come down – and the peaks were magnificent, while the valleys disappointed me.

On the day of the judgement, we spent hours hesitating between this uneven volume and another: "Maria Perigosa", that neither rose nor fell much. I chose the second one.

Viator disappeared without leaving a trace. That upset me: I sincerely wished to see him grow, maybe to convince myself of my mistake in not choosing him.

At the end of 1944, Ildefonso Falcão introduced me to J. Guimarães Rosa, an embassy secretary who had just arrived from Europe.

"You took part in a panel that judged a book of mine in 1938."

"What was your alias?"

"Viator."

"Do you know that I voted against your book?"

"Yes, I do," he replied without any sign of resentment.

Sample summary

Summarise the text **in your own words** in the space below (maximum 200 words).

Rodrigo Barradas Krammes (17/20)

In a lecture for the Charles University and Academy of Sciences, Jennifer Allen Simons discusses the relations between science and ethics. She states that, at some point in time, science has been deviated from its original path – that of controlling nature and enhancing men's life – to another that is centered in controlling the means to destroy both nature and men. She also argues that the ancient idea of perfecting the self through spiritual progress has morphed into the alteration of the body through external technological manifestation. Citing Schweitzer, Simons ponders that if the scientific model of nature remains detached from the human factor, then it is only a matter of time until we reach inhumanity. And even though the direction of the development of science is not inevitable, but rather shaped by humanly made options, philosophy has not been useful to help shaping the development of science towards civilisation values. She ends the lecture in an optimistic socratic vein, stating her faith in the good nature of men.



Guidelines for the Oral Exam

The Oral Exam consists of an interview in which the candidate is examined on a text distributed and prepared shortly beforehand. As part of the exam, the candidate is required to make an oral summary of the text **in his own words**. The summary should take only **two to three minutes** and demonstrate the candidate's comprehension of the text, grasp of the subject and capacity to distinguish between main features and details. The summary is to be made without direct reference to the text. Although candidates may make notes as an *aide-mémoire*, they are strongly recommended not simply to read from them, which will be severely penalised. The marks for the orals will be allocated as follows:

I – ABILITY TO COMMUNICATE	Pronunciation, Intonation, Stress & Diction	15
	Fluency	15
	Subtotal:	30
II - LANGUAGE	Grammar & Usage	20
	Quality of Language	10
	Subtotal:	30
III - CONTENT	Ability to Discuss Topic	20
	Comprehension of Text	10
	Summary	10
	Subtotal:	40
TOTAL:		100



HISTÓRIA

A prova de História constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, três das quais tratarão do Brasil.

A) HISTÓRIA DO BRASIL

Programa:

1. A independência e seus antecedentes: a situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da Monarquia Portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
2. O Brasil Imperial - Política e Administração: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências socioeconômicas.
3. O Brasil Imperial - Economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. O Brasil Imperial - Sociedade e Cultura: a população. A estrutura social. Vida cultural.
5. O Brasil Imperial - Política Externa: o reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra. As relações com a Europa.
6. O advento da República: as crises no fim do Império. A questão religiosa, as questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ações. O Positivismo.
7. O Brasil Republicano - Política e Administração:
 - a) A Primeira República (1889-1930) - O Governo provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.
 - b) A Segunda República (a partir de 1930) - O Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967. A Constituição de 1988.
8. O Brasil Republicano - Economia:
 - a) A Primeira República (1889-1930) - A Estrutura econômico-financeira, as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.
 - b) A Segunda República (a partir de 1930) - A industrialização. A política de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial.
9. O Brasil Republicano - Sociedade e cultura: a população, a expansão demográfica, a imigração e a colonização; as migrações internas e a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista. Aspectos da cultura do período.
10. O Brasil Republicano - Política Externa:
 - a) A Primeira República (1889-1930) - o reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.
 - b) A Segunda República (a partir de 1930) - a política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.
11. Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60:
 - a) A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar.



b) O período 1964-1985. Os governos militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os atos institucionais. A ideologia da Segurança Nacional. Os aspectos da cultura do período.

c) O período 1985-1999. A redemocratização. A crise do modelo tecnoburocrático e do nacional-desenvolvimentismo. Sociedade e cultura no período.

B) HISTÓRIA MUNDIAL CONTEMPORÂNEA

Programa:

1. Estruturas e idéias econômicas

Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o “New Deal”. A prosperidade no segundo pós-guerra. O “Welfare State” e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.

2. Revoluções

As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e “Trade Unions”. Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba.

3. As Relações internacionais

Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A “teoria dos dois campos” e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A “détente”. A “segunda Guerra Fria” (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.

4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação

O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

5. A evolução política e econômica nas Américas

A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas.



6. Idéias e regimes políticos

Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX.

7. A vida cultural

O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

Bibliografia:

A) História do Brasil:

- BOXER, Charles. “A Idade de Ouro do Brasil”; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- CAMPOS, Flávio; Dohnnikoff, Miriam. *Manual do Candidato: História do Brasil*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.
- CARONE, Edgar. *A República Velha*. São Paulo: DIFEL.
- _____. *A Segunda República*. São Paulo: DIFEL.
- _____. *A Terceira República (1930-1937)*. São Paulo: DIFEL.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- _____. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000. 2 v.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 25. ed. São Paulo: Nacional, 1995.
- GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do Império à República*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995. (História Geral da Civilização Brasileira, v.7)
- _____. ; FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Bertrand Brasil.
- IGLESIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____. *A Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- SCHWARTZ, Liliam Moritz. *As barbas do Imperador D. Pedro II: um monarca dos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1999.



B) História Mundial Contemporânea:

- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.
- BARRACLOUGH, G. *Introdução à História Contemporânea*, 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- CARDOSO, Fernando Henrique ; FALETTTO, Enzo. *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*. 7. ed. Rio de Janeiro: LTr, 1996.
- CASTAÑEDA, Jorge C. *A Utopia Desarmada*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- _____. *A Era do Capital*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- _____. *A Era dos Extremos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1997.
- _____. *A Era dos Impérios*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- _____. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- JOUVENEL, Bertrand de. *As Origens do Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- O'GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América*. São Paulo: UNESP, 1992.
- OLIVER, Roland. *A Experiência Africana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- SAID, Edward W. *Orientalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- SARAIVA, José Flávio S. *Relações Internacionais – Dois Séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.
- _____. *Relações Internacionais – Dois Séculos de História : entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.
- VAISSE, Maurice, *Les Relations Internationales Depuis 1945*. 6. ed. Paris: Armand Collin, 1999.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o conhecimento da matéria, ou que tiverem dificuldade em obter alguma das obras listadas acima e procurarem leitura alternativa, sugerem-se os seguintes livros adicionais:

- BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 a nossos dias*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BELY, Lucien. *L'invention de la Diplomatie*. Paris: PUF, 1998.
- BERG, Eugène. *La Politique Internationale Depuis 1955*. Paris: Economica, 1989.
- FERRO, Marc. *História das Civilizações: das conquistas às independências, séc. XVII ao XX*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- JOLL, James. *Europe Since 1870*. London: Penguin Books, 1990.
- KAGARLITSKY, Boris. *A Desintegração do Monólito*. São Paulo: UNESP, 1999.
- MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero*. 5. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- ROBERTS, J. M. *History of the World*. New edition. London: Penguin, 1990.
- PANIKKAR, K.M. *A Dominação Ocidental na Ásia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- THE NEW CAMBRIDGE MODERN HISTORY (vol. 9 a 12). Cambridge: Cambridge University Press.
- THOMSON, D. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- VIZENTINI, Paulo. *Da Guerra Fria à Crise (1945-1992)*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.
- _____. *A Grande Crise*. Petrópolis: Vozes, 1992.



Exemplo de Prova

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

Questão 1

Leia o texto abaixo para responder à questão.

“Rio Branco não foi um teórico que, para argumentar, explicitava correntes de pensamento então vigentes. Embora não se conheçam evidências a respeito de quais autores da época teriam exercido influência sobre o chanceler, não há dúvida de que tinha atitudes de um geopolítico. Homem de ação e pragmático, enfrentava os problemas ou os atalhava. Buscou sempre a prática de uma política de cordialidade e criação de relações de simpatia, mas não à custa de concessões... Rio Branco, ao ler com realismo tanto o contexto interno quanto externo, defendeu, com simetria de argumentos (sobretudo no que dizia respeito às relações comerciais com a Argentina), a política alfandegária vigente.”

BUENO, Clodoaldo, *Política Externa da Primeira República: os anos do apogeu – de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.483.

Com base no texto, estabeleça as relações da política externa conduzida por Rio Branco com os seguintes elementos:

- a) a política alfandegária da época;
- b) as relações com a Argentina na fase Rio Branco;
- c) as correntes de pensamento em política exterior no Brasil da época.

Grace Tanno (18/20)

Rubens Ricúpero, em “Visões do Brasil”, salienta que a política externa conduzida pelo Barão do Rio Branco (1902-1912) pode ser melhor assimilada pelos eixos da simetria e assimetria. A assimetria manifestava-se, sobretudo, entre as relações Brasil-Estados Unidos, que, na virada do século, já despontava como potência mundial. Por sua vez, a simetria era a tônica das relações brasileiras com o contexto regional; em especial aquele construído com a Argentina.

Todavia, ao analisar a política externa do Barão revela-se que a assimetria com os Estados Unidos não engendrou política de submissão, mas, sim, de uma aliança tácita, em que prevaleceu o respeito mútuo, baseada na clara consciência da disparidade de poder entre os dois atores. Assim, se por um lado o Barão do Rio Branco não contestou o poder norte-americano sobre o continente sul-americano – como evidenciou-se no conhecido caso da Venezuela, em que o não-pagamento das dívidas suscitou ameaça de intervenção militar européia e os Estados Unidos intervieram, demonstrando a aplicação da Doutrina Monroe (1823) “América para os americanos” –; por outro lado, o Barão empenhou-se para rever o acordo tarifário assinado com os Estados Unidos em 1891. Por meio deste, as importações americanas do açúcar brasileiro ficavam isentas de impostos. Na prática, no entanto, o açúcar brasileiro sofria, no mercado americano, forte concorrência daquele produzido no Caribe. O Barão do Rio Branco reconhecia que, diante de tal assimetria de poder, a revisão



do acordo não suscitaria mudança de comportamento do governo americano. Sua avaliação era, portanto, marcada pelo realismo.

No que diz respeito às relações com a Argentina, prevaleceu, durante o mandato do Barão, a rivalidade. Rivalidade histórica, como se pode constatar na Guerra da Cisplatina (1925-28), no conflito contra Rosas e Oribe em 1850 e só arrefecida durante a Guerra do Paraguai (1865-70) e nas felicitações argentinas pela Proclamação da República no Brasil. A livre navegação nos rios da Bacia do Prata constituiu, sempre, o tema principal na agenda Brasil-Argentina. Ademais, era preciso garantir controle hegemônico sobre a região, que dependia sobretudo das posições dos estados mais fracos: Uruguai e Paraguai. A rivalidade com a Argentina estendia-se, também, à esfera econômica – especialmente no que respeita aos investimentos estrangeiros. Havia, nesse contexto, uma clara corrida armamentista e animosidade entre as nações. Ressalte-se a encomenda, pelo governo brasileiro, de três encouraçados (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo) e o apoio irrestrito do Barão do Rio Branco ao Marechal Hermes da Fonseca, contra a campanha civilista de Rui Barbosa. No entendimento do Ministro, somente um governo militar daria continuidade e valor necessários à disputa militar com a Argentina. Nota-se, também, o caso do telegrama cifrado nº 9, enviado do Brasil à sua Missão diplomática em Buenos Aires. O governo argentino publicou o conteúdo do telegrama como sendo ofensivo à Argentina. Faz-se necessário apontar que a rivalidade Brasil-Argentina foi conduzida pelo Barão com notável moderação. Daí sua proposta de firmar o Pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile), de forma a manter a animosidade dentro de uma esfera de legalidade e relações cordiais.

Em relação às correntes de pensamento em política exterior no Brasil da época, a política de Rio Branco chocava-se com a proposta de “latinização”, feita por Oliveira Lima. Este considerava excessivo o “americanismo” do Barão do Rio Branco e aproximava-se, assim, do projeto proposto por Simon Bolívar no Congresso do Panamá (1826). Realista convicto, o Barão sabia das dificuldades e ilusões de opor-se à Doutrina Monroe, à época seguida pelo Corolário Roosevelt. O realismo político foi, portanto, predominante na sua estratégia de inserção do Brasil. Dos discursos do Barão depreende-se, até mesmo, certo darwinismo social, ao postular que o destino dos estados fracos era desaparecer. O realismo guiou, assim, a “assimetria e simetria” conduzidas pelo Barão.

Questão 2

Eric Hobsbawm cunhou o termo “Era das revoluções” para designar o movimento de transformações sócio-econômicas e também políticas que varreu as sociedades européias na segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX. Apresente este quadro de transformações profundas, apontando dois desses movimentos mais significativos.

Ciro Leal Martins da Cunha (18/20)

A “Era das revoluções”, na feliz expressão do Eric J. Hobsbawm, compreende, segundo esse autor, o período de 1789 a 1848. Esse período é revolucionário porque marca o rompimento com o mundo feudal e forma as bases para a ascensão do capitalismo e da sociedade burguesa; criam-se, nesse ínterim, os fundamentos do modo de produção e das relações políticas que se tornariam hegemônicas. As revoluções mais significativas do período são a Revolução Francesa e a Revolução Industrial.



A Revolução Industrial foi um fenômeno inglês – e somente poderia ter ocorrido na Inglaterra. Havia lá um conjunto de fatores sociais, políticos e econômicos agrupados de forma singular que explica essa afirmação. O feudalismo inglês, que sempre fora sui generis, era, já em meados do século XVIII, uma realidade enfraquecida. Em primeiro lugar, a prática dos cercamentos (enclosures) das terras comunais e conseqüente expulsão dos agricultores pobres encontrava-se em avançada marcha. No lugar dos camponeses, passou-se a utilizar os campos para produção lanífera que alimentava as fiações. Houve grande concentração de terras e, ao mesmo tempo, os proprietários agiam de forma mais empresarial, enxergando suas terras mais como meio de produção que como símbolo de poder; o lucro era seu objetivo. Dessa forma, liberou-se enorme contingente que serviria como mão-de-obra nas fábricas.

Politicamente, desde o final do século XVII, a Inglaterra havia rompido com o absolutismo; na verdade, a Revolução Gloriosa é o ponto culminante do processo de redução do poder do monarca que se observa desde o século XIII, com a “Magna Carta”. Dessa maneira, o poder político era acessível àquela classe de empresários rurais, bem como à nascente burguesia.

Combinados esses fatores à posse britânica de colônias que lhe forneceriam mercados consumidores e matérias-primas, realizou-se a gradual Revolução Industrial: por meio de técnicas não muito elaboradas a princípio, a produção de bens – especialmente, tecidos de algodão – elevou-se a níveis jamais vistos anteriormente. Ao mesmo tempo, as relações entre patrões e empregados davam-se em bases monetárias, não pessoais, fundamentalmente. Possibilitou-se enorme quantidade de lucros aliada à produção a reduzidos custos, que invadiria mercados no mundo todo.

A Revolução Francesa insere-se no conjunto de revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX e se destaca, primeiro, por ter irradiado seus princípios e idéias a vários outros lugares e, segundo, por ter ocorrido no Estado mais populoso e, até então, poderoso da Europa.

A situação política francesa à época não condizia mais com a estrutura social, marcada pela ascensão econômica da classe média (burguesia) e por sua incompatibilidade com as estruturas de origem feudal – corporações de ofício, servidão, tributos senhoriais, privilégios de nascimento, condenação da usura e, principalmente, o absolutismo real que sustentava tudo isso. Os crescentes endividamento do estado e inflação, aprofundados pelo envolvimento francês na Guerra dos Sete Anos e na Independência Americana, somaram-se à incapacidade reformadora do Antigo Regime francês e às más colheitas de 1787 e 1788 para gerarem a ascensão da burguesia francesa ao poder mediante grandes agitações populares a após alguns períodos de profunda radicalização (como o período do “Terror”, sob o comando de Robespierre). Além de impressionante e influente “per se”, a Revolução Francesa “exportou” a mudança mediante invasões e guerras, especialmente no período napoleônico.

A Revolução Francesa criou grande parte do vocabulário político moderno (e. g., a própria palavra “revolução” em seu sentido moderno) e influenciou o mundo ocidental com seus princípios de corte iluminista – “liberdade, igualdade e fraternidade” – e mesmo com o formato que deveria ter uma revolução. Ainda, a idéia de nacionalismo fortaleceu-se com a revolução em exame e influenciou, de forma profunda, a Europa nos séculos XIX e XX. Por fim, gerou o enorme medo das sublevações populares e a idéia de Restauração, posta em prática a partir de 1815 após o Congresso de Viena.

Tanto a Revolução Francesa, expressão maior das revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX na Europa, quanto a Revolução Industrial forneceram à Europa ocidental e central o instrumental político, econômico e social com base no qual o modo capitalista de



produção que se tornaria hegemônico mundialmente. A possibilidade de produção barata e quase ilimitada, fundada em relações monetárias e sustentada por regimes em que, em princípio, a classe dinâmica – burguesia – era hegemônica e por meio dos quais impunha seus valores – liberdade, sacralização da propriedade, meritocracia, supremacia do mercado etc.-, tudo isso conformaria a Europa do século XIX e, a partir dela, o mundo quase todo.

Questão 3

O Brasil desenvolveu, ao longo do século XX, uma forma própria de promover sua inserção internacional. Para alguns, essa inserção foi feita de forma linear e contínua, sem rupturas na política exterior do País. Para outros, muito embora perceba-se uma tendência à continuidade em política exterior, houve certos modelos de ação externa que preponderaram em períodos diversos. Acompanhando a segunda tradição, indique os elementos definidos e tempo histórico dos seguintes modelos de inserção internacional do Brasil:

- a) o modelo da agroexportação;
- b) o modelo do nacional-desenvolvimentismo.

Thiago Bonfada de Carvalho (19/20)

Para os autores que defendem a existência de rupturas significativas na história da política exterior brasileira, esta pode ser dividida, em grandes linhas, em três (ou quatro) grandes períodos: o do reconhecimento da independência, o do modelo agroexportador, o do modelo nacional-desenvolvimentista. Dentro deste último, teriam havido momentos em que teria vigorado um projeto liberal-associado. A questão da definição de três ou quatro grandes períodos depende do julgamento feito em relação à política exterior brasileira da década de 1990.

No primeiro período, o problema diplomático básico era obter rapidamente o reconhecimento da independência pelas grandes potências. Para tanto, o Brasil assinou diversos tratados desvantajosos, em especial a aprovação do Tratado Comercial firmado por D. João VI com a Inglaterra. Apenas quando esses tratados chegaram a seu termo, no final da década de 1840, pôde o país ampliar seu campo de ação externa.

O segundo período, portanto, pode ser considerado como iniciando por volta de 1850, ainda que seu período mais característico seja o da República Velha, 1889-1930. Neste período, o Brasil seguiu uma política de especialização em suas vantagens comparativas agrícolas, com a conseqüente posição geral de abertura à importação. Assim – considerando as guerras platinas do Império com motivadas por fatores geopolíticos, mais que por fatores econômicos-comerciais – a política externa brasileira manteve um curso de ação compatível com esta determinação: busca de abertura comercial para produtos brasileiros (café, borracha, açúcar); ações de defesa da política de valorização do café; e ações integradas à política financeira do governo, com a negociação de empréstimos e a defesa da política cambial. Neste contexto está a transição ao alinhamento americano, ao tornar-se este país o maior consumidor de café.

Enquanto no modelo agroexportador inexistia um objetivo nacional específico a atingir (à exceção da política de hegemonia platina), este passou a ser o caráter definidor do “nacional-desenvolvimentismo”, em que à política externa foi colocado, sob bases nacionalistas, ainda que pragmáticas, o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do Brasil. Iniciado em 1930, teria três momentos característicos: os dois governos Vargas, o



período da Política Externa Independente (PEI), e os governos militares a partir de Costa e Silva.

Embora o elemento básico seja a busca do desenvolvimento, esta é uma característica abrangente para definirmos o nacional-desenvolvimentismo unicamente por ela. Assim, a maioria dos autores identifica a política externa e o governo nacional-desenvolvimentista via o meio escolhido para alcançar o desenvolvimento: a industrialização por substituição de importações, capitaneada e defendida pelo Estado. O capital estrangeiro deve ficar “sob controle”, embora o que cada um dos atores considere um “controle” suficiente para entrar na definição varie muito.

Segundo autores como Amado Cervo, houve período em que as características do “nacional-desenvolvimentismo” não foram hegemônicas: os governos Dutra, Café Filho e Castello Branco, e também o de Juscelino Kubitschek, embora este por outros motivos. Os três primeiros são desclassificados pela abertura ao capital externo e desregulamentação de sua atividade, o que configuraria um modelo “liberal-associado” de desenvolvimento. Enquanto o nacional-desenvolvimentismo seria pragmático, universalista, e buscaria o desenvolvimento a partir de bases nacionais, o modelo “liberal-associado” buscaria a parceria do capital estrangeiro e alinhamento automáticos. O governo JK seria sui generis, aliando os dois modelos: ao mesmo tempo que chamava o capital estrangeiro, era capaz de, por exemplo, romper com o FMI.

Há controvérsia quanto ao final (ou não) do nacional-desenvolvimentismo, à luz da abertura comercial e reinserção no mercado mundial do Brasil na década de 1990. Há autores, como Klaus-Wilhelm Lege, que defendem que se trata apenas de uma atualização do nacional-desenvolvimentismo às novas condições do comércio internacional. Já a maioria dos estudiosos, como Amado Cervo, defende que os governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique romperam com o nacional-desenvolvimentismo, constituindo um predomínio do modelo liberal-associado.

Questão 4

“Um rei absoluto realiza, preside, tutela a nação em emergência, podendo, repelindo e absorvendo o impulso liberal, associado à fazenda e às unidades locais de poder.”

FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro. Vol. 1. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 246.

A afirmação de Raymundo Faoro em seu clássico “Os donos do poder” aponta para a peculiaridade do processo de independência da colônia brasileira. Comente a passagem, considerando os seguintes aspectos:

- a) a conjuntura internacional e suas relações com esta peculiaridade do processo de emancipação política, no caso brasileiro.*
- b) esta peculiaridade frente aos movimentos de independência da América hispânica.*

Ciro Leal Martins da Cunha (20/20)

Em “Os donos do poder”, Raymundo Faoro encontra as raízes do Estado brasileiro independente no Estado patrimonialista português. Conforme o autor, o Estado brasileiro seria um espécie de transposição de Portugal à antiga colônia; no novo Estado independente, ter-se-ia mantido a estrutura patrimonialista, na qual o público se confunde com o privado e o Estado impede o desenvolvimento autônomo das forças socioeconômicas, reprimindo-as e



sugando-as para dentro de si. Como em Portugal, onde a Coroa se imiscuía nas atividades econômicas em geral – pois a soberania se confundia com a propriedade –, o Estado brasileiro pairava sobre a sociedade com interesses autônomos e, ao mesmo tempo, encampava alguns dos objetivos daquela e reprimia tentativas de libertação desse jugo.

A transferência do Estado português ao que se tornaria o Brasil efetiva-se em 1808, com a transferência da família real e de sua corte para o Rio de Janeiro. Tal fato se dá no contexto das guerras napoleônicas na Europa: na iminência da invasão de Portugal pela França, a família real e sua corte, sendo Portugal tradicional aliado inglês, foge para o Rio de Janeiro sob a proteção inglesa. O Brasil torna-se, assim, sede do reino e tem sua situação colonial extinta “de facto”, uma vez que o exclusivo colonial cessa com a abertura dos portos às nações amigas.

A continuidade do Estado português no brasileiro reforça-se com a Independência em 1822: sob a liderança de D. Pedro, herdeiro da Coroa portuguesa, consegue-se aglutinar um movimento emancipacionista que mantivesse a unidade territorial da América portuguesa e, naquele momento, superasse os diferentes projetos para a antiga colônia.

Novamente, as forças externas contribuíram para os eventos no Brasil: o projeto de unidade imperial seria, em grande medida, uma resposta às insistentes pressões inglesas pelo fim do tráfico de escravos. Economicamente escravista por excelência, a economia brasileira necessitava de um Estado forte e centralizado o suficiente para resistir à insistência britânica, que remonta a 1807.

Outra explicação para a manutenção da unidade territorial brasileira, que não exclui a anterior, é a de José Murilo de Carvalho – que, aliás, assemelha-se à idéia de “estamento burocrático” presente em Faoro. Conforme o autor, a homogeneidade das elites burocráticas brasileiras – formadas na tradição jurídica de Coimbra e, depois, de Olinda/Recife e do Largo São Francisco – contribuiu decisivamente à unidade territorial e à construção da ordem.

Como na passagem proposta, o Estado brasileiro podou, repeliu e absorveu impulsos liberais das fazendas e dos poderes locais. A repressão expressa-se, principalmente, no episódio da Confederação do Equador, durante o qual houve proposta separatista de porções do Nordeste e do Norte: as forças imperiais repeliram o movimento à força. A absorção, por sua vez, deu-se por meio das relações entre a corte e as elites ao entorno da capital – especialmente, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais: houve casamentos entre as famílias, distribuição farta de honrarias monárquicas e concessões econômicas por parte do governo central. Ainda, podou-se o impulso liberal por meio da adoção de idéias liberais de forma deturpada na Constituição de 1824, outorgada e mantenedora da ordem escravista e geradora do voto censitário e do Poder Moderador.

A construção do Estado brasileiro, em sua independência, difere das independências da América espanhola. Primeiro, as reformas borbônicas – anteriores à invasão francesa da Espanha – indispuseram as elites americanas às peninsulares, uma vez que os controles foram acirrados e a burocracia discriminava os colonos. Em seguida, a invasão da Espanha por Napoleão não gerou a transferência da família real espanhola para a América, mas sua articulação na forma de governo paralelo ao de Madri. A partir dessa situação, a que se somava o interesse britânico pelo livre comércio com a América espanhola em um contexto de “bloqueio continental” por Napoleão, as elites hispano-americanas foram-se movimentando na direção da independência, muitas vezes em nome do rei espanhol deposto. Outra razão para a posterior fragmentação da América espanhola foi a ausência de dependência em relação à importação de escravos; no mesmo sentido, a existência de universidades espalhadas pela América espanhola não forneceu a homogeneidade e os laços pessoais entre as elites das várias localidades, como se dava no Brasil.



Assim, as independências hispano-americanas diferem fundamentalmente daquela observada no Brasil: basearam-se no desaparecimento da metrópole, não em sua transposição e simbiose com as elites locais; decorreram da afirmação e da luta de caudilhos e elites urbanas que acabaram por fragmentar a América espanhola em uma miríade de Estados politicamente instáveis por muito tempo.

Questão 5

“Mas, em princípio, pode-se dizer que, no que dizia respeito ao Ocidente durante os séculos XIX e XX, fora feita a suposição de que o Oriente e tudo o que nele havia, se não fosse patentemente inferior ao Ocidente, estava pelo menos precisando que este fizesse um estudo corretivo a seu respeito. O Oriente era visto como que delimitado pela sala de aula, pelo tribunal, a prisão, o manual ilustrado. O orientalismo, portanto, é um conhecimento do Oriente que põe as coisas orientais na sala de aula, no tribunal, prisão ou manual para ser examinado, estudado, julgado, disciplinado ou governado.”

SAID, Edward W. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 51.

Segundo as afirmações de Edward Said, o Orientalismo, como forma específica de produção de um conhecimento sobre territórios extra-europeus, foi de fundamental importância para o processo de expansão européia do século XIX. Comente a passagem ressaltando os seguintes aspectos:

a) as condições culturais para um empreendimento expansionista nas proporções do que foi realizado na segunda metade do século XIX.

b) as consequências políticas dessa expansão para uma redefinição da geopolítica européia na segunda metade do século XIX.

Andrea Giovannetti (19/20)

Talvez a chave para compreendermos as relações entre o Orientalismo, como o define Edward Said, e o gigantesco empreendimento expansionista europeu da Segunda metade do século XIX esteja mesmo ligada à noção de produção de conhecimento. A idéia de produção de conhecimento como disciplina organizada em oposição a saberes é uma idéia bastante cara, ou melhor, central do pensamento de Michel Foucault que, como sabemos, influenciou os trabalhos de Said. Esta noção refere-se ao tipo de lógica que fundamenta o positivismo de Comte e que se espalhou por toda a Europa e para além dela. Trata-se de um raciocínio utilitarista em seus desdobramentos mais cotidianos que transforma o saber sobre o outro em conhecimento para dominação, não só em termos políticos internacionais, mas até em micropolítica, na medida em que, como diz o renomado estudioso do Oriente Médio, a sala de aula, o tribunal e a prisão assumem feições disciplinares dos comportamentos. Neste sentido, uma miríade de conhecimentos culturais compõe a episteme que permite e engendra o expansionismo europeu. Contam-se entre eles as teorias do filósofo Herbert Spencer que interpretando C. Darwin, avança o conceito social de sobrevivência do mais forte ou apto; a frenologia de Lombroso, que julgava poder determinar características de personalidade – por si só um conceito que receberia duro golpe do freudismo – através de medições da caixa craniana; os testes de inteligência dos franceses Binet e Simon, responsáveis pela divisão dos



indivíduos em normais ou retardados quantitativamente em todo o mundo civilizado; os achados arqueológicos que chegarão ao cúmulo de permitir uma interpretação nazista de que os alemães deram origem aos povos helênicos. Todos esses desenvolvimento da Ciência e da Filosofia em tempos positivistas abriram espaço para transformar o outro em objeto de estudo e, como tal, em objeto exótico diferente do sujeito perscrutante. Em resumo, avolumava-se uma onda eugênica, nacional-romântica, sem fissuras, muito fértil para ideologias de dominação prática de um Cecil Rhodes, em sua ambição de conquistar estrelas e planetas, fosse nas formulações teóricas de Friedrich Ratzel.

O empreendimento geopolítico resultante dividiu África, Ásia e Oceania em zonas de efetiva neocolonização européia, implicando ocupações e uso instrumental da violência a serviço de interesses econômicos das burguesias, como bem observa H. Arendt. Ou também o imperialismo em que zonas mais desfavorecidas economicamente e fracas politicamente são submetidas, mesmo que sem ocupação. Foi o que ocorreu com a América Central pelos americanos ou mesmo o Japão, que teve seus portos abertos à ameaça de canhão pelos EUA. Neste panorama um país que se industrializou e se unificou tardiamente como a Alemanha – e a Itália também – ficou para trás na corrida colonialista por territórios, sobrando-lhe além da Namíbia e Tanzânia, mera disputa pelo Marrocos. O equilíbrio europeu de Metternich rompeu-se definitivamente com a queda de Bismarck em 1862, quando o expansionismo alemão começa a caracterizar-se como realmente problemático para as duas maiores potências européias, Inglaterra e França. O confronto por “espaço vital” fica armado para o incremento de hostilidades que culminarão na I Guerra Mundial.



GEOGRAFIA

A prova de Geografia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, 3 (três) das quais tratarão do Brasil.

Programa:

- 1 - Sociedade e Espaço: o campo de reflexão da Geografia.
 - 1.1 - Espaço e valor: teorias e conceitos da Geografia Econômica.
 - 1.2 - Espaço e poder: teorias e conceitos da Geografia Política.
 - 1.3 - Espaço e tempo: teorias e conceitos da Geografia Histórica.
 - 1.4 - Espaço e representação: teorias e conceitos da Geografia Cultural.
 - 1.5 - As teorias geográficas da relação sociedade/natureza.
- 2 - A Formação Territorial do Brasil.
 - 2.1 - Macrodivisão natural do Espaço brasileiro (relevo, clima, vegetação e hidrografia).
 - 2.2 - Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo.
 - 2.3 - A definição dos limites territoriais do Brasil.
 - 2.4 - A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização.
 - 2.5 - O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil.
 - 2.6 - O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais.
 - 2.7 - Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil.
- 3 - O Brasil no Contexto Geopolítico Mundial.
 - 3.1 - O processo de globalização econômica e a divisão internacional do trabalho.
 - 3.2 - Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina.
 - 3.3 - Transnacionalização da economia e globalização das relações: o período técnico-científico.
 - 3.4 - A nova ordem internacional e as tendências geopolíticas na escala global: a formação de blocos.
 - 3.5 - O processo de estruturação e os objetivos do MERCOSUL.
 - 3.6 - Perspectivas de integração na bacia amazônica.
- 4 - A Questão Ambiental no Brasil e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável.
 - 4.1 - As demandas de saneamento básico e a qualidade de vida nas cidades brasileiras.
 - 4.2 - Desmatamentos e avanços da fronteira agropecuária no Brasil.
 - 4.3 - O meio ambiente e as políticas de ocupação da Amazônia.
 - 4.4 - Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação.
 - 4.5 - A consciência ambiental e o planejamento de usos sustentáveis do solo.

Bibliografia:

ARAÚJO, Regina Célia. *Manual do Candidato: Geografia*. 2. ed. FUNAG: Brasília, 2000.
BECKER, Bertha; EGLER, Cláudio. *Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia Mundo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.
BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.



CASTRO, Iná Elias *et alli*. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
 GREGORY, Derek *et alli*. *Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
 SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
 SOUZA, Maria Adélia A. *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996.

A título de orientação, para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

BECKER, Bertha *et alii*. *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1995
 CAVALCANTI, Clóvis *et alli*. *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
 COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1992.
 DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
 DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social*. São Paulo: Paz e Terra, 1999
 HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
 LAVINAS, Lena *et alii*. *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993.
 MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
 MORAES, Antonio Carlos R. *Ideologias Geográficas*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
 _____. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
 _____. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002
 SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1997.
 _____. *et alii*. *Fim de Século e Globalização*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.
 SCARLATO, Francisco C. *et alii*. *Globalização e Espaço Latino-Americano*, São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.
 SOUZA, Maria Adélia A. *et alii*. *Natureza e Sociedade de Hoje: uma Leitura Geográfica*. 3.ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1997.
 WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o Liberalismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Exemplo de prova

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

Questão 1

Dos biomas brasileiros, a caatinga é o que apresenta menor número de ações de proteção ambiental, o que se expressa na pequena quantidade de unidades de conservação existente neste domínio. Contudo, estudos contemporâneos atestam a grande importância de



sua biodiversidade. Explique o fundamento desse juízo, e aponte os vetores antrópicos de maior impacto na utilização atual da caatinga.

Ana Beatriz Nogueira (20/20)

A caatinga é um ecossistema cujo predomínio geográfico se situa no Nordeste brasileiro, nas áreas de interior, afastadas do litoral. Apresenta solo de pouca profundidade, com pouca decomposição das rochas, com áreas pedregosas. Caracteriza-se por ser uma zona de repulsão de massas de ar, daí as escassas chuvas. O balanço de evapotranspiração é negativo, e a vegetação, baixa e espinhosa.

Tais características naturais influenciam a utilização econômica do sertão brasileiro, histórica e tradicionalmente voltado para a pecuária e a agricultura de subsistência.

Contudo, a variedade e a peculiaridade das espécies animais e vegetais encontradas no ecossistema da caatinga é imensa, recomendando esforços para a sua conservação – posto que modernamente já se atingiu a conclusão que a riqueza proporcionada pela biodiversidade não é apenas ecológica, mas também de possível aplicação econômica. Normalmente negligenciada pelo Poder Público, ou apoiada de forma pouco efetiva embora custosa para o Estado, a caatinga fica entregue à exploração sem critério de seus recursos naturais por parte do sertanejo, com fins de subsistência.

No entanto, há exemplos de produtividade no sertão brasileiro. A área do Vale do São Francisco, particularmente as cidades de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), é um enclave de prosperidade de história curiosa. Em décadas anteriores, a região foi beneficiária de programas estatais de irrigação, que, embora focados na agricultura de subsistência, dotaram a região de uma infra-estrutura que foi fundamental para seu desenvolvimento. Em conjunto com a Embrapa, empresários locais mapearam os períodos de entressafra do hemisfério norte e desenvolveram técnicas para induzi a floração, de forma a concentrar a colheita nos períodos mapeados. Hoje, 90% da manga e cerca de 60% da uva que o Brasil exporta vêm do Vale do São Francisco, do sertão nordestino – em um contraste com a imagem tradicional de um sertão de fome e seca.

Da mesma forma, se conservada e racionalmente utilizada, a biodiversidade da caatinga pode produzir dividendos ecológicos e econômicos. Uma possível utilização econômica de uma caatinga conservada é o turismo, em uma região de paisagens e costumes tão peculiarmente brasileiros.

Questão 2

Comente as possibilidades de integração sul-americana sob o ponto de vista das fontes e sistemas de geração de energia, apontando as relações já existentes nesse campo.

Antônio Cottas de Jesus Freitas (20/20)

A integração sul-americana é projeto antigo. Remonta ao ideal latino-americano de Bolívar (hoje inviabilizado pela sombras dos EUA na América Central) e também aos projetos de longo prazo do Barão do Rio Branco. Infelizmente, refletindo a dura herança colonial, os países da região demoraram longas décadas para se convencerem dos benefícios de maior integração. Estavam ocupados na administração de suas relações subordinadas aos



países ricos do Norte. Hoje, sob coordenação brasileira (o que difere de liderança e/ou hegemonia), os estudos e projetos para integração setorial se multiplicam, cabendo especial destaque às questões energéticas. Segue breve análise:

a) *Hidreletricidade*: o potencial da Bacia do Paraná está praticamente esgotado. Destaca-se o projeto binacional (Brasil-Paraguai) de Itaipu. Sabe-se que a Bacia Amazônica tem vasto potencial, mas o impacto ambiental do represamento das águas e a grande distância com relação a centros consumidores tornam difícil a consecução de maiores projetos. O Brasil já importa energia elétrica da Venezuela e há idéias para aumentar a integração da região, bem como um aumento do intercâmbio com a Argentina. Limpa, renovável e de baixo custo operacional, a hidreletricidade é sempre bem vinda quando atende aos requisitos ambientais e sócio-econômicos.

b) *Petróleo*: apesar de caro, poluente e finito, o petróleo continuará por período razoável a abastecer parcela substancial da demanda energética sul-americana. A Argentina e a Venezuela são grandes exportadores do óleo. O Brasil tornar-se-á auto-suficiente em menos de dois anos. Haverá, portanto, capacidade produtiva suficiente para atender à demanda regional.

c) *Gás natural*: é o meio em que se pode prever maior integração. Há reservas para cerca de 70 anos na Bolívia, reservas na região (também petrolífera) da Patagônia e, recentemente descobertas, reservas de amplitude incerta (a serem mensuradas) no Brasil. O projeto brasileiro de diversificação da matriz energética com a produção termoelétrica assegura demanda suficiente para um notável crescimento das trocas. O gasoduto Bolívia-Brasil já é fato que comprova as possibilidades de sucesso do empreendimento. Cabe ressaltar, no entanto, o caráter poluente das termoelétricas (emissões de SO₂ e CO₂), seu alto custo por unidade energética produzida e os inconvenientes da denominação em dólar do preço do gás natural.

d) *Energia nuclear*: são muitas as restrições da sociedade civil e mesmo de setores do aparelho de estado à ampliação da capacidade geradora de energia nuclear. O custo é alto, os riscos ambientais e humanos são terríveis e há o problema dos resíduos tóxicos. No entanto, é alternativa analisada pelo Brasil, embora dificilmente se terá integração nessa área que não seja eminentemente técnica. Cabe apontar que o Brasil possui reservas de urânio e plutônio.

e) *Biomassa*: trata-se de projeto essencial para os países tropicais do mundo, especialmente o Brasil. A finitude dos recursos minerais e seus impactos no meio ambiente criam uma enorme demanda potencial para a biomassa no médio e longo prazos. O Brasil, além de ensolarado por todo o ano, possui terras disponíveis e gente disposta a nelas trabalhar para atender à enorme demanda mundial que, possivelmente será observada. A experiência anterior do álcool nos permite corrigir defeitos estratégicos e de implementação. A demanda ainda é incipiente (talvez a Alemanha e outros países ricos), havendo tempo para que se encontrem formas de baixar o custo de produção, maior empecilho à difusão da biomassa como combustível energético. Outros países da América do Sul também teriam condições de produzir biomassa, desde que a eles seja repassada (vendida?) a tecnologia.

Questão 3

O peso dos produtos primários nas exportações brasileiras contrasta vivamente com a imagem habitual de "país essencialmente urbano". Comente este aparente paradoxo à luz das novas interpretações acerca das relações cidade/campo no Brasil contemporâneo.

**Juliano Rojas Maia (20/20)**

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que as exportações brasileiras de produtos primários são dominadas pelo agronegócio. Este setor é caracterizado por grandes propriedades altamente mecanizadas. Assim, há forte concentração fundiária e o número de empregados agrícolas tem diminuído com o avanço da mecanização. Os proprietários do agronegócio moram em cidades e muitos deles são verdadeiros agroindustriais voltados para o mercado externo. Esse é o caso, por exemplo, dos produtores de soja do Paraná e do Mato Grosso, e dos produtores de suco de laranja de São Paulo.

Segundo José Eli da Veiga, esse modelo tem aumentado a histórica preferência brasileira pela agricultura patronal, em detrimento da agricultura familiar. Para esse autor, esta opção pode piorar os indicadores socioeconômicos do País, se os setores urbanos da economia não absorverem os excedentes de mão de obra do mundo rural.

Entre 1992 e 1998, José Graziano da Silva e Rodolfo Hoffman elaboraram o Projeto Rurbano. Uma das conclusões deste trabalho foi a constatação de que “o mundo rural é maior do que o agrícola”. Segundo esses autores, tem havido crescente urbanização do mundo rural brasileiro e interação cada vez maior entre os setores primário, secundário e terciário. Portanto, o conceito de campo tem-se tornado mais amplo para englobar atividades típicas do mundo urbanizado.

Além da agroindústria, que representa os vínculos entre setor primário e secundário, tem-se destacado também a crescente presença do setor terciário no mundo rural brasileiro. É cada vez maior a prestação de serviços de lazer no campo: pesque-pagues, spas, hotéis-fazendas, estâncias termais, esportes radicais e ecoturismo. Há, igualmente, aumento do número e da importância das festas de peão por todo o país. Graziano ressalta que a Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, em São Paulo, movimenta mais a economia do que o carnaval do Rio de Janeiro. Assim, têm aumentado os empregos não agrícolas no campo, graças, sobretudo, ao avanço do setor terciário no mundo rural.

Se, por um lado, a mecanização e o aumento de produtividade do agronegócio têm aumentado as exportações de produtos primários e diminuído os empregos agrícolas, por outro lado, a urbanização do mundo rural – no sentido de expansão dos serviços para o campo – tem contribuído para o surgimento de pequenas e médias cidades, ou seja, para a urbanização do país, e para a criação de empregos não-agrícolas. Esse processo atenua, mas não elimina, os problemas gerados pela opção preferencial pela agricultura patronal. Daí a importância dos governos continuarem a incentivar a agricultura familiar com assistência técnica, créditos e programas de apoio como o PRONAF.

Questão 4

Disserte a respeito das origens, apogeu e crise do conceito de "Terceiro Mundo".

Marcus Vinicius da Costa Ramalho (20/20)

Pouco após a Segunda Guerra Mundial, assistiu-se à emergência do antagonismo entre as duas superpotências vitoriosas naquele conflito: Estados Unidos e União Soviética. Os primeiros liderariam um bloco de países de instituições democrático-liberais e economia capitalista avançada (América do Norte, Europa Ocidental, Austrália, Nova Zelândia e



Japão). A segunda teria nos países da Europa Oriental e, inicialmente, também na China, sua esfera de influência. Eram os blocos capitalista e socialista, que, além de representarem dois lados de um conflito ideológico, também estavam envolvidos em uma corrida armamentista.

Superpondo-se a esse eixo Leste-Oeste, ganhavam importância, nas décadas de 1950 e 1960, os movimentos de descolonização, que iriam acrescentar à comunidade internacional um grupo de países cujos problemas mais prementes não eram o do conflito ideológico ou da Guerra Fria, mas as necessidades de desenvolvimento econômico e social. Essa temática, na verdade, já era discutida no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada em 1948. Os estudos da CEPAL apontavam que a estrutura do comércio internacional, tendo os países latino-americanos como exportadores de produtos primários, era-lhes desfavorável devido a uma inevitável ‘deterioração dos termos de troca’. Urgia buscar o caminho do desenvolvimento pela via da industrialização.

Aos países de colonização mais antiga juntavam-se, então, países recentemente descolonizados. Era grupo de países “subdesenvolvidos”, ou “Terceiro Mundo”, que se diferenciava do “Primeiro Mundo” dos países capitalistas desenvolvidos e do “Segundo Mundo” dos países de economia capitalista planejada. Em outra caracterização, os países pobres eram os países do sul, em oposição aos do norte industrializados e desenvolvido. Na arena diplomática, aqueles procuravam enfatizar a importância do eixo norte-sul, em detrimento do leste-oeste. Buscavam chamar a atenção para a problemática econômico-social, que era obscurecida pela Guerra Fria.

Parte do “Terceiro Mundo” expressou claramente essa preocupação com a criação do Movimento dos Países Não-Alinhados, que teve seus marcos na Conferência de Bandung (1955) e Belgrado (1961 – vale lembrar que a Iugoslávia do Marechal Tito não fazia parte da esfera de influência soviética). Em 1964 foi criada, no âmbito das Nações Unidas, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, cuja atuação se deu paralelamente à formação, entre os países do “Terceiro Mundo”, do “Grupo do 77”. A UNCTAD foi bem sucedida na negociação de um Sistema de Preferências que beneficiou o comércio dos países subdesenvolvidos.

A partir dos anos 70, ocorreram clivagens que passariam a tornar o conceito de “Terceiro Mundo” cada vez mais inadequado para descrever a realidade econômica internacional. Os países do Leste e Sudeste asiático tomavam a dianteira no processo de industrialização, incorporando inclusive tecnologias avançadas. O Brasil, depois dos surtos do Plano de Metas, do “milagre” de 1968-73 e do II PND do governo Geisel, era uma economia industrializada centrada em seu mercado interno, bem mais introvertida que na fase agro-exportadora. Os países exportadores de petróleo formaram a OPEP e elevaram substancialmente os preços do produto, colocando em dificuldade não só os países do “Primeiro Mundo” mas também outros importadores como o Brasil. Os países da África mergulhavam em guerras civis e ficavam cada vez mais para trás na corrida pelo desenvolvimento.

Assim, pouco se fala atualmente em “Terceiro Mundo”. Mesmo porque – e este é um dado muito importante – o “Segundo Mundo” desapareceu com a queda do regime socialista da União Soviética e de seus satélites. De qualquer forma, permanece a realidade de países de baixa renda per capita, que enfrentam problemas de desenvolvimento econômico e social. Muitos deles (como o Brasil) padecem de problema crônico de endividamento, que foi agravado na década de 1980 com a alta dos juros internacionais. Na tentativa de capturar diferentes matizes, o jargão diplomático fala em “países em desenvolvimento” e “países de menor desenvolvimento relativo”. Entre os primeiros, têm destaque na mídia países como o Brasil, a Índia, o México e os Estados do sudeste asiático, entre outros, denominados pelos financistas como “mercados emergentes”.



Questão 5

A tropicalidade brasileira sofre alterações regionais, segundo a ação de fatores tais como: latitude, altitude, e continentalidade. Estabeleça uma correlação entre tais variações e a divisão oficial do Brasil em "macro-regiões", estabelecida pelo IBGE em 1969.

Bruno de Lacerda Carrilho (20/20)

O Brasil é país essencialmente tropical, por encontrar-se na chamada zona intertropical, mas diversos fatores afetam tal condição. a divisão do país estabelecida pelo IBGE em 1969, em cinco “macro-regiões” (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), não guiou-se essencialmente por critérios climáticos, o que pode ser comprovado pelas variações encontradas dentro de uma mesma região.

A região Norte apresenta essencialmente clima tropical super-úmido, constantemente quente (pouca amplitude térmica). A pluviosidade na região é intensa ao longo do ano, havendo pouca variação, ou seja, divisão entre estação seca e chuvosa, característica de climas tropicais. Isso deve-se à dinâmica da massa de ar quente estacionada sobre a região. Portanto, a área tem sua tropicalidade alterada pela continentalidade e pela baixa latitude, causadora de temperaturas constantemente elevadas.

O Nordeste possui forte alteração da tropicalidade, especialmente em relação ao sertão semi-árido. A presença de elevações como o Planalto da Borborema, que servem como barreira natural que afeta a dinâmica dos alísios, impedem a penetração de massas úmidas no interior. Como resultado, encontramos a presença de clima semi-árido na região. A porção norte do Nordeste apresenta clima característico da região Norte (norte do estado do Maranhão), enquanto sua faixa litorânea é afetada por variações na temperatura da Corrente do Brasil – que geram alterações na dinâmica das chuvas – e, ocasionalmente, pela penetração de massas polares vindas do sul, especialmente nos meses de julho a agosto.

A região Centro-Oeste está mais próxima da tropicalidade “típica”, com temperaturas elevadas (mas já apresentando alguma amplitude térmica) e alternância entre estações secas e chuvosas. Ainda assim, por suas consideráveis dimensões e pela influência da continentalidade e da latitude, há variações, especialmente nos extremos norte (características semelhantes às apresentadas na região Norte – baixa amplitude térmica e diferenciação mais clara entre as estações seca e chuvosa). A região apresenta o domínio tropical típico, o Cerrado.

O Sudeste em grande parte apresenta tropicalidade “típica”, mas da mesma forma apresenta peculiaridades. O norte de Minas Gerais, por exemplo, apresenta características semelhantes ao sertão nordestino, com baixos índices pluviométricos. Áreas localizadas em elevações, como a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira têm sua tropicalidade alterada pela altitude, o que acarreta temperaturas mais amenas, se comparadas a áreas adjacentes de baixa altitude. Dentro da região, quanto mais ao sul (estado de São Paulo), maiores os efeitos da penetração de frentes frias no inverno, que podem acarretar temperaturas relativamente baixas.

A região Sul apresenta clima essencialmente subtropical, sendo a região mais intensamente sujeita aos efeitos da penetração de massas polares, que, no inverno, ocasionam geadas e precipitação de neve, principalmente nas áreas elevadas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Outro fator que determina o clima da região é a latitude mais alta em relação às outras regiões do Brasil. É a área do país com maior amplitude



térmica, e sua pluviosidade sofre ocasionalmente importantes alterações com a incidência dos fenômenos El Niño/La Niña, resultantes do aquecimento ou esfriamento anormais das águas do Pacífico. Ocasionalmente verifica-se também o fenômeno da “friagem”, penetração anormal de massas polares, capaz de alcançar as regiões Norte e Centro-Oeste.



NOÇÕES DE DIREITO

A prova consistirá de cinco questões dissertativas. O examinando deverá responder de modo objetivo tendo em vista a limitação de linhas para cada resposta. A banca examinadora levará em conta sobretudo o poder de argumentação do candidato. Assim, eventual citação de tal ou qual autor deve ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele(a) deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

A bibliografia é meramente indicativa. Os examinadores buscaram indicar livros atualizados e de fácil acesso, já que se trata de prova de “noções” de Direito. Desse modo, a banca ateve-se ao indispensável. O candidato poderá, por óbvio, lançar mão de outros autores que, ao seu juízo, abordem tal ou qual ponto do programa.

Programa:

I – Direito interno

01. Normas jurídicas. Características básicas. Hierarquia.
02. Constituição. Conceito. Classificações. Primado da Constituição. Controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos.
03. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico.
04. Personalidade jurídica no direito brasileiro.
05. Estado. Características. Elementos. Soberania. Formas de Estado. Confederação. República e monarquia. Sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista). Estado democrático de direito.
06. Organização dos poderes no direito brasileiro.
07. Processo legislativo brasileiro.
08. Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88).
09. Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos Municípios. Características do Distrito Federal.
10. Atividade administrativa do Estado brasileiro. Princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos. Controle de legalidade dos atos da Administração.
11. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.

II – Direito internacional

01. Caráter jurídico do direito internacional público (DIP). Fundamento de validade da norma jurídica internacional. DIP e direito interno. DIP e direito internacional privado.
02. Fontes do DIP: artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Atos unilaterais do Estado. Decisões de organizações internacionais. Normas imperativas (“jus cogens”).
03. Sujeitos do DIP: Estados {Conceito. Requisitos [Território, população (Nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro. Deportação, expulsão e extradição), governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados]. Surgimento. Reconhecimento (de Estado e de governo). Sucessão. Responsabilidade internacional. Jurisdição e imunidade de jurisdição. Diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades}. Organizações internacionais [Definição.



Elementos constitutivos. Classificação. Personalidade jurídica. Organização das Nações Unidas (ONU)]. Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano. Indivíduo.

04 Solução pacífica de controvérsias internacionais. Artigo 33 da Carta da ONU. Meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e tribunais internacionais).

05. Direito internacional dos direitos humanos. Proteção (âmbito internacional e regional). Tribunais internacionais (San José da Costa Rica, Estrasburgo, Haia, Arusha).

06. Direito da integração: noções gerais. Mercosul e União Européia (Gênese. Estrutura institucional. Solução de controvérsias).

07. Direito internacional econômico: conhecimentos elementares. Organização Mundial do Comércio (Gênese. Estrutura institucional. Solução de controvérsias).

Bibliografia:

I – Documentos

Constituição Federal (1988)

Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça (1945)

Convenções de Viena sobre: Relações Diplomáticas (1961);
Relações Consulares (1963); e
Direito dos Tratados (1969).

Tratado para a constituição de um mercado comum - Mercosul (Assunção, 1991)

Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul (Ouro Preto, 1994)

Acordo constitutivo da Organização Mundial do Comércio - OMC (Marraqueche, 1994)

Memorando sobre solução de controvérsias - OMC (1994)

II – Livros

ACCIOLY, Hildebrando e Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva. *Manual de direito internacional público*. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

AMARAL Jr., Alberto. *Manual do Candidato – Noções de direito*. Brasília: FUNAG, 1995.

BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. 10ª ed. Brasília: Editora UnB, 1999.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 12ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. *Teoria do Estado*. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. *O ABC do direito comunitário*. Bruxelas: Comissão Européia, 2000.

BROWNLIE, Ian. *Princípios de direito internacional público*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ENGISH, Karl. *Introdução ao pensamento jurídico*. 8ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

FLORÊNCIO, Sergio Abreu e Lima e Ernesto Henrique Fraga Araújo. *Mercosul hoje*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995.

MELLO, Celso de Albuquerque. *Curso de direito internacional público*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 14ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.



- MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- QUOC DINH, Nguyen, Patrick Dailler e Alain Pellet. *Direito internacional público*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.
- RANGEL, Vicente Marotta. *Direito e relações internacionais*. 7ª ed. São Paulo: RT, 2002.
- REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 26ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- REZEK, José Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- SEITENFUS, Ricardo. *Manual das organizações internacionais*. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.
- SILVA, José Affonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 19ª ed. São Paulo: Malheiros, 2001.
- SOARES, Guido Fernando Silva. *Curso de direito internacional público*. v. 1. São Paulo: Atlas, 2002.
- THORSTENSEN, Vera. OMC: *Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais*. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *O direito internacional em um mundo em transformação*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

Exemplo de prova

Valor de cada questão: 20 pontos

Questão 1

Analise juridicamente – sobretudo à vista do princípio da igualdade – a assertiva, sustentada por setores da sociedade brasileira, de que as ações afirmativas “têm como pressuposto a noção equivocada de que se combate uma injustiça criando outra”.

Otávio Augusto Drummond Cançado Trindado (18/20)

A assertiva de que “todos são iguais perante a lei” é corolário do princípio da igualdade. Esse, no entanto, pode assumir duas formas: a igualdade formal e a igualdade material.

A interpretação gramatical do enunciado acima leva ao entendimento de que não pode a lei fazer quaisquer discriminações entre os indivíduos. Essa é a noção de igualdade formal.

A igualdade material decorre da concepção de justiça segundo a qual deve-se tratar os iguais com igualdade e os desiguais com desigualdade, na medida de suas diferenças. A partir dessa nova leitura, o princípio da igualdade assume outra feição.

No direito brasileiro, a lei pode fazer discriminações sem que viole o princípio da igualdade. Essas discriminações devem, no entanto, atender a um pressuposto lógico racional. Assim, concurso público para carcereiro de penitenciária masculina que vede a inscrição de candidatas não atenta contra o princípio da igualdade. A própria Constituição da República, ao instituir regras previdenciárias favoráveis às mulheres, privilegia a



igualdade material, ao supor que as mulheres enfrentam dupla jornada de trabalho durante toda a vida.

O estabelecimento de ações afirmativas, para reduzir desigualdades enfrentadas por grupos sociais, tem como cerne a noção de justiça sobre a qual se fundamenta a igualdade material. Assim, a afirmação de que se estaria criando outra injustiça por meio da instituição de ações afirmativas poderia ser facilmente refutada.

Questão 2

Considere a seguinte situação hipotética:

No início deste ano, é editada medida provisória que cria uma gratificação especial por desempenho de funções em certos postos no exterior, tidos como inóspitos. A gratificação alcança quem exerceu essas funções no passado. Em junho, porém, a medida provisória é rejeitada pelo Congresso Nacional. Já se passaram mais de sessenta dias da rejeição da medida provisória, sem que o Congresso Nacional tenha-se animado a dispor sobre as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência do ato normativo rejeitado. Supondo que não haja qualquer inconstitucionalidade na mesma medida provisória e tendo em vista as circunstâncias descritas, responda de modo fundamentado:

- a) Os diplomatas que receberam a gratificação durante a vigência da medida provisória terão de devolver o que receberam a esse título depois da rejeição da medida provisória?
- b) Os diplomatas que desempenharam efetivamente as funções previstas na medida provisória têm direito adquirido a manter a gratificação para o futuro?
- c) Diplomatas que desempenharam as funções previstas na medida provisória nos sessenta dias que se seguiram à sua rejeição fazem jus ao recebimento da vantagem?

André Mendonça Machado (17/20)

A edição de Medida Provisória (MP) cria situações jurídicas temporárias cuja solução depende, grosso modo, da aprovação ou rejeição daquela MP pelo Poder Legislativo. Aprovada a medida, seus efeitos incorporam-se em definitivo ao mundo jurídico. Caso rejeitada, cessam imediatamente seus efeitos, cabendo ao Poder Legislativo dispor sobre as relações constituídas durante a vigência da medida e dela decorrentes.

A devolução da gratificação paga na vigência da MP constituiriam questão a ser definida em decreto legislativo, o que não ocorreu (o decreto legislativo é o instrumento que dispõe sobre as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência da MP). Uma vez que tal questão não recebeu tratamento em decreto legislativo, nenhuma providência administrativa de devolução deve ser tomada em relação às gratificações pagas nas vigência da MP.

Já que com a extinção da MP extinguem-se os direitos nela previstos, cessa o pagamento da gratificação. Assim, os diplomatas que desempenhavam as funções previstas não têm direito adquirido em relação à gratificação, pois o caráter precário da MP gera mera expectativa de direito. Da mesma forma, uma vez extintos os efeitos da MP pela sua rejeição, não cabe pagamento, mesmo que nos 60 dias seguintes, da referida gratificação.



Questão 3

Tendo em vista o tema da subjetividade internacional da pessoa humana nos dias de hoje, comente a seguinte passagem:

“Já não é possível, como no direito internacional tradicional, seguir considerando a pessoa humana como um objeto da ordem jurídica internacional; isso não significa, entretanto, que aquela seja um sujeito pleno de direito internacional, apesar do processo de humanização que este vem experimentando”.

Thiago Bonfada de Carvalho (20/20)

Ao longo de sua evolução histórica, o Direito Internacional tem sido por excelência o Direito dos Estados, direito entre as entidades dotadas de soberania territorial. Apenas no Século XX a situação começou a mudar, com o surgimento de numerosas organizações internacionais, dotadas de personalidade jurídica segundo seus tratados constitutivos. Para se ter uma idéia da lentidão deste processo, basta lembrar que a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, firmada nos anos 60, ainda estabelecia que somente Estados poderiam ser partes firmantes de um tratado. A inclusão das organizações internacionais nesta cláusula teve de esperar até a metade dos anos 1980!

Se esta foi a situação até para as organizações internacionais, fica claro que a inclusão de novos sujeitos, ONGs e indivíduos, será ainda mais lenta. Tradicionalmente, a relação dos indivíduos com o DIP é indireta: o indivíduo influencia o DIP influenciando seu Estado, e o DIP chega até o indivíduo através das medidas estatais. Nessa situação, apenas os Estados eram sujeitos do DIP, e os indivíduos eram apenas objetos.

Contudo, a tendência do sistema internacional e do próprio DIP, no período recente, é de aumentar o papel do indivíduo, e suas prerrogativas. Isso aconteceu mais cedo, e de forma mais clara, no âmbito dos direitos humanos e dos direitos sociais que deles fazem parte. A Organização Internacional do Trabalho, via a representação sindical e patronal, há tempos abre uma brecha à participação não-estatal das sociedades; contudo, não é ainda a pessoa humana em si que tem direito de expressão.

Tal veio a ocorrer na década de 1960, com início da – tímida – implementação dos acordos sobre direitos humanos firmados no âmbito da ONU. Ainda que a capacidade dissuasiva e executória tivesse sido mínima, pela primeira vez indivíduos puderam expressar-se e fazer denúncias diretamente a um órgão internacional. Diversas Organizações Internacionais – como as Comunidades Européias e a Organização dos Estados Americanos – hoje permitem o mesmo. No âmbito do direito comercial internacional, diversas organizações passaram a prever a possibilidade de reclamações individuais, ainda que geralmente a reclamação individual deva passar a ser capitaneada pelo Estado do reclamante no processo de resolução de controvérsias.

Assim, a pessoa humana vem adquirindo características que a distanciam da situação de objeto passivo da ordem jurídica internacional. Entretanto, como a citação deixa claro, esse processo está se dando apenas em algumas questões e temáticas, o que impede que consideremos a pessoa humana como “sujeito pleno” de direito internacional.



Questão 4

O artigo 33 (1) do tratado constitutivo da Organização das Nações Unidas (ONU) assim dispõe:

“As partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recursos a entidades ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha” (ênfase acrescida).

A expressão sublinhada é a versão oficial (português) feita pelo governo brasileiro da Carta da ONU [algumas versões autênticas da mesma expressão foram assim lavradas: inglês (“first of all”); francês (“avant tout”); espanhol (“ante todo”)]. Tendo em vista a proscrição da guerra como forma lícita de condução das relações internacionais, como interpretar a expressão?

César Barrio (20/20)

Carl Von Clausewitz considerava a guerra uma continuação, por outros meios, da política. Ao longo de muitos séculos, foi essa a visão que prevaleceu na esfera internacional, legitimando a guerra como um instrumento da política. Essa visão começou a mudar no final do século XIX, quando o grande avanço tecnológico na produção de armas alertou os líderes das principais potências mundiais para os perigos cada vez maiores que novos conflitos bélicos poderiam gerar. Assim, com o propósito de reduzir o imenso potencial destrutivo das armas que surgiam e fortalecer os mecanismos de solução pacífica de conflitos, o Czar Nicolau II convocou as duas Convenções de Haia, que resultaram na proibição à utilização de alguns armamentos e.g. atirar projéteis de balões e na criação da Corte Permanente de Arbitragem sediada na Haia.

Nada disso pôde, entretanto, evitar a hecatombe produzida pela I Guerra Mundial. Por isso, procurou-se fortalecer ainda mais os mecanismos de solução pacífica de conflitos, com a criação da Liga das Nações e da Corte Permanente de Justiça Internacional. Essa relevância cada vez maior dada à prevenção da guerra acabou resultando, em 1929, na celebração do Pacto Briand-Kellog, que implicou reconhecimento definitivo da ilegalidade da guerra como forma lícita de condução das relações internacionais (embora, lamentavelmente, o tratado prevesse tantas exceções que, no dizer de Henry Kissinger, deslegitimava a guerra apenas nas circunstâncias em que esta fosse impossível). Mais uma vez, nada disso evitou mais uma hecatombe, que seria a II Guerra Mundial, mas essa nova tragédia reforçou ainda mais o empenho dos arquitetos do pós-guerra em deslegitimar a guerra.

Foi nessa esteira que se celebrou a Carta de São Francisco, de 1945, que, em seu artigo 33 (1), consagra a solução pacífica de controvérsias como mecanismo a ser utilizado “antes de tudo” no caso de “uma ameaça à paz e à segurança internacionais”. O propósito da expressão “antes de tudo” inserida nesse artigo é justamente reforçar a idéia de que nenhuma medida de hostilidade deverá ser tomada antes que se esgotem os mecanismos pacíficos à disposição dos contendores. Dessa forma, não se busca simplesmente evitar a guerra, mas coibir as práticas tendentes ao agravamento das circunstâncias, que podem precipitar a eclosão do conflito armado. Com isso, desencoraja-se a condução de retaliações,



a decretação de embargos, a realização de bloqueios e quaisquer outras medidas hostis que acabam tornando a solução de disputa por meios pacíficos cada vez mais difícil.

Não é apenas o artigo 33(1) da Carta que procura deslegitimar a utilização da guerra como forma lícita de condução das relações internacionais: a Carta é permeada por indicações de que se deve sempre buscar a paz e evitar a guerra, cuja interpretação sistemática acaba levando à conclusão de que a guerra só é lícita em duas hipóteses: i) Legítima defesa; e (ii) autorização do Conselho de Segurança da ONU. Diante disso, é possível concluir que o “antes de tudo” inserido no artigo 33(1) também indica que não se poderá recorrer à força antes que surja uma necessidade grave e urgente ou que o Conselho de Segurança haja legitimado a medida.

Assim, a menos que esteja caracterizada a legítima defesa ou que o Conselho de Segurança legitime o uso da força, as partes em uma controvérsia que ameace a paz e a segurança internacionais deverão abster-se da condução de qualquer hostilidade e buscar a solução da contenda através dos meios pacíficos. Nesse sentido, a carta franqueia-lhes toda uma plêiade de opções que incluem mecanismos diplomáticos, jurisdicionais e políticos, que poderão ser complementados por quaisquer outros à sua escolha.

Questão 5

O Conselho de Segurança das Nações Unidas criou, mediante resolução, o Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iugoslávia (T.P.I.E.I.). Considerando tratar-se de algo sem precedentes, o assunto chamou a atenção sobretudo da doutrina. Alguns autores ponderaram que o Tribunal deveria ter sido criado por tratado ou por emenda à Carta da ONU, e não por resolução do Conselho. Em prol de sua tese, invocam, entre outros motivos, os seguintes: (i) a Carta não prevê a criação de tribunais “ad hoc”; (ii) a Assembléia Geral – cujo eventual envolvimento na constituição do T.P.I.E.I. seria, ao menos, garantia de maior representação da comunidade internacional como um todo – não participou do estabelecimento do órgão; (iii) a Carta não estabelece, no Capítulo VII, poderes para que o Conselho crie, de modo isolado, órgão judicial; (iv) o Conselho não foi coerente já que não criou tribunais para outras situações de igual ofensa às normas de direito humanitário; e (v) o Conselho, tratando-se de órgão político, não seria capaz de estabelecer tribunal independente e imparcial.

Suponha o candidato ser juiz no Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iugoslávia. Imagine, ainda, que a argumentação acima foi oferecida como preliminar ao julgamento de mérito de processo sob sua apreciação. Produza minuta de decisão em favor da jurisdição do Tribunal, bem assim de sua constitucionalidade.

Bruno Henrique Neves Silva (20/20)

De início, ressalte-se que este tribunal não tem competência para contestar sua própria legitimidade, bem como para interpretar a carta da ONU. Uma vez que foi criado para julgar os crimes cometidos na região da ex-Iugoslávia, em caráter “ad hoc”, a competência deste tribunal se refere tão-somente aos limites impostos pela resolução que o criou. Da mesma forma, a interpretação do Estatuto das Nações Unidas é de competência de outros órgãos, como a Corte Internacional de Justiça e não pode ser objeto da apreciação



desta Corte.

Não encontram guarida, outrossim, as alegações contrárias a jurisdição e a constitucionalidade do Tribunal. O Conselho de Segurança da ONU detém as prerrogativas para decidir sobre a ameaça à paz, de modo que a criação do Tribunal está de acordo com os poderes previstos na Carta da ONU. Seu caráter pacífico em nada impede a boa condução dos julgamentos do Tribunal, que é composto por juízes independentes não subordinados ao Conselho. A jurisdição do Tribunal se impõe, uma vez que a justiça local se encontra impedida de realizar julgamento isento e o estado de destruição da burocracia estatal da ex-Iugoslávia não permite a existência de uma aparato judiciário. Por outro lado, a manifesta ofensa às normas de direito humanitário credenciam a criação de um Tribunal Internacional como este, pois é de interesse da comunidade internacional a responsabilização pelos crimes praticados. A ausência de manifestação do Conselho em outras situação similares não pode servir de argumento para deixar crimes contra a humanidade sem a devida apreciação da justiça.



NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão.

Programa:

I - Conceitos básicos

1. O objeto da Economia. Escassez e usos alternativos. Bens econômicos. Sistema de preços e alocação de recursos.
2. Noções sobre a evolução da análise econômica. Pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos.
3. Medida da atividade econômica. Produto e renda. Contas Nacionais: os grandes agregados e sua estimação. Valores nominais e valores reais. Índices de preços.
4. Noções de Microeconomia. Determinantes da procura e da oferta. Elasticidades. O equilíbrio de mercado. Concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado.
5. Moeda e sistema bancário. Oferta e procura de moeda. Banco Central e política monetária. Inflação.
6. Noções de Economia Internacional. Taxas de câmbio e sua determinação. O balanço de pagamentos. A noção de vantagens comparativas.

II - Formação da Economia Brasileira

1. A economia brasileira no período colonial. A economia açucareira do Nordeste. Auge e declínio da mineração.
2. A economia brasileira no século XIX. Expansão da lavoura cafeeira. Transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial.
3. A economia brasileira na primeira metade do século XX. As duas guerras mundiais, a depressão dos anos trinta e seus reflexos. O processo de industrialização: fases, características.

Bibliografia:

A primeira parte do programa corresponde ao conteúdo usual de um curso universitário de Introdução à Economia e é coberta em manuais como o Manual de Economia, organizado por Pinho & Vasconcelos e elaborado por uma equipe de professores da Universidade de São Paulo (ver especialmente: Parte Introdutória, capítulos 1 e 2; Parte I, caps. 2 e 4; Parte II, caps. 1, 2 e seu apêndice, 4 e seu apêndice, e 5; e Parte IV, cap. 1 e seu apêndice), ou os livros de Samuelson e de Wonnacott & Wonnacott.

A segunda parte do programa pode ser estudada nos livros clássicos de Celso Furtado e Caio Prado Jr., e na obra de Maria da Conceição Tavares (ver sobretudo o capítulo “Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil”).

ABREU, M. P. *A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2000.

MANKIW, N. G. *Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macro Economia*. Rio de



Janeiro: Campus, 2001.

PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M.A.S. (orgs.). *Manual de Economia*. São Paulo: Saraiva, 1992.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAMUELSON, P. A. ; NORDHAUS, W. D. *Economia* 14. ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1992.

TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil" in: *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VERSIANI, Flávio Rabelo. *Manual do Candidato: Noções de Economia*. Brasília: FUNAG, 1996.

Exemplo de prova

Valor de cada questão: 20 pontos

Questão 1

Explique como o financiamento da guerra no Iraque, mediante o aumento substancial do déficit público americano, pode reduzir o investimento em outros países.

Antonio Cottas de Jesus Freitas (20/20)

A guerra no Iraque, financiada por aumento considerável no déficit público americano, pode realmente, como expressa a questão, reduzir o investimento em outros países. Para demonstrarmos a validade da assertiva, devemos partir da identidade macroeconômica fundamental: DA=RA.

A demanda agregada (DA) é composta por gastos em consumo (C), investimentos (I), gastos do governo (G) e exportações (X). A renda agregada (RA) é a soma dos gastos em consumo, da poupança privada (Sp), dos gastos com impostos (T) e das importações (M). Igualando as duas equações, temos que:

$$\underset{1}{(G-T)} = (\underset{2}{Sp} - I) + (\underset{3}{M} - X)$$

O déficit público americano (1) deve ser financiado por aumento proporcional da poupança privada ou do déficit externo (3, que é a poupança externa). O aumento da poupança externa para financiar incremento do déficit público americano significa que países outros estão transferindo poupança para sustentar o esforço de guerra dos EUA. A questão está correta em ressaltar que o déficit pode ser financiado por poupança externa, já que um incremento na poupança privada seria outra opção.

Do ponto de vista dos outros países, temos que, partindo da igualdade DA=RA, o investimento pode ser traduzido na seguinte fórmula:

$$I = Sp + \underset{Sg}{(T - G)} + \underset{Se}{(M - X)}$$

Ora, se a poupança externa desses países diminui (pois estão financiando o esforço de guerra dos EUA), haverá redução no nível de investimento, caso não haja compensação pela poupança do governo ou privada.

De Gaulle, em meados da década de 60, insistia na criação de outra moeda (que não o dólar) de reserva internacional. Argumentava que a França estava, involuntariamente,



financiando a política externa dos EUA no Vietnã. Teve sucesso pequeno, com a criação dos SDR (“Special Drawing Rights”) pelo FMI, moeda de importância secundária, com baixa liquidez. O que será que pensam, hoje, os altos dirigentes dos países asiáticos? E quais serão as consequências de um provável fortalecimento do euro?

Questão 2

Compare o processo de ajustes exigido para eliminar um déficit na Balança Comercial, (a) sob o regime de taxas de câmbio fixas e (b) quando as taxas de câmbio são flutuantes.

Fábio Moreira Farias (20/20)

A balança de pagamentos é o instrumento utilizado para medir a entrada e a saída de divisas de um país relativas a transações entre agentes econômicos residentes e não residentes. Na Balança Comercial, uma das contas nas quais pode ser dividida a Balança de Pagamentos, registram-se as importações e exportações de mercadorias realizadas pelo país cujo pagamento faz-se mediante moeda com liquidez e aceitação internacionais.

Déficits na Balança Comerciais significam importações (M) maiores que exportações (X), ou $M - X > 0$. Considerando que a Conta Capital tenha-se mantido estável, ou com saldo igual a zero, a taxa de câmbio, preço da divisa no mercado interno, sofrerá uma tendência à elevação, uma vez que a demanda por divisas por parte dos importadores supera sua oferta por parte dos exportadores. Essa tendência depende do regime do câmbio para se materializar.

a) Sob um regime de câmbio fixo, a tendência à elevação da taxa de câmbio é detida pela autoridade monetária, comumente o Banco Central, que ofertará as divisas demandadas pelo mercado de forma a conter a elevação da taxa de câmbio, ou seja, a depreciação da moeda. Para tanto, a autoridade monetária deverá valer-se de suas reservas internacionais, ocasionando uma baixa de seu estoque. Caso os déficits tornem-se constantes, será necessário elevar a taxa de juros interna, admitindo-se que haja alta mobilidade de capitais, de modo a atrair divisas na forma de capital externo.

O aumento das taxas de juros é produzido por uma política monetária contracionista que reduzirá ainda mais o nível de atividade interna (demanda, renda e produto agregados). Com isso, espera-se que a demanda por importações seja contida e que o equilíbrio da Balança Comercial seja restabelecido.

b) No que tange do regime de câmbio flutuante, a tendência à elevação da taxa de câmbio materializa-se e a moeda é depreciada, sem que haja intervenção direta da autoridade monetária e não provocando alterações no estoque de reservas internacionais.

O ajuste, neste caso, é feito pelo próprio mercado: a moeda nacional desvalorizada faz as exportações mais competitivas internacionalmente, ao mesmo tempo em que torna as importações menos acessíveis.

Cumprе salientar que o regime de câmbio flexível também apresenta desvantagens, sobretudo no que se refere à potencial desvalorização constante da moeda nacional, podendo provocar, entre outros efeitos, perda da credibilidade da moeda, aumento do custo de importações preço-ineslásticas e, como consequência, inflação.



Questão 3

Utilizando os conceitos básicos da teoria do comércio internacional explique por que estratégias de desenvolvimento baseadas em políticas de substituição de importações tendem a ser mais bem sucedidas em países como o Brasil do que em nações como o Uruguai ou a Coreia do Sul.

Fábio Moreira Farias (20/20)

A Política de Substituição de Importações, cerne do modelo industrialista do nacional-desenvolvimentismo, que no Brasil manteve-se hegemônica da década de 1930 até o início da década de 1990, contradiz, em grande parte, os ensinamentos da teoria clássica e da neoclássica do comércio internacional. De acordo com os teóricos das duas escolas, os países deveriam eliminar as barreiras do comércio internacional, especializando-se na produção de bens e serviços nos quais tivessem vantagens comparativas. A promoção do livre comércio internacional seria benéfica a todos os países pois o intercâmbio de mercadorias contribuiria para a elevação do bem-estar da sociedade internacional como um todo.

Baseada fundamentalmente no protecionismo e na intervenção direta do governo na economia seja sob a forma de empresas estatais, - seja como indutor de investimentos - , a política de substituição de importações valia-se da existência de vantagens comparativas dinâmicas e de rendimentos crescentes de escala para justificar sua aplicação.

Contrariando o embasamento teórico da existência de vantagens comparativas, que em Ricardo assume a forma de diferenças de tecnologia e em Heckscher-Ohlin a de dotação de fatores de produção, o governo dos países que adotaram a industrialização por substituição de importações adotou políticas que visavam a criar indústrias de tecnologia dos países desenvolvidos e nas quais dispunham de fatores de produção em abundância. É o caso, por exemplo, da siderurgia, intensiva em capital mas que apresenta fortes ganhos de escala.

Para que a política de substituição de importações seja eficaz é fundamental que o país seja grande o bastante para poder progredir em grau de especialização da produção interna tal que viabilize o desenvolvimento de indústrias de bens de capital, sem as quais não se desenvolverá a indústria nacional de forma autônoma.

Esse é o caso do Brasil. Durante as décadas em que se manteve a substituição de importações o país tornou-se industrializado e cresceu vertiginosamente. O parque industrial brasileiro é diversificado e foi viabilizado pelo tamanho do país, bem como pela possibilidade de especialização funcional e regional de sua produção.

Questão 4

“Contrariamente ao estabelecido pela teoria padrão do comércio internacional, barreiras comerciais elevadas – tarifárias e não-tarifárias - não impediram o Brasil de apresentar altas taxas de crescimento, no período 1900-1973.” Avalie.

**Fábio Moreira Farias (20/20)**

A chamada “teoria padrão do comércio internacional” fundamenta-se nos ganhos de bem-estar promovidos pelo livre comércio entre os países para justificar a defesa do fim de barreiras comerciais, materializando o princípio fisiocrata do “laissez passer”.

Os clássicos, em sua vertente ricardiana, defendiam haver diferenças de tecnologias que faziam os países mais produtivos no que se refere a determinado bem. O esforço produtivo, representado principalmente pela força de trabalho, deveria privilegiar tal bem e comercializá-lo por outros, obtendo, ao final, mais bens no total. O modelo neoclássico de Heckscher-Ohlin refuta a existência de diferenças de tecnologia e justifica a existência de vantagens comparativas pela dotação de fatores de produção intensivos à fabricação de um bem em cuja produção o país deveria especializar-se. Para ambos, a troca internacional livre de barreiras era, portanto, imprescindível.

O Brasil seguiu, “grosso modo”, tais preceitos nas três primeiras décadas do século XX, quando o seu principal produto, o café – intensivo em terras e mão-de-obra, abundantes no país, e cuja tecnologia de produção o Brasil dominava –, foi defendido externamente, do preço de não se imporem barreiras a importações quaisquer que fossem. Era comum defender a “vocação agrícola” do país com base no liberalismo comercial.

A década de 30, contudo, dá início ao modelo nacional-desenvolvimentista, amplamente protecionista. Pelo menos até 1973, o Brasil adotou uma estratégia de desenvolvimento voltada ao mercado interno. As grandes empresas, criadas nesse período, gozavam de proteção governamental contra a concorrência externa e tinha, para si, reservado um imenso mercado consumidor.

Grande parte dos investimentos que viabilizaram as referidas altas taxas de crescimento foi de responsabilidade do governo. São exemplo dessa intervenção direta: a política keynesiana “pré-Keynes” de Vargas, comprando estoques de café e mantendo, com isso, o nível de renda interna durante os anos de depressão profunda do comércio internacional; as políticas de atração de investimentos diretos do governo de Juscelino Kubitschek; os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) I e II.

A justificativa teórica para o sucesso da imposição de barreiras, malgrado a defesa do liberalismo comercial, pode ser encontrada na própria “teoria padrão”. As hipóteses do modelo não prevêem imperfeições tais como ganhos crescentes de escala, em mobilidade nacional da mão-de-obra no curto e médio prazos, barreiras do comércio impostas por potenciais parceiros, bens não perfeitamente homogêneos e estruturas de mercado diferentes das de livre concorrência, como monopólios, oligopólios e concorrência monopolística.

Todos esses fatores levariam, portanto, à justificação da intervenção governamental, bem como à eficiência do mercado, que se tivesse sido levado apenas pela “mão invisível”, não lograria alcançar um nível de especialização e diferenciação internas capazes de garantir desenvolvimento econômico tal como apresentado no período citado.

Questão 5

A teoria da paridade do poder de compra afirma que, no longo prazo, diferenças de preços entre países, para os mesmos produtos, não são sustentáveis em razão da possibilidade de arbitragem. Explique o funcionamento desse processo de arbitragem e analise suas implicações para a determinação da taxa de câmbio de longo prazo. Discuta, também, os pressupostos e limites dessa teoria.

**Antonio Cottas de Jesus Freitas (20/20)**

A paridade do poder de compra (PPP= “purchase power parity”) pondera o nível de determinada economia com relação ao poder de compra da moeda nacional. Ela é muito utilizada para comparações entre salários, preços e mesmo o PIB de diferentes países. Por exemplo, pode-se afirmar que o PIB e os salários de países como o Brasil e a China são proporcionalmente maiores quando comparados aos EUA ou ao Japão em termos da paridade do poder de compra. Um operário brasileiro que ganhe cerca de US\$ 200,00 por mês teria, de acordo com o indicador, incremento substantivo proporcionalmente ao seu colega norte-americano que perceba US\$ 1000,00, já que o custo de vida no Brasil, em dólar, é bem menor. São eliminadas, portanto, distorções entre preços relativos.

A elaboração de uma teoria da paridade do poder de compra criou a argumentação de que diferenças de preços entre países, para os mesmos produtos, no longo prazo, não seriam sustentáveis. Isso decorre das possibilidades de arbitragem: a compra de determinado produto em determinada economia para revenda em outro país que tenha preços (ajustados pela PPP) maiores. Conforme esse processo se desenvolva, necessariamente haveria convergência entre os preços (ajustados pela PPP) de produtos homogêneos em diferentes países. No caso, ajuste na taxa de câmbio de longo prazo refletiriam exclusivamente o diferencial de inflação entre os países, desconsiderando a produtividade no cálculo.

Os pressupostos para a validade da teoria são variados, muitos deles interdependentes: concorrência perfeita; bens homogêneos; sem barreiras de entrada ou saída; informação perfeita; mobilidade dos fatores de produção (capital, trabalho); tecnologia padrão disponível; flexibilidade dos salários; sem rendimentos de escala; não existência de gargalos de oferta. Os limites da teoria são, evidentemente, relacionados ao fato de que tais pressupostos, em graus variados, não se verificam no mundo real. Deve-se ressaltar, no entanto, que a teoria tem grande utilidade para a compreensão de estruturas do comércio internacional e, como exposto anteriormente, para a comparação entre países.



POLÍTICA INTERNACIONAL

A prova de Política Internacional tem por objetivo verificar o conhecimento dos antecedentes e da atualidade dos temas internacionais correntes.

Prova escrita

A prova escrita consistirá de cinco dissertações, no valor de 20 (vinte) pontos cada uma.

Exemplo de prova

Valor de cada questão: 20 pontos

Questão 1

Os atentados perpetrados contra os Estados Unidos em 11 de setembro de 2001 e os esforços subseqüentes de enfrentamento ao terrorismo como ameaça global implicaram, no plano internacional, a reafirmação de interesses e preocupações quanto à segurança e, particularmente, com a possibilidade do eventual acesso de grupos terroristas a armas de destruição de massa. Considerando a assertiva acima, responda às seguintes questões:

- a) quais são, no presente, os principais regimes e mecanismos de cooperação atinentes à não proliferação de armas de destruição de massa e ao controle de tecnologias sensíveis?
- b) analise a adequação dos mesmos ao enfrentamento da ameaça terrorista.

Juliano Rojas Maia (20/20)

a) *Os principais regimes e mecanismos de cooperação no que tange à não proliferação de armas de destruição de massa e ao controle de tecnologias sensíveis são o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que tem participação quase universal, inclusive do Brasil; o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT); a Convenção sobre a proibição, produção, armazenamento e uso de armas químicas; a Convenção sobre proibição, produção, armazenamento e uso de armas biológicas e bacteriológicas (estes dois últimos instrumentos estabelecem verdadeiros regimes de proibição e não apenas de não proliferação); o Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR); e o Tratado de Tlatelolco. O Brasil faz parte de todos esses regimes e mecanismos de cooperação, o que corrobora o compromisso brasileiro com o desarmamento geral e completo e com a não proliferação de armas de destruição em massa. Tal como exposto no artigo 21 da Constituição brasileira de 1988, o Brasil só deve usar a energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos. Além disso, deve-se ressaltar que, com exceção da Convenção sobre armas biológicas e bacteriológicas de 1972, todos os outros regimes mencionados possuem organismo responsáveis pela verificação e monitoramento: AIEA, OPAQ e OPANAL. Por fim, salienta-se que estão em andamento, no âmbito da Conferência de Desarmamento, estudos para a elaboração de um instrumento que estabeleça um regime de não proliferação de armas convencionais, iniciativa que tem o apoio do Brasil.*

No âmbito sub-regional, merece destaque o regime verificado e monitorado pela ABACC (Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Armas de Destruição de Massa), que tem sido ajudada pela AIEA.

b) *Esses regimes e mecanismos de cooperação atinentes à não proliferação de armas*



de destruição de massa e ao controle de tecnologias sensíveis não são plenamente eficazes no combate ao terrorismo. Isto se dá, pois esses regimes são estabelecidos e implementados por Estados soberanos e organizações internacionais – sujeitos de direito internacional público. Grupos terroristas estão à margem desses regimes e mecanismos de cooperação e, portanto, não se vinculam às suas regras e tampouco aos seus sistemas de verificação e monitoramento. Isto não quer dizer que tais regimes e instrumentos internacionais sejam totalmente ineficazes e inadequados ao enfrentamento da ameaça terrorista. Ao estabelecer regras, padrões de comportamento e instituições que limitam as ações dos Estados no que concerne à produção e uso de armas de destruição em massa, esses regimes de proibição e não proliferação atingem indiretamente os grupos terroristas, pois diminuem a produção de armas e tornam o acesso a elas cada vez mais difícil.

Portanto, a adequação e a eficácia dos regimes e mecanismo de cooperação em relação ao enfrentamento da ameaça terrorista estão diretamente ligados ao número de Estados comprometidos com esses regimes e à eficiência dos mecanismo de verificação e monitoramento. Nesse sentido, as nações verdadeiramente comprometidas com o combate ao terrorismo, como o Brasil, devem envidar todos os esforços para tornar os regimes de não proliferação cada vez mais universais (número crescente de estados participantes e vinculados) e para fortalecer as organizações responsáveis pela verificação e controle. Com essas medidas se estará diminuindo as chances de armas de destruição de massas caírem em mãos de grupos terroristas.

Questão 2

A União Européia, após ter consolidado seu mercado comum e implantado moeda única, inicia nova etapa de expansão, com a incorporação de países da Europa Oriental, ex-integrantes do bloco soviético. Analise a trajetória recente da União Européia levando em conta (i) as implicações de sua expansão para as estruturas e a configuração de poder do sistema internacional contemporâneo e (ii) as perspectivas que traz para as relações com a América Latina, e em particular com o Mercosul e o Brasil.

Marcus Vinicius da Costa Ramalho (16/20)

A expansão da União Européia (UE) para o Leste dá continuidade à mais bem-sucedida experiência de integração econômica e política do último século. Com efeito, além dos atuais quinze membros, a UE deverá incorporar dez novos Estados, com efeitos potencialmente significativos na economia e política mundiais.

No plano econômico, a ampliação do espaço comum e da escala dos mercados deve levar, no médio prazo, ao reforço da posição da UE na economia mundial. É o que se observou, nas últimas décadas, ao longo de sua expansão, desde a Comunidade Econômica do Carvão e do Aço, fundada sobre o eixo franco-alemão, até o Tratado de Maastricht, de 1992. Atualmente, a UE é um dos pólos de uma hegemonia econômica compartilhada, juntamente com os EUA e o Japão. Outro produto de Maastricht – o euro, a moeda única européia – deve ter sua posição reforçada com a expansão, já que os novos países, vendo reforçados seus laços comerciais com a Europa, terão incentivos para aumentar a parcela do euro na composição de suas reservas monetárias. Por outro lado, devem-se esperar dificuldades de transição na incorporação dos novos membros e no processo de redução das disparidades econômicas entre os “velhos” e “novos” países.

No plano político, à primeira vista pareceria haver um reforço da posição da



Alemanha, principal força de atração na Europa Central. Considerando a UE como um todo, devem se tornar mais relevantes suas questões de política externa com a Rússia e a Ásia Central (principalmente, no último caso, se a Turquia vier a fazer parte da União). Por outro lado, não se deve desconsiderar o potencial para a divisão: a política externa americana reforçou, recentemente, essa possibilidade, ao distinguir entre a “nova Europa” dos países do leste, que apoiaram a guerra no Iraque, da “velha Europa”, constituída principalmente por França e Alemanha, que se opuseram àquela operação. Quando se soma a esse quadro a posição britânica – de alinhamento praticamente automático aos EUA – torna-se clara a dificuldade em se falar em uma “política externa européia”. Por essas razões é difícil imaginar as implicações de uma União Européia alargada para a configuração de poder no sistema internacional contemporâneo. Se parece certo que a UE deverá aumentar seu peso econômico, as implicações políticas são muito menos claras.

Do ponto de vista do Brasil, vale mencionar a caracterização de uma autor brasileiro para as relações Brasil-Europa: “um relacionamento flutuante e sem estratégia”. O autor refere-se a momentos de significativo adensamento nas relações – pouco antes da II Guerra e em meados da década de 1970, quando do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha – seguidos por períodos de relações cordiais mas pouco dinâmicas.

Contribuiu para esse quadro a relativa introversão da Comunidade (depois União) Européia, empenhada no esforço de integração econômica e na superação das divergências políticas. Além disso, suas relações externas privilegiavam os Estados Unidos, parceiros fundamentais na reconstrução econômica e nos arranjos de segurança no quadro da Guerra Fria. É de se esperar que essa introversão seja novamente acentuada com as tarefas de incorporação dos novos membros, além da construção política refletida nos debates sobre a constituição européia.

As implicações para o Brasil e o Mercosul devem ser mais significativas no aspectos econômico. De fato, quando se formou a Comunidade Econômica Européia, em 1957, as preocupações do Brasil centravam-se na questão das preferências comerciais entre os europeus e em relação a suas colônias e ex-colônias na África e no Caribe. Atualmente, com a expansão para o Leste, deve-se monitorar o impacto das novas preferências sobre os fluxos de comércio, especialmente de produtos agrícolas (deve-se lembrar que, atualmente, a UE é a maior importadora de produtos agrícolas provenientes do Brasil).

Por outro lado, com a inclusão dos países da Europa Oriental, a Política Agrícola Comum (PAC), que envolve pesados subsídios e outras medidas de apoio à agricultura, pode se tornar insustentável. Esse quadro poderia levar ao enfraquecimento relativo de posições da França, tornando a UE mais flexível nas negociações comerciais no âmbito da OMC e com o Mercosul.

A respeito das negociações Mercosul-UE, vale mencionar que sua manutenção e dinamização podem ser favoráveis à sobrevivência e ao fortalecimento do bloco sul-americano face à possibilidade de constituição da Alca. Segundo Vera Thorstensen, enquanto no último caso há uma tendência à divisão e à dissolução do Mercosul, é de interesse da UE que seu interlocutor seja um bloco coeso e de voz única. Essa diferença pode ser estratégica para seu futuro.

Questão 3

Em seu discurso de posse, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva anunciou como uma das prioridades da política externa de seu governo “o aprofundamento das relações com grandes nações em desenvolvimento, tais como a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul,



entre outros”. Discuta a assertiva acima, caracterizando as iniciativas concertadas com esses países ao longo do primeiro ano de mandato.

Marcus Vinicius da Costa Ramalho (18/20)

A afirmação do Presidente Lula deve ser considerada à luz do contexto internacional mais recente. No plano político, a situação internacional é caracterizada pela crescente imposição do temário da segurança, em detrimento das questões de interesse mais imediato dos países em desenvolvimento, tais como saúde, crescimento econômico e redução da pobreza. No plano econômico, a discussão de temas relativos ao desenvolvimento, em âmbito internacional, encontra-se obscurecida. À diferença do que ocorria na década de 1970 quando a noção de uma “Nova Ordem Econômica Internacional” era vivamente debatida, o consenso prevalecente na atualidade é o de que cabe a cada país a maior parte da responsabilidade por seu desenvolvimento (esse consenso é refletido, por exemplo, na declaração da Conferência de Monterrey para o financiamento do desenvolvimento, que se realizou em 2002). Os países em desenvolvimento batem-se, então, pela preservação de alguma autonomia para a execução de políticas nacionais de desenvolvimento, além do desmantelamento das barreiras comerciais que dificultam o acesso ao mercado dos países desenvolvidos do “norte”.

A saída racional, na inviabilidade da proposição de uma “nova ordem econômica internacional” e do confronto aberto Norte-Sul, seria o reforço da cooperação Sul-Sul. O Brasil procuraria, então, incrementar suas trocas comerciais com os grandes países em desenvolvimento, explorando complementaridades econômicas e fomentando a cooperação nas áreas de saúde, ciência e tecnologia – suprindo-se assim, ainda que parcialmente, a lacuna deixada pelos países do norte no que diz respeito ao desenvolvimento.

Essa disposição fica evidente na Reunião Ministerial da OMC realizada em Cancún. Marcada para dar prosseguimento à execução da “Agenda para o Desenvolvimento” acordada em Doha, a reunião de Cancún assistiu à tentativa, por parte dos países desenvolvidos, de dificultar a adoção dos compromissos de liberalização do comércio agrícola (nesse aspecto, de maneira surpreendente, os EUA uniram-se à União Européia e ao Japão. Os países desenvolvidos tentaram pressionar, ainda, pela negociação dos chamados “novos temas”, de seu interesse – investimentos, concorrência, facilitação de comércio e compras governamentais. O Brasil teve sucesso em coordenar-se com a China, Índia, África do Sul e outros países de “menor desenvolvimento relativo” para opor-se à pressão dos países desenvolvidos, o que levou ao bloqueio das negociações. O grupo então formado (“G-20”) adquiriu alguma notoriedade e deve constituir fator de reforço das posições dos países em desenvolvimento nas próximas reuniões.

Com a Índia e a África do Sul destacam-se medidas no campo da saúde, no contexto do combate a pandemias como AIDS-HIV e do acesso das populações a medicamentos e a atendimento médico. Esses países, juntamente com o Brasil, devem continuar atuando em concerto na OMC para garantir o cumprimento dos compromissos expressos na Declaração sobre a relação entre o acordo de TRIPS (propriedade intelectual) e saúde pública – vale lembrar que a Índia é grande produtora de medicamentos genéricos. Os três países concordaram também em atuar em conjunto em iniciativa que visem ao combate à fome em nível mundial.

A China foi, em 2003, o terceiro maior importador de produtos brasileiros, com destaque para a soja e seus derivados. O Brasil manteve a parceria tecnológica no desenvolvimento e lançamento de satélites, além de apoiar empresas brasileiras que procuram maior penetração naquele mercado.



Os encontros com autoridades russas ressaltaram a percepção comum da desejabilidade de uma ordem política internacional multipolar. A Rússia também parece simpática, em princípio, ao pleito brasileiro a uma assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. De qualquer forma, a posição russa em matéria de segurança parece condicionada por uma aproximação com os EUA e com a precedência da “guerra ao terrorismo”, mesmo porque, como ressaltou Lenina Pomeranz, essa aproximação favorece a posição russa no conflito da Chechênia, que talvez seja sua grande prioridade no momento.

A aproximação com grandes países em desenvolvimento é racional e legítima, ao se consolidar o quadro de renovada preeminência das questões de segurança e de relativo fechamento dos países do norte à discussão do desenvolvimento em âmbito internacional (além do fechamento representado por suas barreiras comerciais). Reflete a tarefa fundamental da política externa de uma país em desenvolvimento, na fórmula de Celso Lafer de traduzir necessidades internas em possibilidades externas.

Questão 4

Ao longo dos anos noventa, a criatividade política brasileira e sua expressão diplomática exerceram papel importante na definição de novos parâmetros conceituais na questão dos direitos humanos, que foram paulatinamente consagrados nas grandes conferências internacionais sobre temas sociais com reflexos positivos no cenário internacional.

Considerando o trecho acima:

- a) Discorra sobre o conceito de “direitos humanos” consagrado pelo Estado brasileiro no início dos anos noventa;
- b) Responda à seguinte questão - De que forma a preocupação com os direitos humanos condicionou, no período em questão, a ação externa do Estado brasileiro?

Marcos Rodrigues Savini (20/20)

O ativo papel desempenhado pelo Brasil no plano internacional, ao longo dos anos 90, no que concerne a redefinição dos parâmetros conceituais dos direitos humanos, fundamentou-se na reflexão desse tema no plano interno. O processo de redemocratização do país na década anterior consagraria a observância dos direitos humanos como princípio constitucional a ser observado em suas relações internacionais. A própria Constituição, além de elencar uma série de direitos fundamentais com força de cláusula pétrea, previu a possibilidade de o Brasil vir a incorporar, em seu ordenamento jurídico, outros direitos presentes em tratados internacionais que o país porventura ratifique – o que está expresso no parágrafo segundo do artigo 5º do texto constitucional.

A Constituição de 1988 representou uma inflexão ao período anterior na questão dos direitos humanos no plano internacional. De fato, nas décadas anteriores, em especial durante o regime militar instalado entre 1964 e 1985, a posição brasileira era a da prevalência da soberania nacional sobre os direitos humanos, rejeitando-se a ingerência externa no que se considerava assunto interno. Nos anos 90 o Brasil não apenas viria a aderir aos principais instrumentos de proteção dos direitos humanos nos planos internacional e regional, como assumiria um certo protagonismo em relação ao tema. Isso ocorreu, em especial, na conferência de Viena sobre Direitos Humanos (1993), mas também na elaboração do Estatuto de Roma sobre a criação de um Tribunal Penal Internacional



(TPI), que viria a entrar em vigor em 2002.

Na Conferência de Viena foram consagrados os princípios da universalidade, da unidade e da indivisibilidade dos direitos humanos no plano internacional. Neles encontrava-se refletida a posição brasileira sobre o tema. A partir de então, passou-se a considerar legítima a preocupação da comunidade internacional em relação às violações aos direitos humanos por parte dos Estados, relativizando-se a "sacralidade" da soberania nacional. Os governos não mais poderiam alegar peculiaridades culturais ou políticas para descumprir a observância dos direitos fundamentais da pessoa humana (princípio da universalidade), nem se deveria privilegiar qualquer tipo de direito (político, social, econômico, cultural, ambiental) em relação aos demais (princípios de unidade e indivisibilidade dos direitos humanos).

Ao longo dos anos 90 o Brasil tratou de se inserir nos ordenamentos de âmbito internacional e regional de proteção aos direitos humanos. Em 1992, assinou os pactos das Nações Unidas de direitos civis e políticos e de direitos sociais e econômicos. Passaria a receber os relatores especiais da Comissão de Direitos Humanos da ONU em relação a temas específicos – sistema carcerário, políticas de combate à fome, execuções sumárias. No plano interno, essas preocupações passariam a se concentrar na Secretaria Nacional de Direitos Humanos, encarregada de formular e executar a política brasileira para o setor. A ratificação do Estatuto de Roma de criação do TPI em 2002, expressa também esse comprometimento do Estado brasileiro com a proteção dos direitos da pessoa humana.

No plano regional, a adesão do Brasil ao final da década de 90, à Corte Interamericana de Direitos Humanos, sediada na Costa Rica, fez com que um jurista brasileiro, o professor Antônio Cançado Trindade viesse a presidir aquele órgão do sistema americano de proteção aos direitos humanos. Durante sua gestão, ainda em curso, o Brasil foi pela primeira vez objeto de medidas provisórias para garantir a inviolabilidade dos direitos humanos (caso do presídio de Urso Branco) – mais um sinal da irreversibilidade da prevalência desses sobre a anterior rigidez, por parte do Estado brasileiro, quanto à sua concepção de soberania nacional.

Questão 5

Com o avançar de sua quinta década de existência, a Organização das Nações Unidas ressentia-se com as dificuldades de adaptação à ordem internacional pós-guerra fria, e particularmente, do déficit democrático que caracteriza atualmente a estrutura do seu Conselho de Segurança, processo que tem suscitado amplas discussões acerca da reforma da instituição. Isso posto, responda:

- a) Quais as dificuldades existentes para a reforma da instituição?
- b) Que credenciais respaldam a candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas?

Ciro Leal Martins da Cunha (20/20)

O final da guerra fria suscitou esperanças de que, finalmente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas poderia funcionar de maneira eficaz. A guerra do Golfo, no início dos anos 1990, parecia ser a prova de que o órgão era apropriado para os desafios à segurança e à paz internacionais. Contudo, certos episódios minaram essa percepção de sucesso e adequação, como a inação diante da crise em Kosovo – em 1999, devida,



sobretudo, a provável veto russo e à indisposição chinesa – e a recente guerra ao Iraque.

Além do déficit democrático – amplificado pelo fato de que, entre a criação do Conselho de Segurança e hoje, surgiram muitos Estados pós-coloniais –, o Conselho de Segurança parece não corresponder à atual estrutura mundial de poder nem às expectativas e às funções nele depositadas e a ele confiadas.

Uma eventual reforma do Conselho de Segurança mostra-se tendo dificuldades. Em primeiro lugar, uma reforma deveria redefinir a competência do órgão. Criado para resolver conflitos interestatais, nos anos 1990, o Conselho de Segurança (CS) viu-se incumbido de missões de natureza diferente, como nas crises humanitárias da Bósnia e do Haiti, e na questão do terrorismo internacional (resoluções 1363 e 1373, na esteira do 11 de setembro). A redefinição do conceito de segurança, em termos multidimensionais, deve ser avaliada. Isso, contudo, gera fortes resistências, p. ex., quanto a idéia de “direito de ingerência”, com relação à qual os países em desenvolvimento são, bem como a China (membro permanente), recalcitrantes.

Outra forte resistência à reforma dá-se, em geral, no nível regional. Todas as propostas de ampliação do CS esbarram na resistência de certos países. Por exemplo, o Japão sofre a resistência da China; a Alemanha, da Itália, que não aceita estar em uma Europa de duas classes, a despeito de seu peso; a Índia é recusada como membro permanente pelo Paquistão. Ainda, o Egito, apesar de ser africano, não é da África negra, argumenta-se; a África do Sul, até recentemente, tinha o regime do “apartheid”; a Nigéria, por sua vez, tem graves problemas políticos internos, além de ser apontada como desrespeitosa aos direitos humanos. Na América Latina, México e Argentina “disputam” um assento permanente com o Brasil.

Ademais, o processo de reforma do CS deve passar por aprovação da Assembleia Geral das Nações Unidas e, posteriormente, pelo próprio CS, onde a maioria, sem veto algum dos cinco permanentes, deve aprovar o projeto. Dessa maneira, é necessário amplo consenso entre os países em qualquer reforma, o que ainda não existe. Há, entretanto, projetos como o “quick fix”, que apenas incluiria Japão e Alemanha entre os membros permanentes, e o “Plano Razhali”, que criaria cinco novos assentos rotativos e cinco permanentes, sendo um destes para a Alemanha, outro para o Japão, um para um país da África, um para um país da América Latina e outro para um país da Ásia.

O Brasil tem-se apresentado, atualmente, como favorável a uma reforma do CS que incluísse países em desenvolvimento e tem-se oferecido como candidato a uma vaga permanente, como todos os direitos que cabem aos atuais membros permanentes (os três “V”: voto, voz e veto).

O Brasil dispõe de credenciais importantes que sustentam sua candidatura. Em primeiro lugar, o Brasil é o país mais populoso, mais rico (o maior PIB em paridade de poder de compra) e de território mais extenso da América Latina. Ainda, possui convivência harmônica com seus vizinhos sul-americanos e com eles não possui controvérsias graves, como de fronteiras. De fato, há mais de 100 anos, desde a Guerra do Paraguai, o Brasil não se envolve nessa espécie de conflito em seu entorno. Ademais, o Brasil é uma democracia pujante em busca de desenvolvimento econômico e social e tem sido pólo de irradiação de paz e estabilidade regionais, como demonstram sua atuação no conflito entre Peru e Equador e na manutenção das instituições democráticas no Paraguai e na Venezuela.

Ademais, o Brasil faz parte dos principais tratados e regimes internacionais de não-proliferação e controle de tecnologia (TNP, MTCR, OPAQ, Tlatelolco etc.) e tem grandes méritos por o Atlântico Sul e a América Latina serem, hoje, zonas desnuclearizadas. Ainda, o Brasil faz parte dos mecanismos de transparência em compras de equipamentos militares,



tanto na OEA como na ONU. O Brasil também desenvolveu, com a Argentina, mecanismo modelar de verificação e controle de atividades nucleares (ABACC), com o qual a AIEA formulou o Acordo Quadripartite de salvaguardas.

Por fim, o Brasil é, reconhecidamente, defensor do Direito Internacional e do multilateralismo, bem como da solução pacífica de controvérsias. ainda, é o país que mais vezes (ao lado do Japão) esteve nos assentos não-permanentes do CS, além de ter grande e destacada participação (uma das maiores entre os não-permanentes e em desenvolvimento) nas operações de paz da ONU.

Prova oral

Na prova oral, a banca examinadora considerará em sua avaliação os seguintes quesitos:

- a) o tratamento do tema sorteado que privilegie sua análise à luz da realidade e dos interesses brasileiros;
- b) a capacidade do candidato de analisar, organizar e expor o tema;
- c) a estrutura da exposição, a precisão conceitual, a capacidade de situar o tema e indicar suas diferentes dimensões;
- d) a articulação de idéias e a capacidade de expressão verbal do candidato.

O candidato sorteará três pontos e terá 20 (vinte) minutos para escolher e preparar sua exposição sobre um deles. A exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora sobre o tema sorteado.

Exemplos de temas para a prova oral

Os tópicos listados abaixo são apenas exemplificativos. O candidato deve estar preparado para discorrer sobre quaisquer fatos ou fenômenos relevantes da atualidade internacional. Para tanto, é essencial a leitura habitual de jornais e periódicos. O conhecimento jornalístico dos temas não é, porém, suficiente. A preparação para a prova demanda leitura refletida de obras de especialistas em matéria de relações internacionais, bem como de documentos e textos oficiais de política externa, incluindo discursos, pronunciamentos e conferências de autoridades brasileiras (alguns dos quais disponíveis no endereço eletrônico do Ministério das Relações Exteriores, www.mre.gov.br, no item “Discursos”).

Cada um dos temas mencionados a seguir deve ser relacionado com os interesses brasileiros no assunto.

1. Visões do sistema internacional.
2. A política externa brasileira: visões gerais e sua evolução.
3. Política externa norte-americana e relações com o Brasil.
4. Política externa francesa e relações com o Brasil.
5. Política externa russa e relações com o Brasil.
6. Política externa alemã e relações com o Brasil.
7. A União Européia e o Brasil.



8. Política externa argentina e relações com o Brasil.
9. Colômbia, Venezuela: relações com o Brasil.
10. Paraguai, Uruguai e Bolívia: relações com o Brasil.
11. Cuba, América Central e Caribe.
12. Política externa chinesa e relações com o Brasil.
13. Política externa indiana e relações com o Brasil.
14. Política externa sul-africana e relações com o Brasil.
15. O Oriente Próximo: a questão palestina, Iraque e Irã.
16. Américas, América Latina, América do Sul.
17. A Comunidade de Países de Língua Portuguesa e o Brasil.
18. O Mercosul e o Brasil.
19. O NAFTA e o Brasil.
20. A ALCA: evolução e a posição brasileira.
21. Narcotráfico: política internacional e o Brasil.
22. Meio ambiente: política internacional e o Brasil.
23. Terrorismo: política internacional e o Brasil.
24. Direitos Humanos: política internacional e o Brasil.
25. Pobreza, fome: política internacional e o Brasil.
26. O Conselho de Segurança das Nações Unidas e o Brasil.
27. O sistema financeiro internacional: o FMI e a política brasileira.
28. Comércio internacional, OMC e a política brasileira.
29. Armas de destruição em massa, desarmamento, não-proliferação e a política brasileira: diplomacia e estratégia militar.

Bibliografia

a) Livros

- ALBUQUERQUE, José A. Guilhaon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira*. São Paulo: USP, 1996-, 4 v.
- ALVES, José Augusto Lindgren. *Relações Internacionais e Temas sociais: a década das conferências*. Brasília: Funag; IBRI., 2001, 432 p.
- ASHWORTH, W. *A short story of international economy since 1850*, Londres: Longman, 1975.
- BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos*. São Paulo: Editora Revan, 2003.
- BANDEIRA, Moniz. *Estado nacional e política internacional na América Latina (1930-1992)*. São Paulo, Ensaio, 1993.
- BANDEIRA, Moniz. *Relações Brasil-Estados Unidos no contexto da globalização*. São Paulo: Editora Senac, 1998.
- BERNAL-MEZA, Raúl. *Sistema mundial y Mercosur: globalización, regionalismo e políticas exteriores comparadas*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2000.
- BOORSTIN, D.J. *The image: a guide to pseudo-events in America*. Nova York: MacMillan, 1987.
- BOZO, Frédéric. *La Politique étrangère de la France depuis 1945*, Paris, La Découverte, coll. "Repères", 1997.
- Brasil. MRE/FUNAG. *Globalização na América Latina: integração solidária*. Brasília, FUNAG, 1997, 264 p.
- Brasil. MRE/FUNAG.: *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)*. Brasília: FUNAG, 1995.



- CERVO, Amado Luiz (org.). *O desafio internacional; a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília, EdUnb, 1994.
- CERVO, Amado Luiz e Bueno, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: EdUnb, 2002.
- CERVO, Amado Luiz. *As Relações Internacionais da América Latina - velhos e novos paradigmas*. Brasília: Funag; IBRI., 2001.
- CHANG, Ha-Joon. *Kicking away the ladder*, Londres: Anthem Press, 2002
- COELHO, Pedro Motta Pinto. *Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado*. Brasília: FUNAG/IPRI, 1992.
- CORRÊA, Leonilda Beatriz Campos Gonçalves Alves. *Comércio e Meio Ambiente: atuação diplomática em relação ao Selo Verde*. Brasília: FUNAG/IRBr/CEE, 1998.
- CUNHA, João Solano Carneiro da. *A Questão de Timor-Leste: origens e evolução*. Brasília: FUNAG/IRBr/CEE, 2000.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ESTRELA FARIA, J. A. *O Mercosul: princípios, finalidade e alcance do Tratado de Assunção*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1993.
- FONSECA JÚNIOR, Gelson (Org.). *O Brasil no Conselho de segurança da ONU- 1998-1999*. Brasília: Funag; IBRI., 2002.
- FROTA, Maria Stela Pompeu Brasil. *Proteção de Patentes de Produtos Farmacêuticos: o caso brasileiro*. Brasília: FUNAG/IPRI, 1993.
- GILPIN, R. M. *The political economy of international relations*, Princeton (MA): Princeton University Press, 1987.
- GILPIN, R. *The challenge of global capitalism*, Princeton: Princeton University Press, 2000.
- GUJARAL, I. K. *Continuity and change: India's foreign policy*, Macmillan, 2003.
- HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- KELSEN, H. *The laws of the United Nations*, Nova York: Praeger, 1966.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.
- LANDAU, R. e ROSENBERG, N. (orgs.). *The positive sum strategy*. Washington (DC): National Academy Press, 1986.
- LESSA, Antônio Carlos. *A Construção da Europa: a última utopia das relações internacionais*. Brasília: Funag; IBRI, 2003.
- LO, Bobo. *Vladimir Putin and the evolution of Russian foreign Policy*, Londres: Blackwell Publishing, 2003.
- MAGNOLI, Demétrio. *Manual de Questões Internacionais Contemporâneas*. Brasília: FUNAG, 2000, 360 p.
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (Org.). *Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina*. Brasília: Funag; IBRI, 2003.
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações internacionais – cultura e poder*. Brasília: Funag; IBRI., 2002.
- MCNEILL, W. H. *The pursuit of power*, Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- MERSCHIMER, J. *The tragedy of great power politics*, Nova York: Norton, 2001.
- MILNER, H. e KEOHANE, R. *Internationalization and domestic politics*, Nova York, Cambridge University Press, 1996.
- MORGENTHAU, H. *A política entre as nações*, Brasília:Funag/IPRI, EdunB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- MYRDAL, G. *Economic theory and under-developed regions*, Nova York: Harper & Row, 1971.



PARADISO, J. *Debates y trayectoria de la política exterior argentina*, Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993.

PECEQUILO, Cristina S. *A política externa dos Estados Unidos*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

REBELO, Aldo e FERNANDES, Luis (orgs.). *Política de defesa para o século XXI*, Brasília: Câmara dos Deputados, 2003

SARAIVA, José Flávio S. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política exterior do Brasil*. Brasília, EDUNB, 1996.

SCHURMANN, F. *The logic of world power: an inquiry into the origins, currents and contradictions of world politics*. Nova York: Pantheon Books, 1974.

SEVARES, Julio. *El capitalismo criminal – gobiernos, bancos y empresas en las redes del delito global*, Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2003.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Belo Horizonte/São Paulo. Ed. Itatiaia/ EDUSP, 1987.

VAZ, Alcides Costa. *Cooperação, integração e processo negociador: A construção do Mercosul*. Brasília: Funag; IBRI., 2002.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

b) Periódicos, publicações seriadas e outros recursos:

Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, editada pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI (<http://www.ibri-rbpi.org.br>) .

Série Resenha da Política Exterior do Brasil, editada pela Fundação Alexandre de Gusmão do Ministério das Relações Exteriores – volumes recentes;

RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais (<http://www.relnet.com.br>) - iniciativa conjunta da Fundação Alexandre de Gusmão do Ministério das Relações Exteriores (FUNAG-MRE) e do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília;

Sítio do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (<http://www.mre.gov.br>)

c) leituras complementares

Teses do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, publicadas pela FUNAG na coleção *Curso de Altos Estudos*:

ACQUARONE FILHO, A. C. M. *Tratado de Exatidão: construção, atualidade e projeção do relacionamento bilateral brasileiro*, Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 2003.

BARRETO FILHO, Fernando M.. *O Tratamento Nacional de Investimentos Estrangeiros*. Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 1999.

CÂMARA, Irene P. de L. *Em Nome da Democracia - A OEA e a Crise Haitiana - 1991-1994*, Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 1998.

CARDOSO, Afonso J. S.. *O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas*. Brasília : FUNAG/IRBr/ CAE, 1998.



- CARNEIRO DA CUNHA, J. S. *A Questão de Timor-Leste: origens e evolução*, Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 2001.
- CORRÊA, Leonilda B. C. G. A. *Comércio e meio ambiente: atuação diplomática brasileira em relação ao Selo Verde*, Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 1998.
- HOLANDA, Francisco M. de. *O gás natural no Mercosul: uma visão brasileira*. Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 2000.
- LAMAZIÉRE, Georges. *Ordem, Hegemonia e Transgressão*. Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 1998.
- LIMA NETO, João de M. *Promoção do Brasil como destino turístico*, Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 2002.
- LIMA, Sergio E. M. *Privilégios e imunidades diplomáticos*, Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 2002.
- MAGALHÃES, Fernando S. *Cúpula das Américas de 1994: papel negociador do Brasil, busca de uma agenda hemisférica*, Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 1999.
- OLIVEIRA, Miguel D. de. *Cidadania e Globalização: a política externa brasileira e as ONG's*. Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 1999.
- PATRIOTA, Antônio de A.. *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva..* Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 1998.
- PINTO, Denis F. de S.. *OCDE: uma visão Brasileira*. Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 2000.
- RUBARTH, O. E. *A Diplomacia Brasileira e os temas sociais: o caso da saúde*, Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 1999.
- TAVARES, Ricardo N. *As Organizações não-Governamentais nas Nações Unidas*, Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 1999.
- TIRONI, L. Fernando, *Aspectos estratégicos da política comercial brasileira- 2 V*, Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 2002.

Publicações adicionais que podem auxiliar a preparação dos candidatos estão disponíveis na FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão:

site na Internet – www.funag.gov.br
 e-mail: funag@mre.gov.br
 e-mail do Setor de Publicações: publicacoes@funag.gov.br

Brasília

Ministério das Relações Exteriores
 Esplanada dos Ministérios, Bloco H
 ANEXO II, TÉRREO, SALA 1
 70170-900 Brasília - DF
 Telefones: (061) 411-6033/6034/6847/6857
 Fax: (061) 322-2931, 322-2188

Rio de Janeiro

Palácio Itamaraty
 Avenida Marechal Floriano, 196 - Centro
 520080-002 Rio de Janeiro - RJ
 Telefax: (021) 233-2318/2079



ESPAÑHOL E FRANCÊS

O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata passou a incluir, a partir do segundo certame de 2003, provas de Espanhol e Francês. Estas provas não têm caráter eliminatório, mas contribuirão para determinar a ordem de ingresso na Carreira Diplomática.

O IRBr acredita que a formação do diplomata brasileiro deve incluir a proficiência em alto nível nos dois idiomas, entre muitas razões porque (a) a Bibliografia para o Concurso e a seguida no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I) inclui, em grande medida, textos em francês e espanhol e (b) as duas línguas serão matérias obrigatórias no PROFA-I.

As provas de Espanhol e Francês visarão, nesta fase, aferir o conhecimento instrumental dos idiomas. Consistirão de textos e perguntas de compreensão de leitura; as respostas devem ser completas (verbo, predicado, complemento), e serão dadas em Português.

É, portanto, fortemente aconselhável que, desde a preparação para o Concurso, o candidato à carreira de diplomata não descure o Espanhol e o Francês.